

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO (CE)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEdu)**

**IZABELA CRISTINA DE MELO SANTOS**

**O PIONEIRISMO DE MULHERES NORDESTINAS NO ENSINO SUPERIOR: UM  
ESTUDO SOBRE TRAJETÓRIAS FORMATIVAS (1879-1930)**

**RECIFE  
2025**

IZABELA CRISTINA DE MELO SANTOS

**O PIONEIRISMO DE MULHERES NORDESTINAS NO ENSINO SUPERIOR: UM  
ESTUDO SOBRE TRAJETÓRIAS FORMATIVAS (1879-1930)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Raylane Andressa Dias Navarro Barreto.

Área do conhecimento: História da Educação

RECIFE  
2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Santos, Izabela Cristina de Melo.

O pioneirismo de mulheres nordestinas no Ensino Superior: um estudo sobre trajetórias formativas (1879-1930) / Izabela Cristina de Melo Santos. - Recife, 2025.

127f.: il.

Tese (Doutorado)- Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Pós-Graduação em Educação, 2025.

Orientação: Raylane Andreza Dias Navarro Barreto.

1. Educação das mulheres; 2. Ensino Superior; 3. História da Educação; 4. Pioneiras. I. Barreto, Raylane Andreza Dias Navarro. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**IZABELA CRISTINA DE MELO SANTOS**

**O PIONEIRISMO DE MULHERES NORDESTINAS NO ENSINO SUPERIOR:  
UM ESTUDO SOBRE TRAJETÓRIAS FORMATIVAS (1879-1930)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Educação.

Aprovada em: 07/04/2025

### BANCA EXAMINADORA

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raylane Andreza Dias Navarro Barreto (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco  
[Participação por videoconferência]



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sônia Maria da Silva Araújo (Examinadora Externa)  
Universidade Federal do Pará  
[Participação por videoconferência]



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Celi Chaves Vasconcelos (Examinadora Externa)  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro  
[Participação por videoconferência]



LIBREDADE DE EXPRESSÃO  
DADOS PESSOAIS E PROTEÇÃO DE DADOS  
verifique em <https://verifier.br.gov.br>

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> L... (Examinadora Externa)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
[Participação por videoconferência]



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marta Maria de Araújo (Examinadora Externa)  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
[Participação por videoconferência]

À *Elusia (in memoriam)*, minha mãe e maior incentivadora dos meus estudos.

## AGRADECIMENTOS

O processo vivido até a finalização de um trabalho acadêmico é, na maioria das vezes, solitário. A escrita desta tese, além de ser produto de um esforço intelectual, é fruto de uma série de recomeços que sem auxílio não seria possível. As pessoas por trás desses auxílios devo minha gratidão:

À Divina Ruah, por soprar sobre mim saúde, ânimo e discernimento para concluir este trabalho.

Ao meu pai Antônio, que dentro do possível, e muitas vezes sem entender, me permitiu continuar os estudos; e à minha irmã Ivana, pelo apoio inclusive nos momentos de “reclusão” para escrita e por sempre estarem presentes.

Ao professor e amigo Ivanildo da Silva, por ter lido meu projeto de pesquisa e proposto sugestões que muito contribuíram para sua formatação final.

Às amigas Monica Luise e Juliana Silva, pela amizade e torcida, principalmente nos últimos meses de escrita, encorajando-me e me acalmando nos momentos de crises, tornando mais leves os dias tensos.

Às professoras Marta Maria de Araújo, Maria Celi Vasconcellos, Sônia Araújo e Libânia Xavier, pela leitura e valiosas contribuições do texto inacabado na qualificação, que ajudaram a repensar as escolhas e caminhos da pesquisa.

À minha orientadora, Raylane Andreza Dias Navarro, agradeço pela acolhida ao curso num espaço que a mim era novo, pela confiança, por ter me apresentado à história das mulheres e pela paciência com a escrita. Ao mesmo tempo que agradeço, peço perdão por não corresponder às expectativas quanto à pesquisa e pela demora em amadurecer o projeto da tese.

Agradeço também a duas outras mulheres que marcaram minha trajetória acadêmica até aqui: Maria das Graças de Loiola Madeira, por ter me iniciado na pesquisa acadêmica no campo da História da Educação, lá em 2010, à “escuta dos mortos” nos garimpos nos acervos públicos. Serei sempre grata pela partilha, incentivo em continuar os estudos, indicações literárias e de filmes que me permitiram olhar o mundo com mais sensibilidade. E, Arrisete Cleide Lemos da Costa, minha orientadora de mestrado, que me fez compreender a seriedade da pesquisa histórica, principalmente em tempos de crise, e me iniciar nas bases da metodologia com rigor (que talvez só as tenha amadurecido agora).

Raylane, Graça e Arrisete - Sergipe, Ceará e Alagoas - três mulheres do nordeste brasileiro, que comungam o apreço pela pesquisa científica e o compromisso com os “excluídos” da história. Minha gratidão.

Mesmo quando o caminho está nominalmente aberto - quando nada impede que uma mulher seja médica, advogada, funcionária pública, são muitos, imagino eu, os fantasmas e obstáculos pelo caminho. Penso que é bom e importante discuti-los e defini-los, pois só assim é possível dividir o trabalho, resolver as dificuldades.

(Virginia Woolf, 1942).

## RESUMO

Esta pesquisa de doutorado teve como objetivo compreender as trajetórias formativas das primeiras mulheres nordestinas diplomadas em instituições de Ensino Superior brasileiras. Defende-se o argumento de tese de que as trajetórias formativas das pioneiras, compreendendo sua formação inicial até o ensino superior, engendraram mecanismos individuais e coletivos que contribuíram para a ampliação da inserção dessas mulheres no espaço social e político de seus contextos. Isto porque, o acesso a uma escolarização diferenciada favoreceu a decisão das pioneiras em conquistar espaços até então pouco favoráveis a presença feminina, bem como oportunizou o acesso a outros campos de profissionalização para as mulheres. Elenca-se, assim, as trajetórias formativas das pioneiras como objeto de estudo nesta pesquisa, definindo como objetivo geral compreender as práticas efetuadas pelas pioneiras no percurso formativo até sua diplomação. Para tanto, foram objetivos específicos: mapear quais as pioneiras no Ensino Superior advindas da região que hoje identificamos como nordeste do Brasil, identificar quais estratégias e táticas realizadas para obter o título de médica ou bacharela, evidenciar o papel das redes de sociabilidade para a formação no ensino superior e analisar os caminhos trilhados pelas mulheres após a diplomação. Nessa seara, foi utilizado o método Prosopográfico (Stone, 2011; Heiz, 2006; Charle, 2006), por meio do qual foi possível a construção de quadros com conteúdos biográficos das pioneiras, a fim de identificar os elementos que lhes foram comuns ou distintos. De caráter documental e bibliográfico, a pesquisa foi realizada nas seguintes fontes: legislações, entrevistas para jornais, periódicos nacionais, biografias e trabalhos acadêmicos sobre as pioneiras, egodumentos, entrevistas publicadas, anúncios, almanaques e documentos escolares. A pesquisa estabeleceu um diálogo entre os campos da História das Mulheres (Perrot, 2009;2017) e da História da Educação (Galvêncio, 2021; Barreto, 2021; 2022; Azevedo, 1998; Bonato, 2021 e outros), haja vista o intuito de contribuir com a compreensão das experiências vividas pelas mulheres brasileiras pelo prisma da formação superior. O recorte temporal parte de 1879, ano de publicação do Decreto 7.247, que autorizou a matrícula de mulheres no ensino superior, até 1930, último ano de atuação das pioneiras encontradas. As análises tecidas dão mostras da importância das redes de sociabilidade na decisão das mulheres em galgar novos rumos profissionais, assim como apresenta a mobilidade geográfica efetivada por elas para diplomar-se nos cursos escolhidos. No processo de seus percursos formativos, identificou-se ainda que a autoformação, antes e depois de graduadas, foram táticas importantes para as atuações e posicionamentos no espaço público de seus contextos sociais.

**Palavras-chave:** Educação das mulheres; Ensino Superior; História da Educação; Pioneiras.



## ABSTRACT

The aim of this doctoral research was to understand the educational trajectories of the first women from the Northeast to graduate from Brazilian higher education institutions. The thesis argues that the formative trajectories of the pioneers, from their initial training to higher education, engendered individual and collective mechanisms that contributed to the expansion of these women's insertion into the social and political space of their contexts. This is because access to differentiated schooling favoured the pioneers' decision to conquer spaces that until then had been unfavourable to women's presence, as well as providing access to other fields of professionalisation for women. We therefore chose the training trajectories of the pioneers as the object of study in this research, defining the general objective as understanding the practices carried out by the pioneers in their training up to their graduation. To this end, the specific objectives were: to map the pioneers in higher education from the region we now identify as the north-east of Brazil; to identify the strategies and tactics used to obtain the title of doctor or bachelor; to highlight the role of sociability networks in higher education training; and to analyse the paths taken by women after graduation. To this end, the Prosopographical method (Stone, 2011; Heiz, 2006; Charle, 2006) was used to build tables with the biographical content of the pioneers in order to identify the elements that were common or distinctive to them. Documentary and bibliographical in nature, the research was carried out using the following sources: legislation, newspaper interviews, national periodicals, biographies and academic works on the pioneers, egodocuments, published interviews, adverts, almanacs and school documents. The research establishes a dialogue between the fields of Women's History (Perrot, 2009; 2017) and the History of Education (Galvêncio, 2021; Barreto, 2021; 2022; Azevedo, 1998; Bonato, 2021 and others), with the aim of contributing to an understanding of the experiences of Brazilian women through the prism of higher education. The time frame is from 1879, the year of publication of Decree 7.247, which authorised the enrolment of women in higher education, to 1930, the last year of the pioneers' work. The analyses show the importance of sociability networks in women's decisions to pursue new career paths, as well as the geographical mobility they undertook in order to graduate from their chosen courses. In the process of their formative journeys, we also identified that self-education, before and after graduating, were important tactics for their actions and positions in the public space of their social contexts.

Keywords: Women's education. Higher education. History of education. Pioneers.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Amélia Pedroso Benebien Perouse.....	52
<b>Figura 2:</b> Maria Amélia Cavalcante de Albuquerque.....	53
<b>Figura 3:</b> Ítala Silva de Oliveira.....	53
<b>Figura 4:</b> Nise Magalhães da Silveira.....	54
<b>Figura 5:</b> Eudésia Vieira.....	55
<b>Figura 6:</b> Maria Aragão.....	56
<b>Figura 7:</b> Delmira Secundina da Costa.....	57
<b>Figura 8:</b> Maria Fragoso Orlando da Silva.....	57
<b>Figura 9:</b> Matrícula de Catharina Moura no 2º ano do Curso de Direito.....	59
<b>Figura 10:</b> Alice Ferreira Cardoso.....	59
<b>Figura 11:</b> Henriqueta Galeno.....	60
<b>Figura 12:</b> Lylia Guedes.....	61
<b>Figura 13:</b> Trajeto percorrido por Amélia Benebien do Cariri até Salvador.....	66
<b>Figura 14:</b> Distância entre Recife e Rio de Janeiro é hoje, com a BR 101, de mais de 2.300km.....	67
<b>Figura 15:</b> Localidades das instituições formativas frequentadas por Alice Ferreira.....	68
<b>Figura 16:</b> Capa da tese de Nise Magalhães da Silveira.....	87
<b>Figura 17:</b> Capa da tese de Ítala Silva de Oliveira.....	92
<b>Figura 18:</b> Anúncio do consultório de Ephigenia Veiga.....	95
<b>Figura 19:</b> Anúncio da Fábrica de Coletes.....	96
<b>Figura 20:</b> Anúncio do consultório de Amélia Benebien e seu esposo Perouse Pontes.....	98
<b>Figura 21:</b> Ateliê no Engenho de Dentro (RJ).....	101
<b>Figura 22:</b> Trabalho Jurídico de Anna Alves Sampaio.....	103
<b>Figura 23:</b> Anúncio sobre a participação de Catharina Moura no tribunal.....	105
<b>Figura 24:</b> Manchete sobre a prisão da médica Nise da Silveira.....	111

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Primeiras mulheres formadas em Medicina e Direito naturais de estados da região nordeste.....	18
<b>Quadro 2:</b> O ensino superior nas legislações brasileiras (1824-1930).....	42
<b>Quadro 3:</b> Matrículas e conclusões de mulheres no Ensino Superior - 1907-1912.....	48
<b>Quadro 4:</b> Matrículas no Ensino Superior – 1929.....	49
<b>Quadro 5:</b> Filiação e naturalidade das mulheres pioneiras.....	64
<b>Quadro 6:</b> Ensino Primário das pioneiras nordestinas.....	72
<b>Quadro 7:</b> Perfil do ensino secundário das pioneiras.....	76
<b>Quadro 8:</b> Exames preparatórios.....	78
<b>Quadro 9:</b> Idade de ingresso das pioneiras no Ensino Superior.....	80
<b>Quadro 10:</b> Recortes de resultados dos exames no Ensino Superior das pioneiras.....	82
<b>Quadro 11:</b> Teses médicas identificadas das pioneiras.....	85
<b>Quadro 12:</b> Consultórios médicos.....	97
<b>Quadro 13:</b> Produção intelectual das pioneiras.....	107

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1	Sobre o tema e expectativas do estudo.....	11
1.2	Sobre as fontes e escolhas teórico metodológicas .....	17
1.3	O que dizem as pesquisas sobre as trajetórias de mulheres no Ensino Superior brasileiro.....	22
1.4	Estrutura da tese .....	27
<b>2</b>	<b>ELAS INGRESSAM NO ENSINO SUPERIOR .....</b>	<b>29</b>
2.1	“Elas devem ou não estudar?” Debates e avanços da educação feminina no Brasil.....	30
2.2	O Ensino Superior brasileiro entre o período de 1879-1930 .....	40
<b>3</b>	<b>MULHERES NORDESTINAS PIONEIRAS NO ENSINO SUPERIOR.....</b>	<b>48</b>
3.1	Médicas e bacharelas em estudo .....	51
3.2	Percursos formativos.....	61
3.2.1	Sobre as origens familiares .....	63
3.2.2	Ensino Primário.....	72
3.2.3	Ensino secundário e exames preparatórios .....	75
3.2.4	Experiências acadêmicas.....	80
3.2.5	As teses doutorais.....	85
<b>4</b>	<b>NOS RASTROS DAS ATUAÇÕES PROFISSIONAIS DAS PIONEIRAS .....</b>	<b>94</b>
4.1	Médicas nas cidades: vestígios do exercício profissional das médicas pioneiras .....	95
4.2	Os caminhos das primeiras bacharelas .....	102
4.3	Sociabilidades, produção intelectual e posicionamentos políticos .....	106
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>114</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>118</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Sobre o tema e expectativas do estudo

**Maria Augusta Generoso Estrella.** – As – Cartas americanas – noticiam da seguinte fôrma a cerimonia que houve em New-York por ocasião de ser conferido o gráo de doutora a esta nossa distincta patrícia: << No dia 29 de Março recebeu o diploma e o gráo de doutora em medicina, pela escola de medicina de New-York, para senhoras, a nossa patrícia, a Sra. D. Maria Augusta Generoso Estrella. A vasta quadra de reuniões publicas do edificio pertencente á Associação dos Moços Christãos, na esquina da quarta avenida e rua 32<sup>a</sup>, achava se brilhantemente decorada, sobresahindo no topo da sala as bandeiras dos Estados Unidos e do Brazil. Na plataforma tomou assento a congregação da escola e comissão directora; na primeira linha de cadeiras em frente á plataforma as doutorandas, em numero de quatro; nas linhas immediatas vinte e oito estudantes da escola de anos inferiores, ocupando os convidados as outras linhas de cadeiras e galerias. (...) As doutorandas do anno forão, além da nossa patrícia, as seguintes senhoras: Lizzie Clark, do Estado de Nova Jersey; Lucry S. Forbes, do Estado de Nova York, e E. B. Pettit, da Alemanha (Monitor Campista, 1881, p. 2).

Maria Augusta Generoso Estrella (1860-1946) foi a primeira mulher brasileira a obter um diploma de nível superior, em 1879. Para isso, com 15 anos de idade, contou com a mobilização de vários agentes, incluindo uma solicitação ao imperador D. Pedro I, para custear seus estudos na Faculdade de Medicina para Mulheres em Nova York, visto que à época não era permitida a matrícula de mulheres nos cursos superiores existentes no Brasil. Este feito marcou a intensificação do debate acerca do aumento da escolarização das mulheres no país.

Legalmente, até o ano de 1879, as mulheres foram impedidas de frequentar os cursos superiores em instituições brasileiras, que se restringiam à Medicina (1808), ao Direito (1825) e à Engenharia (1874). Somente em 1888, a gaúcha Rita Lobato Velho Lopes (1866-1954) obteria diploma no Ensino Superior em uma instituição brasileira. Os três cursos superiores do Império que, somados aos de formação de professores, oferecidos pelas escolas normais, e os de Filosofia e Teologia, oferecidos pelos Seminários católicos, revelam as prioridades do projeto de país que se estava formando. Médicos para curar os doentes, engenheiros para edificar e “modernizar” o país, bacharéis para gerir a burocracia nascente, professores para “civilizar” uma nação tida como selvagem e ainda em formação — e, claro, os padres, que, sob o regime de padroado, salvavam almas e legitimavam os atos do imperador. Todos esses cursos foram pensados, oferecidos, ministrados e frequentados por homens (Carvalho, 2010; Azevedo, 1994).

A exclusão das mulheres dos cursos superiores foi naturalizada por um conjunto de valores culturais que procuravam ratificar seu espaço apenas ao âmbito doméstico ou em profissões consideradas “femininas”, como o magistério. Isto porque tais valores foram ecoados em discursos de fundo conservador, patriarcal e falocêntrico que contribuíram para a sedimentação da suposta inferioridade intelectual das mulheres em relação aos homens. A hierarquia e a diferenciação no currículo escolar do ensino elementar destinado aos meninos e meninas também corroboraram para a limitação de seus espaços sociais e profissionais, como afirmam Barreto e Silva (2022).

Ao mesmo tempo em que havia a intenção predominante em reforçar os papéis sociais secundários das mulheres no contexto oitocentista, vozes se levantavam como questionadores da formação ofertada às mulheres, em virtude das notícias sobre o avanço na educação de mulheres ocorridas em outras partes do mundo, a exemplo do que ocorria na Alemanha, Suíça e mesmo nos Estados Unidos da América, onde mulheres já frequentavam o Ensino Superior desde 1837, com a criação de universidades voltadas para a formação de mulheres, e mais que isso, educavam-se, formavam-se e trabalhavam, como Marie Heim Vögtlin (1845-1916), primeira médica e ginecologista da Suíça, formada pela Universidade de Zurique, em 1873, e da americana Elizabeth Blackwell (1821-1910), pioneira na Medicina formada em 1849.

No Brasil, podemos destacar a atuação militante em prol da educação das mulheres de Dionísia Gonçalves Pinto, conhecida pelo pseudônimo de Nísia Floresta (1810-1885) e depois de Josefina Álvares de Azevedo (1851-1913). Ainda no século XIX, ambas defenderam a ampliação da escolaridade das mulheres como uma condição inerente à sua emancipação social e inserção na participação política na sociedade brasileira. Havia, entretanto, uma resistência da sociedade oitocentista em aceitar tais ideais. A força e o peso do cristianismo, assim como as teorias construídas a partir das concepções filosóficas e científicas, justificavam a limitada escolarização das mulheres, bem como a exclusão delas nas esferas políticas e da produção da ciência desde sua fase colonial (Barreto; Silva, 2022; Rohden, 2001; Colling, 2011; Rago, 2007).

A despeito dessas resistências, é possível observar exceções de mulheres que conseguiram ou buscaram romper com os limites impostos, como foram os casos de Esperança Garcia (1751-?), mulher negra considerada a primeira advogada do país por ter produzido documento denunciando as violências sofridas na fazenda onde trabalhava; a citada Maria Augusta Generoso Estrela (1860-1946), que viajou ao exterior para continuar os estudos, formando-se em 1881 pelo Colégio de Medicina de Nova York; e Josefa Águeda Felisbela

Mercedes de Oliveira (1864-?), que lá também estudou, embora não tenha se formado ali por motivos de saúde. Essas últimas contribuíram para que o debate em torno da inserção das mulheres ao Ensino Superior fosse colocado como uma demanda social no Brasil.

Essa demanda social e eminentemente feminina acabou por ser atendida por meio do Decreto de nº 7.247, de 1879, proposto pelo Ministro do Império Carlos Leôncio de Carvalho, que autorizava a matrícula de mulheres no curso de Medicina. Diante de um contexto cultural com base eminentemente religiosa, mas também científica, que procurava cercear ou limitar a atuação das mulheres no espaço social, adentrar noutros espaços profissionais com prestígio social e reconhecido como importantes não era algo fácil de pensar ou mesmo uma escolha a se considerar até o final da década de 1870.

Vale ressaltar que, na década de 1870, vários ideais liberais reverberam na sociedade brasileira, culminando na possibilidade de revisão dos valores que até então alicerçavam a organização social do período. De acordo com Angela Alonso (2002), a intelectualidade da época estabeleceu um movimento de contestação da ordem imperial, propondo reformas em todos os campos sociais, na educação inclusive. Discutiram com mais ênfase os seguintes temas: o fim da escravidão no campo econômico; mudanças na estrutura política, a relação religião-Estado; laicização do ensino público e reformas nas metodologias de ensino; direitos civis; dentre outros. No bojo desses temas, a inserção das mulheres nos cursos superiores ganha força, em especial nos debates públicos.

Nosso estudo se desenvolve a partir desse momento do ingresso das mulheres no ensino superior. Tal intuito vai ao encontro do avanço da História das Mulheres (Perrot, 2009; 2017) na Historiografia, que busca a produção de narrativas em que haja a visibilidade das práticas de mulheres ao longo da História, assim como fazer conhecer suas biografias, visto que os feitos realizados por mulheres estiveram à margem da historiografia oficial, mesmo a da educação que, no Brasil, prioriza a história da feminização do magistério ou mesmo a biografia de professoras em detrimento de outras profissionais.

Nessa direção, interessa a uma história plural incluir as mulheres em suas páginas e desconstruir uma narrativa única, centrada nos homens — e neles como heróis — que, por muito tempo, relegou às mulheres imagens carregadas de estereótipos: figuras restritas ao ambiente doméstico e à maternidade ou, quando não, representadas como bruxas, prostitutas e, em alguns casos, santas. Essas novas narrativas permitem revelar a diversidade das experiências femininas no passado, identificando de que forma as mulheres exerceram poder e influência nos contextos sociais em que estavam inseridas e quais recursos utilizaram para isso (Perrot, 2017).

Buscamos, nesse sentido, narrar as práticas que elas gestaram, sobretudo no espaço público, mas que por inúmeros motivos não foram incorporadas à historiografia oficial. O silenciamento das vozes e feitos femininos e a consequente opressão sobre seus corpos foram justificadas ao longo da história social pela composição de vários discursos, como o religioso, o político o médico, dentre outros (Perrot, 2009; Rago, 1995).

Ao considerarmos tais proposições sobre a relação entre mulher e narrativas históricas, neste estudo nos debruçamos sobre as trajetórias formativas das pioneiras nordestinas que ingressaram no Ensino Superior brasileiro entre o período de 1879-1930. Entendemos que nos debruçarmos sobre essas trajetórias nos permitiu tomar contato com a história de mulheres, talvez ainda não tão contempladas na historiografia da educação; bem como alargarmos o olhar sobre os processos formativos das mulheres brasileiras ao correr do tempo.

Nessa esteira, a pesquisa foi atravessada pelo seguinte problemática: **“quais elementos foram constitutivos na formação das primeiras mulheres nordestinas ingressas no Ensino Superior?”**, este ainda hoje considerado o maior grau de escolarização e por meio do qual se profissionaliza. Além dessa pergunta, pretendemos compreender outras questões específicas, a saber: Quem foram as primeiras médicas, advogadas e engenheiras do que hoje denominamos nordeste? Como ocorreu o processo formativo dessas mulheres no período anterior ao ingresso? Quais foram as táticas efetuadas por essas mulheres para adentrar e permanecer no ensino superior? Qual o papel das redes de sociabilidades no processo formativo dessas mulheres? Quais caminhos trilharam após formadas? Quais os impactos da atuação profissional dessas mulheres no cenário sociocultural em que atuaram?

Pressupomos que a inserção dessas mulheres ao Ensino Superior contribuiu para o processo de redefinição dos lugares sociais ocupados pelo público feminino nas décadas finais do século XIX, e conferiu novos sentidos e possibilidades do ser mulher naquele contexto, em especial na ampliação de suas atuações no campo profissional, que reverberou nas gerações seguintes. Assim, pretendemos defender o argumento de tese de que as trajetórias formativas das pioneiras, compreendendo sua formação inicial até o Ensino Superior, engendram mecanismos individuais e coletivos que contribuíram para a ampliação da inserção dessas mulheres no espaço social e político de seus contextos. Isto porque, o acesso a uma escolarização diferenciada favoreceu a decisão das pioneiras em conquistar espaços até então pouco favoráveis à presença feminina, bem como oportunizou o acesso a outros campos de profissionalização para as mulheres.

De acordo com Saffiotti (1998), entre as duas últimas décadas do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, a quantidade de mulheres que obtiveram diploma de nível



superior no território brasileiro aumentou paulatinamente, especialmente nos cursos de Medicina, Direito e Engenharia. Ainda assim, tratava-se de um quantitativo ínfimo, considerando-se o longo período e os muitos espaços em que não houve qualquer diplomação feminina.

Dentre esse grupo de mulheres, selecionamos, para este estudo, as trajetórias formativas das pioneiras originárias do Nordeste brasileiro. Isso porque observamos que a maioria das mulheres que adentraram o Ensino Superior nas décadas finais do Império era natural dessa região. Além disso, compreendemos que, a partir desse recorte, seria possível construir um estudo prosopográfico com base em um grupo que compartilhava, entre outros elementos, a regionalidade. Com isso, formamos um *corpus* composto por 18 diplomadas.

Entre as pioneiras na Medicina estão: Amélia Pedroso Benebien Perouse (1860-1953) - CE; Ephigenia Veiga (1869-?) - BA; Maria Amélia Cavalcante de Albuquerque (1854-1934) - PE; Ítala Silva de Oliveira (1897-1984) - SE; Eudésia Vieira (1894-1981) - PB; Nise Magalhães da Silveira (1905-1999) - AL; Rosa Amélia Tajra França (1918-2015) - PI; Maria Aragão (1910-1991) - MA. Pioneiras no Direito: Anna Sampaio (1868-?) - AL; Catharina Moura (1882-1955) - PB; Maria Fragoso (1866-?) - PE; Delmira Secundina Costa (1866-?) - PE; Maria Coelho Sobrinho - PE; Alice Ferreira Cardoso (1891-1931) - SE; Marieta Gomes de Oliveira Magalhães - BA; Henriqueta Galeno (1887-1964) - CE; Lylia Guedes (1894-1974) - RN. Dentro do recorte temporal delimitado nesta pesquisa, não houve identificação de pioneiras nordestinas nos cursos de Engenharia<sup>1</sup>.

Elencamos assim as trajetórias formativas das pioneiras como objeto de estudo nesta pesquisa. Posto isso, propomo-nos a analisar como se deu o processo de acesso das mulheres ao Ensino Superior em um período em que, apesar da autorização legal para sua admissão nos cursos, havia uma forte resistência cultural à atuação feminina fora do espaço doméstico. Assim, interessa-nos compreender de que forma essas pioneiras enfrentaram e romperam com essa resistência, especialmente quando tal movimento exigia a quebra de costumes e tradições relacionados às práticas profissionais e à presença das mulheres no espaço público.

Destarte, temos como objetivo geral compreender as práticas adotadas pelas pioneiras ao longo de sua trajetória formativa até a diplomação. Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos: mapear as primeiras mulheres oriundas da região atualmente identificada como Nordeste do Brasil que ingressaram no ensino superior; identificar as estratégias e táticas utilizadas por essas mulheres para obter o título de médica ou bacharela; evidenciar o papel das

---

<sup>1</sup> As primeiras engenheiras de origem nordestinas formadas no Brasil de que tivemos notícias foram as irmãs Angélica Sinay Neves e Bernadete Sinay Neves, formadas em 1939 pela Politécnica da Bahia.

redes de sociabilidade na formação acadêmica; e analisar os caminhos percorridos por essas pioneiras após a diplomação.

Este estudo busca contribuir ainda com um capítulo da História do Ensino Superior no Brasil, em particular o ingresso das mulheres nas instituições superiores. Com esses objetivos, pretendemos uma intersecção entre os campos da História das Mulheres e da História da Educação, haja vista o intuito de contribuir para uma ampliação do entendimento das experiências vividas pelo público feminino no oitocentos a partir de suas trajetórias formativas.

Como exposto, o grupo de pioneiras a ser investigado na pesquisa estaria circunscrito às mulheres nascidas na região do que hoje denominamos nordeste do Brasil, que ingressaram nos cursos de Medicina, Direito e Engenharia, por serem esses os cursos superiores existentes à época do Brasil Império. Chamou-nos a atenção a mobilidade espacial que as mulheres naturais desse espaço social tiveram que realizar para conseguir obter o diploma, visto que havia poucas instituições de ensino superior existentes no país.

Escolhemos por nos delimitar ao estudo das trajetórias formativas das pioneiras nascidas nos estados que compreendem a atual divisão regional do Nordeste. Conforme os estudos de Denis Bernardes (2007), o termo Nordeste passa a ser usado a partir dos anos 1930-1940, fruto de um processo de definição das características culturais e políticas que aproximavam os Estados. Até então, a divisão do território brasileiro, em mapas do Brasil Império, era feita por Províncias, e, politicamente, principalmente após os Congressos Agrícolas de 1978, era comum a referência a duas grandes divisões: Norte e Sul, a primeira compreendendo as províncias ao norte da Corte (Rio de Janeiro) e segunda, por sua vez, aquelas ao sul e próximas a Corte (Bernardes, 2007).

O encontro com o tema se deu quando ao ingressar no doutorado fui instigada nas conversas de orientação e leituras iniciais a estudar as experiências formativas de mulheres em outras áreas de atuação que não somente o magistério. Essa proposta me interessou por conter uma preocupação com a construção de uma narrativa que priorizasse a diversidade de experiências vividas pelas mulheres nos oitocentos, o que me permitiria alargar os horizontes sobre o período. Além disso, o próprio objeto, as trajetórias formativas de pioneiras no Ensino Superior nascidas no Norte/Nordeste do país, pareceu-me pouco contemplado na historiografia educacional. Ainda durante a escrita de minha dissertação de mestrado, observei a ausência ou a minoria das vozes femininas nos discursos educacionais naquela época, bem como uma lacuna de estudos na historiografia educacional alagoana que contemplasse tal aspecto.

Os estudos encontrados naquele momento enfatizavam o exercício do magistério das mulheres. Sentimos, por isso, a necessidade de compreender a formação das primeiras mulheres

em áreas liberais ocupadas majoritariamente por homens. Assim, esta pesquisa se propõe a compreender como se deu a virada de chave que possibilitou às mulheres ingressarem em outros campos profissionais, a despeito de um conjunto de práticas e valores morais que buscavam restringi-las ao espaço doméstico. Pretende-se, com isso, ampliar os discursos sobre a relação entre mulheres e educação, especialmente ao tornar visível o processo formativo daquelas que decidiram trilhar caminhos distintos dos que lhes eram socialmente impostos, bem como as práticas por elas gestadas para ocupar outros lugares na sociedade oitocentista.

O processo de luta pela ocupação noutros espaços profissionais e sociais foi pouco explorado na produção historiográfica da Educação brasileira, mesmo com sua relação direta com reivindicações em defesa do aumento da escolarização como instrumento para a emancipação social e política das mulheres. Entendemos que a História das Mulheres, e sua preocupação em descortinar as diversas experiências e protagonismos de mulheres no tempo, contribui com o campo da História da Educação ao alargar a compreensão sobre as experiências formativas das mulheres.

## 1.2 Sobre as fontes e escolhas teórico metodológicas

[...] a irrupção de uma presença e de uma fala femininas em locais que lhes eram até então proibidos, ou pouco familiares, é uma inovação do século 19, que muda o horizonte sonoro. Subsistem, no entanto, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo “esqueceu” as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, eles estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento (Perrot, 2005, p. 9).

Quando escolhemos enveredar pelo campo da História das Mulheres, deparamo-nos com um aspecto que ora nos instiga, ora nos paralisa: a escassez de registros sobre figuras femininas em tempos passados, mesmo aquelas que no seu tempo realizaram feitos importantes para a sociedade e para rupturas na experiência social das mulheres. Como apontado por Michelle Perrot (2009), as mulheres foram durante muito tempo “esquecidas” pela História, e a preservação de sua memória pouco percebida como necessária, haja vista que a historiografia foi construída sob narrativas dos feitos e produções masculinas. Principalmente no século XIX e XX, ocorre uma discrepância entre a localização de informações e memórias dos homens e mulheres. Sobre elas, encontramos fragmentos espaçados no tempo, quase como peças de um grande quebra cabeça que precisamos montar e que, geralmente, sempre nos falta alguma peça para concluí-lo.

Não foi diferente com a localização das fontes referentes às pioneiras analisadas neste estudo. Para atender aos objetivos da pesquisa, buscamos materiais que revelassem aspectos de suas biografias pessoais, origens familiares, formação inicial e trajetória profissional após a diplomação. Durante o levantamento, deparamo-nos com diversas lacunas, especialmente no que diz respeito aos processos formativos e ao exercício profissional dessas mulheres. Ao longo da investigação, utilizamos principalmente periódicos nacionais para identificar práticas e formas de mobilidade social efetivadas pelas pioneiras.

Além dos periódicos, selecionamos majoritariamente fontes documentais, como anais legislativos, decretos, regulamentos de instituições de Ensino Superior, almanaques, entrevistas, e listas de inscritos, aprovados e reprovados. Considerando que as mulheres investigadas nasceram em diferentes localidades do Nordeste, os documentos foram obtidos, em sua maioria, por meio de acervos digitais, com destaque para a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e os arquivos das Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, bem como das Faculdades de Direito do Recife e de São Paulo, existentes até o final do Império.

Num primeiro momento, realizamos o mapeamento dos nomes de mulheres oriundas dos estados nordestinos presentes em instituições de ensino superior entre as décadas de 1880 e 1930. Inicialmente, foi consultado o *Dicionário Mulheres do Brasil*, com o intuito de identificar pioneiras em profissões liberais no país. Em seguida, recorremos a outras fontes, como o Catálogo de Teses das Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro; as listas de turmas das Faculdades de Medicina da Bahia e de São Paulo — esta última criada em 1912; o acervo online da Faculdade de Direito do Recife, incluindo a lista de bacharéis dessa instituição; o acervo online da Faculdade de Direito de São Paulo; o *Almanaque Laemmert*; além de teses e dissertações voltadas para o Ensino Superior brasileiro, com destaque para aquelas que abordam especificamente a presença feminina nessas instituições. A partir desse levantamento, foram identificadas 18 pioneiras vinculadas ao espaço geográfico da pesquisa, cujos dados formativos estão organizados no Quadro 1.

**Quadro 1:** Primeiras mulheres formadas em Medicina e Direito naturais de estados da região nordeste.

Nome	Província de origem	Instituição superior	Ingresso	Conclusão
Ephigênia da Veiga	Bahia	Faculdade de Medicina da Bahia	1885	1890
Amélia Pedroso Benebien	Ceará	Faculdade de Medicina da Bahia	1885	1891

Maria Amélia Cavalcante de Albuquerque (1854-1934)	Pernambuco	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	1888	1892
Ítala Silva de Oliveira (1897-1984)	Sergipe	Faculdade de Medicina da Bahia	1921	1907
Nise Magalhães da Silveira	Alagoas	Faculdade de Medicina da Bahia	1921	1926
Eudésia Vieira (1894-1981)	Paraíba	Faculdade de Medicina do Recife	1929	1934
Rosa Amélia Tajra França	Piauí	Universidade do Brasil (atual UFRJ)		1943
Maria Aragão	Maranhão	Universidade do Brasil	1934	1942
Delmira Secundina da Costa	Pernambuco	Faculdade de Direito do Recife	1884	1888
Maria Coelho da Silva Sobrinho	Pernambuco	Faculdade de Direito do Recife	1885	1888
Maria Fragoso	Pernambuco	Faculdade de Direito do Recife	1885	1888
Anna Alves Vieira Sampaio (Duarte)	Alagoas	Faculdade de Direito do Recife	1889	1893
Catharina Moura	Paraíba	Faculdade de Direito do Recife	1908	1912
Alice Ferreira Cardoso	Sergipe	Faculdade de Direito do Rio de Janeiro	1911	1919
Marieta Gomes de Oliveira Guimarães	Bahia	Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Bahia	1908	1911
Henriqueta Galeno	Ceará	Faculdade de Direito do Ceará	1914	1919
Lylia Guedes	Rio Grande do Norte	Faculdade de Direito do Recife	1918	1922
Zélia Campos	Maranhão	Faculdade de Direito do Maranhão		1925

Fonte: A autora, com base em registros de matrículas e listas de concluintes publicados em Almanques (2024).

Ressaltamos que, no Piauí, a primeira mulher reconhecida como advogada foi Esperança Garcia (1751–?), mulher negra e escravizada no século XVIII. Embora não tenha frequentado uma instituição de Ensino Superior, em 6 de setembro de 1770, escreveu uma carta endereçada ao então presidente da Capitania de São José do Piauí, na qual denunciava os maus-tratos sofridos por ela e por sua família na Fazenda Algodões, onde vivia. Posteriormente, essa carta foi considerada a primeira petição jurídica redigida por uma mulher no Brasil. Em 2017, Esperança Garcia passou a ser reconhecida como a primeira advogada do Piauí, dando nome ao Memorial da Cultura Negra — anteriormente intitulado Memorial Zumbi dos Palmares — que, após reformas, foi rebatizado como Memorial Esperança Garcia. Em 2022, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) reconheceu oficialmente Esperança Garcia como a primeira advogada do Brasil.

Como é possível observar no Quadro 1, durante a realização desta pesquisa identificamos lacunas de dados. Por exemplo, não foi possível localizar a pioneira no campo da Medicina no estado do Rio Grande do Norte, tendo sido encontrada apenas a primeira mulher que obteve o título de bacharel em Direito nessa unidade federativa. Segundo o levantamento realizado, nos primeiros anos da República duas mulheres foram admitidas como ouvintes em cursos de Engenharia no Brasil. A mineira Eunice Peregrino Caldas (1879–1967) ingressou como ouvinte na Escola Politécnica de São Paulo em 1899.

Conforme Melissa Mendes Caputo (2008), Eunice abandonou as aulas para dedicar-se ao campo da Educação, sendo formada pela Escola Normal da capital de São Caetano. Atuou como professora na cidade de Santos, no primeiro Grupo Escolar da região, Dr. Cesário Bastos (Mendes, 2006). Juntamente com a educadora Anália Franco Bastos (1853–1919), fundou a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de Santos, cujo objetivo era formar mulheres no Liceu Feminino Santista e educar crianças em Escolas Maternais.

Segundo estudos de Caputo (2008) e Matos e Pereira (2022), Eunice Peregrino foi internada por familiares no Sanatório Pinel em 1930, sob a justificativa de fadiga física e psíquica decorrente de trabalho excessivo e resistência às opiniões de seus irmãos mais velhos, permanecendo internada até seu falecimento, em 1967. Em 1904, Alcina Maria Moura foi a segunda mulher admitida como ouvinte no curso de Engenharia Civil, posteriormente migrando para Engenharia Arquitetônica, sem concluir o curso. A primeira mulher brasileira a obter diploma em Engenharia foi a carioca Edwiges Maria Becker, formada em 1917 pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Após o mapeamento inicial, procedemos à construção dos perfis sociais das pioneiras identificadas para o estudo. Para a análise dessas biografias coletivas, adotamos o método prosopográfico, conforme definido por Lawrence Stone (2011), que o concebe como uma metodologia voltada ao estudo coletivo de indivíduos pertencentes a um grupo social comum. Por meio desse método, buscamos revelar elementos que possibilitem compreender as origens das ações políticas, as estruturas sociais e as mobilidades desses grupos a partir de suas trajetórias individuais (Stone, 2011; Heiz, 2006; Charle, 2006; Silva, 2018). Assim, constituímos como grupo as primeiras mulheres nordestinas diplomadas no Ensino Superior brasileiro no período entre 1879 e 1930 (Silva, 2018). A adoção do método prosopográfico permitiu analisar semelhanças e singularidades entre essas pioneiras, bem como identificar os processos de ascensão social dessas mulheres no contexto da profissionalização ao longo desse período.

De acordo com Christopher Charle (2006), na análise prosopográfica, o primeiro passo é a definição de critérios ou variáveis que orientaram a construção dos quadros biográficos do grupo investigado. No caso deste estudo, as variáveis escolhidas foram as seguintes: **origem social das mulheres; data de nascimento e morte; formação dos pais; ocupação dos pais; idade; formação primária e secundária; ano de ingresso e conclusão do curso superior; instituição na qual se formaram; tema das teses de conclusão dos cursos; ocupação posterior à obtenção do título superior, se escreveu e o que, redes de sociabilidades e principais trabalhos**. Vale destacar, que ao mesmo tempo em que se propõe a identificação de elementos comuns entre os indivíduos, a análise prosopográfica também pode revelar os aspectos pouco semelhantes entre esse mesmo grupo, quando, para isso, cruzamos com suas experiências particulares. Nos interessa neste estudo articular as duas possibilidades.

Para a obtenção desses dados, foi utilizada a pesquisa documental, entendendo a seleção dos materiais aqui tomados por fontes que revelam aspectos não só da trajetória do grupo de mulheres em foco, como também da dinâmica sociocultural do contexto ao qual estavam inseridas (Graziotin; Klaus; Pereira, 2020). Nessa direção, utilizamos fontes variadas, tais como periódicos da época, almanaques, listas de aprovados e diplomados, atas dos cursos, diplomas, produções escritas das pioneiras, biografias e egodocumentos — a exemplo do inventário da mãe da médica cearense Amélia Benebien e da autobiografia da paraibana Eudésia Vieira.

Após a etapa de composição dos quadros biográficos, realizamos a análise das informações levantadas por meio da organização desses dados em quadros comparativos. Nesse momento, conforme Charle (2006), inicia-se o cruzamento das informações com o objetivo, no nosso caso, de identificar proximidades e distanciamentos entre as experiências de vida das pioneiras estudadas. As análises das trajetórias formativas foram orientadas pelo conceito de táticas, segundo Michel de Certeau (1998), que entende as práticas culturais como fruto da íntima relação entre as categorias de estratégia e tática — a primeira associada ao uso do poder por aqueles em posição legítima, e a segunda correspondendo às “artes de fazer” dos que estão à margem, os quais, sem o reconhecimento oficial, utilizam essas margens para inventar novos cotidianos (Certeau, 1998, p. 100). Isso porque entendemos que, naquela época, e ainda hoje, as mulheres valem-se dessas margens nas suas formas de agir.

Buscamos também dialogar com o conceito de redes de sociabilidade (Sirinelli, 1996), por compreendermos que, no percurso formativo, as relações e filiações estabelecidas pelas pioneiras configuraram modos de agir no contexto, a partir do compartilhamento de ideias afins sobre pautas sociais específicas. Segundo Sirinelli (1996), as sociabilidades construídas pelos

indivíduos mantêm uma “linguagem comum” que articula prática social e engajamento político. Assim, identificar as redes de sociabilidade dessas mulheres nos permitiu compreender alguns de seus posicionamentos, interesses e formas de auxílio ao longo de suas trajetórias.

### **1.3 O que dizem as pesquisas sobre as trajetórias de mulheres no Ensino Superior brasileiro**

Não há dúvidas de que formar-se em profissões liberais, como Medicina, Direito e Engenharia, representou avanços significativos para a inserção feminina em espaços sociais e de poder até então exclusivos aos homens. Contudo, tais avanços não ocorreram sem percalços, enfrentados ao longo das trajetórias das pioneiras nesses campos do conhecimento, sobretudo em uma sociedade patriarcal como a brasileira. Destarte, neste estudo, interessa-nos apresentar a inserção das mulheres no Ensino Superior brasileiro, para o que foi fundamental uma revisão sistemática das produções acadêmicas que, direta ou indiretamente, abordam essa temática.

Como abordagem metodológica, utilizamos a revisão sistemática da literatura (Ramos; Faria; Faria, 2014), a qual, como o próprio nome indica, possibilita delimitar pesquisas dentro de um campo teórico a partir de etapas e critérios específicos. Seguindo essa metodologia, definimos como objetivo central identificar de que forma as trajetórias formativas das pioneiras no Ensino Superior vêm sendo discutidas no meio acadêmico. Para tanto, selecionamos como bases de dados as plataformas Scielo, o Banco Digital Brasileiro de Dissertações e Teses (BDBD) e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Além dessas, por se tratarem de associações representativas da área de História da Educação, também consultamos o acervo da Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), os anais do Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE) e do Grupo de Trabalho de História da Educação (GT-2) das reuniões da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Essa revisão foi realizada, com intervalos, entre 2021 e 2024.

Após isso, selecionamos os critérios que nortearam a escolha ou exclusão das pesquisas para composição da revisão (Ramos; Faria; Faria, 2014). Definimos como critérios de inclusão: a) dissertações, teses e artigos; b) estudos que abordam as primeiras médicas, advogadas e engenheiras do Brasil; c) trabalhos que tratam da inserção das mulheres no ensino superior até 1930; e d) trajetórias formativas das pioneiras no ensino superior brasileiro. Como critérios de exclusão, elencamos: a) pesquisas em que as pioneiras ou suas trajetórias são abordadas de



forma secundária; e b) estudos sobre pioneiras em áreas distintas de Direito, Medicina e Engenharia.

Os descritores utilizados para localização desses estudos foram: *primeiras médicas no Brasil, pioneira (s) na medicina, primeira (s) advogada (s) brasileira (s), primeira (s) bacharela (s), pioneira (s) no curso superior, mulher e medicina no século XIX e XX, mulher e direito no século XIX e XX, educação superior feminina, educação feminina, educação da mulher, primeira mulher formada em engenharia no Brasil, primeira mulher a estudar na Escola Politécnica*. As consultas ao banco de dados foram realizadas entre o ano de 2021 e 2024, tendo sido encontradas produções publicadas entre as áreas da Educação (18), Direito (2), Medicina (4), Ciências Sociais (8), História (13) e Química (1).

Os estudos dão mostras de que a inserção das mulheres em cursos superiores ocorreu nos anos finais do século XIX, mais precisamente na década de 1880, enquanto conquista da luta feminina após o decreto 7.247 de 1879. Conforme discute a historiadora Ana Maria Colling (2011), no citado contexto, as únicas profissões “aceitáveis” às mulheres eram a enfermagem e o magistério. Apesar da presença das parteiras e a institucionalização dessa profissão na sociedade oitocentista, as mulheres não podiam ingressar nos cursos de Medicina (Colling, 2011) e, conseqüentemente, esta proibição se estendia aos demais cursos existentes, Direito e Engenharia, este último realizado nas escolas Politécnicas.

As primeiras médicas brasileiras são do Rio Grande do Sul, rompendo com os padrões de seu tempo, abrindo o caminho para que outras mulheres possam se aventurar em ocupar lugares tradicionalmente destinados ao masculino. Assim foi com Rita Lobato, Ermelinda Lopes e Antonieta Dias. Se as profissões das mulheres eram definidas pelas suas qualidades “naturais”, natureza como produto do discurso e da linguagem, discurso poderoso e duradouro que atravessou séculos, as médicas gaúchas rompem com esta parede de poder social e culturalmente estabelecida. Rita Lobato e suas colegas de profissão revolucionaram os costumes de uma época em que era imoral uma mulher estudar Medicina (Colling, 2011, p. 170).

Colling (2011) referia-se aos discursos médicos que justificavam tanto o afastamento das mulheres de atividades intelectuais, por serem consideradas com capacidade de inferior ao dos homens, como também por dificultar sua mobilidade no espaço público, visto que o exercício de uma atividade laboral em ambiente externo ao doméstico era considerado como um “risco” à moralidade das mulheres. Ao tratar sobre as trajetórias das médicas Rita Lobato Velho Lopes, Ermelinda Lopes de Vasconcelos e Antonieta Dias, ambas do Rio Grande do Sul, Colling (2011) apontou os desafios de uma mulher num ambiente marcadamente de presença masculina, bem como das relações entre as concepções do cuidado e a atuação feminina.

Por se tratar de um período pouco mais repressivo, dadas as limitações impostas à atuação das mulheres em áreas liberais, os desafios e barreiras ultrapassadas por elas foram muitos. Na dissertação de Thaís Marcello de Almeida, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRJ no ano de 2019 e intitulada “As doutoras: a repercussão da formatura em Medicina de Ermelinda Lopes Vasconcellos no final do século XIX (1880-1890)”, observamos uma representação desses desafios na trajetória da médica Ermelinda Vasconcellos. Com base na análise da repercussão da formatura de Ermelinda em periódicos da época, a autora identifica publicações que criticaram a formação de uma mulher em Medicina no país, pois conotava um desvio da sua “natureza” de mãe e esposa (Almeida, 2019). Esse argumento atravessou todo o processo de inserção das mulheres nas profissões liberais, presentes, por exemplo, nas dificuldades das primeiras bacharelas em seguir a carreira jurídica.

O trabalho de Humberto Filho, Manoela Souza e Elisabeth Guimarães (2021), no qual apresentam as trajetórias das quatro primeiras mulheres a ingressarem na Faculdade de Direito do Recife, chama atenção para o aspecto de que, ao contrário das mulheres que optaram pelo curso de Medicina, aquelas que escolheram seguir pelo campo do Direito não tiveram o mesmo êxito profissional. Conforme os autores, não era “[...] incomum que em diversos jornais da época fossem manifestados desconfiças e preconceitos a respeito da atuação das mulheres nos foros e tribunais do país” (Filho; Souza; Guimarães, 2021, p. 159). Apesar de serem tratadas como excelentes alunas durante a realização do curso, o espaço profissional não possibilitou a abertura para o exercício profissional dessas mulheres, sendo opção de algumas delas retornarem ao magistério ou ao espaço familiar (Filho; Souza; Guimarães, 2021).

Essa situação vivida pelas bacharelas mantém relação com o evidenciado no estudo de Galvêncio e Costa (2021) a respeito de que o exercício da Medicina pelas mulheres não afetava tanto a representação social sobre elas e nem a destituiu de seus atributos “naturais” relacionados ao cuidar. Isto porque, a figura da mulher estava intrinsecamente ligada ao exercício da maternidade, este seria seu principal papel na sociedade. De certo modo, a mulher sempre esteve associada ao cuidado do outro, filho ou marido, o que lhe traria bons resultados no exercício da medicina (Galvêncio, 2021).

O contrário ocorria com a advocacia, que se distanciava dessa concepção do cuidado e possuía um caráter mais intelectual não associado às mulheres num primeiro momento. A Medicina enquanto Ciência começa a institucionalizar-se no século XIX, sendo que, na segunda metade do século, há um interesse pelo conhecimento das diferenças biológicas entre os sexos e o desenvolvimento da Ginecologia enquanto especificidade médica (Rohden, 2001). A inserção de mulheres na medicina favoreceu seu desenvolvimento na medida em que, como

veremos nas suas experiências profissionais, foram decisivas para elas se especializarem na saúde da mulher.

A monografia de Gualter Martiniano Pereira de Alencar (2013) destacou o protagonismo das mulheres na Faculdade de Medicina da Bahia entre os séculos XIX e XX. Nesse trabalho, o autor não centraliza o estudo apenas nas pioneiras, mas também na relação entre a medicina e as mulheres ao longo da história da FMB, com ênfase nos efeitos da presença feminina na instituição baiana como fruto de demandas sociais oriundas do movimento em defesa da emancipação social e política das e para as mulheres em construção no período.

No campo da Educação, inseridos na linha da História da Educação, foram encontrados os trabalhos das pesquisadoras Amanda Sousa Galvêncio (2017; 2019; 2020; 2021) e de Raylane Andreza Dias Navarro Barreto e Tayanne Adrian Santana Moraes da Silva (2021). Os estudos de Amanda Galvêncio abordam a trajetória e a atuação de pioneiras no ensino superior da Paraíba. Em um artigo apresentado no IX Congresso Brasileiro de História da Educação, em 2017, Galvêncio analisou a militância em defesa dos direitos femininos de Catarina de Moura, primeira paraibana a obter o título de bacharela em Direito, formada pela Faculdade de Direito do Recife no ano de 1912.

Eudésia Vieira, primeira médica da Paraíba, formada em 1932, foi o foco das análises mais recentes de Galvêncio. Sua tese de doutorado, defendida em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Paraíba, tratou de Eudésia como uma intelectual de seu tempo, articulando suas análises nas três áreas de atuação da biografada: medicina, educação e história. Além disso, a autora a compreendeu como uma expressão do feminismo no contexto social paraibano em que estava inserida. Outros trabalhos encontrados abordam a atuação de Eudésia enquanto educadora e escritora de periódicos.

Os trabalhos de Raylane Barreto e Tayanne Silva (2021) trataram da trajetória formativa da primeira médica pernambucana formada no Brasil, em 1892, Maria Amélia Cavalcante de Albuquerque. As duas pesquisadoras analisam o percurso formativo de Maria Amélia e as oportunidades por ela aproveitadas para conseguir tornar-se médica num contexto pouco favorável para as mulheres. No mesmo ano, Tayanne Silva publicou o livro “Entre o engenho e a faculdade de medicina: o caso da pernambucana Maria Amélia Cavalcante de Albuquerque”, fruto de sua monografia de conclusão do curso em História na UFPE, no qual discute tanto as adversidades da trajetória de Maria Amélia, como também aborda a relação entre a mulher e medicina.

Dentre as pesquisas que destacam a relação entre o ingresso das mulheres ao ensino superior e a busca pela redefinição dos papéis ocupados por elas na passagem do Império para

a República, podemos citar os trabalhos da cientista social Elizabeth Juliska Rago, que realizou uma tese de doutoramento intitulada “Feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)”, defendida em 2005 no Programa em Ciências Sociais da PUC-SP, publicado posteriormente em livro.

Nesse trabalho, Elisabeth Rago se debruça sobre a trajetória de Francisca Pragner Fróes, formada em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1883, analisando os contextos favoráveis — inclusive os de ordem familiar — que influenciaram sua formação e a escolha pela carreira médica. Em seu estudo, Rago (2005) enfatiza a influência da mãe de Francisca em sua formação e posterior atuação em defesa dos direitos femininos. Ao analisar a vida e as práticas de Francisca Pragner, a pesquisadora explora sua inserção no movimento higienista baiano no início do século XX e sua mobilização em prol da participação política e social das mulheres, especialmente por meio do voto.

Além da tese, localizamos mais três artigos de Rago que abordam a atuação da médica baiana e as transformações na prática médica com a inserção das mulheres. Observa-se um elo entre os trabalhos citados, ao situar as práticas das pioneiras em um contexto propício à reavaliação dos papéis sociais atribuídos às mulheres. Destaca-se a relação entre o ingresso das mulheres nos cursos superiores e o consequente exercício da profissão como contribuição ao processo de emancipação social feminina — ainda que em número reduzido, se comparado ao de tantas outras que não tiveram acesso a esses espaços.

Localizamos ainda trabalhos que versam sobre a escolarização feminina no século XIX e incluem a trajetória de algumas pioneiras que, antes de ingressarem no ensino superior, cursaram o ensino normal e atuaram como professoras. É o caso da dissertação de mestrado em Educação de Máira Lewtchuk Espíndola (2017), “As experiências dos intelectuais no processo de escolarização primária na Parahyba (1824-1922)”, na qual a autora analisa a atuação de intelectuais paraibanos envolvidos no desenvolvimento da escolarização na Paraíba. Dentre o grupo de dez personagens estudados, destacam-se as trajetórias de Eudésia Vieira — professora e médica — e de Catharina Moura — advogada.

A trajetória de Eudésia também é contemplada na dissertação de Erinalva Lopes dos Santos (2010), “Educação feminina: ideias e concepções sobre a formação da mulher veiculadas na imprensa da Parahyba do Norte (1912-1927)”, na qual são destacados os artigos da professora e médica paraibana em defesa da escolarização das mulheres como instrumento para sua emancipação social.

Somente no século XX o exercício da advocacia por mulheres tem início. No trabalho de Alessandra Schueler e Irma Rizzini (2021), as autoras analisam as experiências vividas pela advogada carioca Myrthes de Campos (1875-1965), interpretando sua atuação como voltada à

militância política em defesa de direitos das mulheres, como o divórcio e o voto feminino. Tal experiência de vida nos permite conjecturar sobre dois aspectos da trajetória de Myrthes que a colocam em posição de confronto com as concepções de seu tempo: o fato de ter seguido uma carreira então majoritariamente masculina e o de ter utilizado suas possibilidades profissionais em prol da causa da emancipação social das mulheres. Lucia Guimarães e Tânia Ferreira (2009) acrescentam que a trajetória de Myrthes, marcada por rupturas, resistências e superações, contribui para um repensar da história das mulheres, à medida que revela uma atuação ativa da mulher na sociedade.

Nailda Marinho da Costa Bonato (2011; 2013; 2014; 2015; 2016; 2019; 2020) discute, a partir das trajetórias da advogada carioca Carmem Velasco Portinho (1903-2001) e das primeiras professoras do Colégio Pedro II, a contribuição das organizações femininas para o avanço da presença feminina no ensino superior durante a Primeira República. Com base em pesquisas documentais e bibliográficas, aborda também o processo de ingresso das mulheres no ensino superior, bem como suas práticas de atuação e resistência nesses espaços.

Os estudos sobre as mulheres pioneiras na Engenharia foram localizados em menor número. O ingresso e a formação tardia das mulheres nos cursos de Engenharia, em comparação aos de Direito e Medicina, nos instigam a refletir sobre as dificuldades e resistências enfrentadas em suas trajetórias. Pesquisas das sociólogas Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi (1999, 2000) analisam particularidades relacionadas à presença feminina nos cursos de Engenharia, Arquitetura, Medicina e Direito. Em 2004, a historiadora Eni de Mesquita Samara e a engenheira química Maria Cândida Reginato Facciotti publicaram o livro “Mulheres politécnicas: histórias e perfis”, no qual traçam as biografias de alunas ouvintes e formadas em Engenharia na Escola Politécnica de São Paulo, bem como suas atuações profissionais no início do século XX, entre 1899 e 1904. Nesse trabalho, identificam-se como pioneiras as alunas ouvintes Eunice Petrino Caldas (1879-1967), admitida em 1899, e Alicina Maria Moura, admitida em 1904; e a primeira mulher oficialmente formada na instituição, Ana Frida Hoffman, em 1929.

#### **1.4 Estrutura da tese**

A escrita desta tese está organizada em quatro seções, além da introdução e das considerações finais. Após mapear as pioneiras do Ensino Superior oriundas da região que hoje identificamos como Nordeste do Brasil, na seção *Elas ingressam no Ensino Superior*, tratamos dos dispositivos legais que nortearam a institucionalização do ensino superior no Brasil entre

os séculos XIX e XX. Partimos do entendimento de que as leis não surgem de forma espontânea, e, por isso, nos interessou compreender as tensões e os debates sociais em torno da ampliação da educação feminina por meio da escolarização. Para tanto, utilizamos os discursos produzidos por Nísia Floresta, Josefina Álvares de Azevedo e Tobias Barreto, as Atas das Assembleias do Senado brasileiro, bem como os periódicos da época, especialmente aqueles voltados à defesa da educação da mulher.

Na terceira seção, *Mulheres nordestinas pioneiras no Ensino Superior*, nosso objetivo foi identificar as estratégias e táticas empreendidas para a obtenção do título de médica ou bacharela. Para isso, foi necessário discutir os processos formativos, as práticas adotadas e as condições efetivas que moldaram as trajetórias das pioneiras aqui estudadas. O intuito foi construir quadros que permitissem observar as proximidades e singularidades dessas mulheres e, com base em seus dados biográficos, ampliar a compreensão sobre as práticas femininas no século XIX, em particular no que se refere à sua formação.

Na última seção, *Nos rastros das atuações profissionais das pioneiras*, buscamos evidenciar o papel das redes de sociabilidade na formação no Ensino Superior e analisar os caminhos trilhados por essas mulheres após a diplomação. Para tanto, foi necessário esmiuçar os vestígios encontrados sobre a atuação das médicas e bacharelas estudadas, assim como discutir as possíveis razões pelas quais algumas delas não lograram êxito no exercício das profissões. Intentamos ainda analisar as redes de sociabilidade dessas mulheres, procurando compreender de que modo o lugar e a posição social que ocupavam contribuíram para o alcance de seus objetivos.

As análises seguiram a partir do exame das fontes relativas aos dados biográficos, mais especificamente do que pudemos captar por meio de notas em periódicos e revistas da época, listas em almanaques e estudos produzidos sobre essas mulheres. Também buscamos desvelar as dificuldades enfrentadas pelas pioneiras para atuarem nos campos de sua formação, incluindo a desconfiança sobre seus saberes, críticas e até impedimentos ao exercício profissional. Nas considerações finais, pontuamos as confirmações — ou não — da hipótese inicial, as contribuições dos resultados da pesquisa e as possibilidades de novos estudos no campo da História da Educação.

## 2 ELAS INGRESSAM NO ENSINO SUPERIOR

Eles bem conhecem a injustiça que nos fazem; e esse conhecimento os reduz ao recurso de disfarçar a má fé à custa de sua própria razão. Porém deixemos falar uma vez a verdade: **por que se interessam tanto em nos separar das ciências a que temos tanto direito como eles, senão pelo temor de que partilhemos com eles, ou mesmo os excedamos na administração dos cargos públicos, que quase sempre tão vergonhosamente desempenham?** O mesmo sórdido interesse, que os instiga a invadir todo poder e dignidades, os determina a provar-nos desse conhecimento, que nos tornaria suas competidoras. Como a natureza parece haver destinado os homens a ser nossos subalternos, eu lhes perdoaria voluntariamente a usurpação, pela qual nos têm tirado das mãos o embaraço dos empregos públicos, se sua injustiça ficasse satisfeita, e parasse nisso, mas como um abismo cava outro, e os vícios sempre andam juntos, eles não se satisfazem somente com a usurpação de toda autoridade, têm mesmo a ousadia de sustentar que ela lhes pertence de direito, pois a natureza nos formou para ser-lhes perpetuamente sujeitas por falta de habilidade necessária para partilhar com eles do governo, e cargos públicos. **Para refutar esse extravagante modo de pensar será preciso destruir os fundamentos sobre que está baseado** (Floresta, 1832, p. 94-95, grifo nosso).

A entrada tardia das mulheres no Ensino Superior esteve imbricada às representações sociais a elas atribuídas, que procuravam justificar a inferioridade feminina com base exclusivamente em suas diferenças biológicas (Perrot, 2009; Rohden, 2001). Tais representações concebiam um modelo feminino alheio à vida pública e política, segundo o qual o papel “útil” da mulher na sociedade estaria restrito à maternidade. No entanto, ainda no século XIX, no Brasil, vozes como a de Nísia Floresta confrontaram essas concepções, defendendo maior participação das mulheres na política e a ampliação de sua escolarização. O objetivo deste capítulo foi compreender o conteúdo dos dispositivos legais que nortearam a institucionalização do Ensino Superior no Brasil entre os séculos XIX e XX.

Como fontes, foram analisadas as seguintes legislações brasileiras: a Lei de Ensino de 1827; o Decreto nº 5.429, de 1873; o Decreto nº 5.247, de 1879 (conhecido como Reforma Leôncio de Carvalho); a Lei Orgânica do Ensino Superior de 1911; o Decreto nº 11.530, de 1915; a Reforma Rocha Vaz, de 1925; o Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931; a Reforma Francisco Campos, de 1932; e a Constituição Federal de 1934. Além desses documentos, foram examinados também o artigo *A mulher médica*, publicado na *Gazeta Médica da Bahia* (1894), um texto de Nísia Floresta no periódico *A Família* e a peça de teatro *O Voto*, de Josefina Álvares de Azevedo.

Inicialmente, tecemos considerações sobre os dispositivos que nortearam o Ensino Superior no recorte temporal de 1879 a 1930, com o intuito de compreender as bases que

consolidaram esse nível de ensino no momento em que as mulheres começaram a ingressar nele. Em seguida, analisamos os discursos veiculados na imprensa periódica da época, voltados à formação acadêmica das mulheres.

## 2.1 “Elas devem ou não estudar?” Debates e avanços da educação feminina no Brasil

Como mencionado anteriormente, o Decreto nº 7.247, de 1879, autorizou a admissão de mulheres no curso de Medicina. A abertura dos cursos de Medicina e seus anexos (Farmácia, Obstetrícia e Odontologia) acabou por favorecer o ingresso feminino em outros cursos superiores, como Direito e Engenharia, uma vez que o texto legal não estabelecia nenhuma proibição explícita à presença de mulheres nesses demais cursos.

Esse marco legal refletiu uma demanda tanto de mulheres quanto de homens que defendiam a ampliação da escolarização feminina, inspirados principalmente pela formação de mulheres em outros países, bem como pelos debates sobre a questão feminina então em circulação. Em linhas gerais, tais discussões contemplavam a defesa da educação das mulheres e sua participação na vida política.

Os primeiros registros de matrícula de mulheres no ensino superior datam da década de 1880, tendo inclusive repercussão na imprensa nacional, como evidenciam os excertos que seguem:

Acaba de inscrever-se na primeira serie das matérias que constituem o curso de medicina da faculdade desta Côrte a Sra. D. Ambrosina de Magalhães, filha do Sr. tenente-coronel Antonio Vicente de Magalhães, que, em signal de rozijo por similhante facto, concedeu carta de liberdade a uma escrava (União Médica, 1881, p. 187).

O jornal Comercio de Portugal divulgava:

Na faculdade de medicina do Rio de Janeiro acaba de matricular-se na primeira serie do curso medico a sr.<sup>a</sup> D. Ambrosina de Magalhães, filha do tenente-coronel Antonio Vicente do Magalhães, natural da provincia do Parahyba do Norte. Tem 17 annos, e é a primeira brasileira que enceta a carreira dos estudos superiores no Imperio. Oxalá este exemplo seja imitado pelas suas patricias, concorrendo d'esta fórma para que a mulher deixe de circumscrever as suas aptidões intellectuaes no acanhado circulo em que vegeto (Comercio De Portugal, 1881, p. 1).



Apesar do pioneirismo da matrícula, Ambrosina Magalhães não concluiu o curso<sup>2</sup>. Outras duas brasileiras também se matriculam em cursos de medicina, mas não se formaram, Augusta Castelões Fernandes e Elisa Borges Ribeiro. A gaúcha Rita Lobato Velho Lopes (1866-1954) foi a primeira mulher brasileira a concluir um curso superior. Formou-se em Medicina em 1887, iniciando os estudos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e o concluindo na Faculdade da Bahia.

A escolarização superior das mulheres já era um tema discutido ainda na primeira metade do século XIX. Podemos encontrar nas publicações de Nísia Floresta<sup>3</sup> (1810-1885) e Josefina Álvares de Azevedo (1851-1913), expressões da defesa pela emancipação intelectual e política das mulheres naquele contexto. Em 1832 Nísia Floresta publicou o texto “Direitos das mulheres e injustiça dos homens”, no qual expõe a desigualdade entre os papéis ocupados por homens e aqueles destinados às mulheres. Esse texto seria uma “tradução livre”, nas palavras da própria autora, de um texto da inglesa Mary Wollstonecraft<sup>4</sup>. Com essa publicação, Nísia projetou críticas à condição feminina inferior daquele contexto e iniciou na sociedade brasileira, não sem críticas, um movimento para redefinir seus espaços na sociedade.

De acordo com Nísia Floresta, as mulheres já desempenhavam um papel importante na sociedade ao cuidar da formação das crianças; contudo, tal prática não era reconhecida com a mesma relevância que os feitos dos homens, sendo considerada um serviço “comum e ordinário” (Floresta, 1832, p. 83–84). A autora argumentou em favor da igualdade de condições entre homens e mulheres — não necessariamente de funções —, ao compreender que ambos exerciam papéis fundamentais para o desenvolvimento do país.

Nísia não apenas discursou, como também executou projetos formativos voltados às mulheres, com o objetivo de romper com os padrões estabelecidos para o período (Lima, 2019). A criação do Colégio Augusto, na cidade do Rio de Janeiro, em 1832, representa essas intenções. O currículo da instituição, voltado à instrução de meninas, incluía conteúdos até então destinados exclusivamente ao público masculino, como gramática nacional, noções gerais

---

<sup>2</sup> Não encontramos os motivos que levaram Ambrosina a abandonar o curso de Medicina. Nas investigações que fizemos, localizamos que até o ano de 1883 seu nome constava nas listas para os exames anuais. Em 1885 se casa com o militar Francisco Antonio Carneiro Cunha (Gazeta de Notícias, 6 de dezembro de 1885), elemento que pode ter contribuído para sua decisão, numa época em que ainda era pouco comum a mulher se dividir entre a vida doméstica e acadêmica. Falece em 15 de janeiro de 1918 (O Paiz, 1918).

<sup>3</sup> Pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto.

<sup>4</sup> Apesar de ser considerada uma das primeiras publicações em defesa dos direitos das mulheres, o texto de Nísia é rodeado por debates quanto à sua verdadeira origem. Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke ao realizar um estudo comparativo entre os textos da brasileira e da inglesa, identificou não se tratar do mesmo texto. O que foi publicado no Brasil por Nísia seria na verdade a cópia de outro escrito datado de 1789 assinado pelo pseudônimo de Sofia. A discussão sobre a autoria atravessa a prática de tradução do século XIX, visto que a pessoa que se propunha a traduzir algo se apropriou da obra de tal forma a inserir palavras suas, o que não era algo considerado criminoso para o período (Duarte, 2001).

de geografia, francês e italiano. Essa iniciativa a tornou alvo de críticas, pois foi considerada imoral por grupos conservadores da época.

Assim como Nísia Floresta, a jornalista, professora, poetisa, editora e dramaturga Josefina Álvares de Azevedo também lutou, por meio de seus escritos, pelos direitos femininos no Brasil, na segunda metade do século XIX. Em 1888, fundou o jornal *A Família: jornal literário dedicado à educação da mãe e da família* e, na condição de principal redatora, abordava temas relacionados à emancipação feminina. De acordo com Maria Helena de Almeida Freitas e Mônica Almeida Rizzo Soares, o periódico pode ser considerado “[...] uma das mais combativas e avançadas revistas feministas de sua época”, ao tratar de temas como “[...] a igualdade entre homens e mulheres, o direito ao voto feminino, a necessidade da educação feminina e sua precariedade, assim como críticas à Igreja Católica e às instituições públicas referentes à questão feminina” (Freitas; Soares, 2019).

Além da redação do jornal, Josefina publicou outros textos em variados gêneros literários que abordavam questões femininas, como ensaios e peças teatrais. Em *O Voto Feminino*, ao defender o direito das mulheres ao sufrágio, argumentou a favor da igualdade entre os sexos. Para tanto, sustentava que a mulher deveria, primeiramente, emancipar-se por meio de uma instrução mais sólida. Nas palavras de Josefina:

A primeira condição essencial de emancipação das pessoas é a instrução. Instruída a mulher, todos os direitos se lhe antolham como da posse razoável de todos os seres da espécie. A lei restritiva não lhe parece senão como um despotismo tirânico da força contra o direito, do homem sobre a mulher. E a mulher, será instruída e emancipada, com todos os direitos inerentes às personalidades humanas, ou não será instruída, e, por conseguinte, torna-la-ão inferior pelo egoísmo dos seus semelhantes, o que é uma monstruosidade. Repito: a emancipação da mulher é um direito concernente à sua instrução. Mulher instruída é mulher emancipada. Instruí-la e conservá-la atada a todas as peias da ignorância, da superstição e da inferioridade social é absurdo preconceito que não pode senão produzir males sociais (Azevedo, 2019, p. 27-28).

Josefina compreendia e defendia que o acesso a uma instrução mais completa proporcionaria ao público feminino melhores condições de marcar presença no espaço público e nas decisões políticas. Cabe destacar que, nos oitocentos, desde 1827, com a promulgação da primeira lei de regulamentação do ensino de primeiras letras no país, tornou-se possível o acesso das meninas às aulas fora do ambiente doméstico. Apesar de representar um avanço significativo para a educação feminina, a referida lei estabelecia como exigência que o ensino das meninas fosse ministrado por “mestras”, o que dificultava a efetivação do direito, dado o

número reduzido de professoras na época (Ferreira; Schartz, 2014). Além disso, o currículo proposto para o ensino feminino era restrito, quando comparado ao destinado aos meninos.

De acordo com a lei, o currículo seria assim organizado:

Art 6º Os Professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as nações mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral chritã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionandos á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Imperio e a Historia do Brazil.

[...]

Art 12º As mestras, além do declarado no art 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrucção da arithmetica só as suas quatro operações, ensinarão tambem as prendas que servem á economia domestica [...] (Brasil, 1827).

Observa-se, na divisão dos conteúdos por gênero, que o ensino proposto ao público feminino compreendia saberes mínimos — possivelmente resultado de concepções errôneas e limitantes acerca do intelecto das mulheres, como já mencionado. Os estudos sobre o processo de escolarização feminina demonstram que, naquele período, prevalecia uma formação prescritiva, voltada para a administração do lar. Tal enfoque refletia a concepção — limitante, porém predominante — de que as mulheres deveriam se ocupar exclusivamente, ou sobretudo, da vida doméstica.

Somente nas últimas décadas do século XIX foi possível observar um avanço legal mais significativo na formação feminina. Nesse período, registra-se o ingresso intenso de mulheres na carreira docente, como demonstram, entre outras, as pesquisas de Zeila Demartini e Fátima Antunes (1993); Elomar Tambara (1998); Flávia Werle (1996); André Castanha (2015); Fabiana Munhoz (2018); Amanda Galvínio (2019); Leila Santana (2020); Elaine Almeida Melnikoff (2014), entre outros.

Aliada à profissão do magistério, a atividade das parteiras também se destacou como uma das mais comuns entre as mulheres, sendo talvez uma das primeiras profissões femininas a passar por um processo de especialização.

Conforme Maria Lúcia Mott (2005), nas primeiras décadas do século XIX, as parteiras — leigas ou de ofício — exerciam sua profissão com base no reconhecimento social de sua experiência prática na arte do partejar. Após a década de 1830, esse grupo passou a disputar espaço com profissionais diplomadas vindas do estrangeiro, o que evidenciou a necessidade de criação de um curso específico para parteiras no Brasil. Essa necessidade era ainda mais evidente diante da carência de conhecimentos técnico-científicos por parte das parteiras leigas, o que colocava em risco a vida das parturientes.

Diante desse cenário, em 1832, após uma reforma nos cursos de Medicina, foi criado na Corte o Curso de Parteiras. Marie Josephine Mathilde Durocher — mais conhecida como Madame Durocher — foi a primeira mulher a obter o diploma de parteira no país. Durocher teve uma carreira profícua e amplamente reconhecida na época: contribuiu para a difusão da arte do partejar e prestou assistência a muitas mulheres, especialmente em um período em que havia grande resistência das mulheres em consultar-se com médicos homens. Por sua trajetória, foi nomeada, em 1866, Parteira da Casa Imperial (Barreto; Silva, 2021; São Bento *et al.*, 2010).

Além de Madame Durocher, outras mulheres também se diplomaram parteiras no século XIX, entre elas: Maria Victoria Adelaide M. Gonçalves (1839), Maria Lacosta (1850), Felicíssima Rosa Pereira Ferreira (1851), Maria Del Carmen Paiva Brioso (provavelmente entre 1854 e 1855) e Theresa Jesuína Tygna (1857) (Medeiros; Carvalho; Tura, 2017).

A despeito do exercício profissional das mulheres como parteiras, a exclusão do público feminino do Ensino Superior até a década de 1880 refletia o peso e o predomínio de discursos que lhes atribuíam uma suposta incapacidade intelectual. Em publicação de 1868, a *Gazeta Médica da Bahia* divulgou um artigo intitulado *A mulher médica*, no qual o autor, sob o pseudônimo “Escholiaste Médico”, opinava que o ingresso das mulheres na área médica desvirtuava a “natureza” de sua função social — qual seja, ser boa mãe e esposa. Assim dizia o autor:

Nada ha (sic) tão materialmente inaceitavel como uma doutora em medicina. Se ha paradoxo possivel, é a admissão da mulher na arte de curar. [...] Não se percebe todavia que haja prazer possivel em uma mulher conviver com as doenças mais repugnante, e passar os melhores dias da sua mocidade a dissecar cadavres. Não pode haver mulher de gosto tão deploravelmente depravado! Para se tornar bom cirurgião e bom medico é preciso que o homem desde o começo da sua instrução technica se dê com toda a vontade e perseverança aos estudos anatomicos. Na desempenho (sic) d’estes é mister vencer muita repugnancia, desprezar muitos preconceitos, expor-se a muitos perigos. A mulher pela sua compleição, pelos seus habitos, pela sua organização nunca poderia vencel-os. Se para ser bom pratico é preciso tudo isto, a mulher nunca poderia ser boa medica (Gazeta Médica Da Bahia, 1868, 70-72).

O artigo sustentava seu argumento a partir de elementos oriundos da religião cristã, atribuindo à mulher a função principal de manter a família e desempenhar as “funções instintivas da maternidade”. O autor ainda enfatizava que o fato de a mulher trabalhar fora de casa negligenciaria a criação dos filhos, afirmando que

[...] se Deos tivera adivinhado que a mulher se havia de lembrar uma vez de ser doutora em medicina, certamente não incommodaria o somno de Adão,

para lhe tirar a costella, ou quebraria esta em suas onnipotentes mãos antes de lhe dar o sopro divino! (Gazeta Médica da Bahia, 1868, p. 70-72).

Outra publicação, datada de 1894, teceu críticas à inserção das mulheres em espaços profissionais:

Bacharelou-se na faculdade de direito do Recife a exm<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> d. Anna Sampaio, natural de Alagôas. Defendeu theses para o grau de doutora em sciencias mathematicas perante a faculdade de sciencias de Paris a jovem Dorothea Klumpkes, natural da California. Dorothea Klumpke, uma jovem alta, magra e loura, um tanto pallida pelas longas vigílias do estudo, apresentou-se elegantemente vestida de preto. Uma das theses que defendeu intitulava-se: “contribuição para o estudo dos anneis de Saturno”. Ao terminar a defesa de theses, o presidente da mesa teceu os maiores elogios a doutoranda, no meio dos unanimes aplausos do auditório. Dorothea é a primeira mulher que em França obtem o grau de doutora em sciencias. Miss Natte Iwin de Ellendade foi nomeada tabelião no Estado de Dakota do Norte, nos Estados Unidos. Em muitos Estados da União, taes como Alabama da California, o Illinois, o Tenessie, o Nyomings as senhoras são admitidas nos officios de justiça. Si as mulheres já governam aos maridos quando sabem apenas as primeiras letras, façam idéa do que não será quando souberem direito, sciencias e a chicana dos tabeliães! Cuidado com ellas ou sinão foi um dia a independência e a soberania masculinas (Goyas, 1894, p. 1).

É possível observar que a maior participação das mulheres no espaço público era vista, por quem escreveu a matéria, como uma ameaça à ordem considerada “natural” da organização social, na qual cabia aos homens a incumbência de prover a família e o direito de cuidar das coisas públicas. Para as mulheres, destinava-se a administração do lar e a preparação moral e religiosa dos futuros cidadãos. Aqueles que escolhiam, ou podiam, ter maior acesso à escolarização ou buscavam ocupar espaços sociais dominados pela presença masculina enfrentavam essa ordem e, por consequência, as bases do patriarcado.

Ambas as publicações expressam algumas das concepções sustentadas pelas bases filosóficas, políticas e, sobretudo, culturais de matriz religiosa que orientavam aquela sociedade, conferindo à mulher uma dupla acepção: ora remetendo à sacralidade, ora à condição de propulsora do mal social (Perrot, 2009; Barreto; Silva, 2022). Os valores cristãos, por exemplo, reforçaram a ideia de uma suposta inferioridade feminina, pois as leituras bíblicas foram interpretadas de modo a subordinar a mulher ao homem — este representante da força divina e aquela, responsável por desviá-lo do caminho correto (Barreto, 2022). Tal percepção sobre a “natural” e “divina” hierarquia das sociedades contribuiu para restringir as mulheres a certos espaços tidos como masculinos, bem como para construir uma imagem feminina marcada por elementos desqualificadores: sexo frágil, tola, romântica em excesso, vulnerável, fraca, entre outros.

Entre os séculos XVIII e XIX, a ciência médica procurou demarcar os papéis sociais com base na divulgação das diferenças biológicas entre homens e mulheres. Segundo Fabíola Rohden (2001), tais diferenças foram interpretadas como responsáveis por influenciar as capacidades e comportamentos dos indivíduos, concebendo a mulher, por suas características biológicas, como um ser “inferior”, propenso a doenças físicas e psíquicas, a desvios de conduta social e limitado intelectualmente. Ana Colling (2011) também utiliza essa tese para discutir a contribuição da medicina na justificativa das diferenças femininas enquanto condicionantes de sua capacidade intelectual. De acordo com Colling (2011), o discurso médico sustentava a ideia de que, por natureza, a função da mulher na família e na sociedade era o exercício da maternidade; além disso, no século XIX, as diferenças biológicas femininas eram encaradas como fatores determinantes para doenças físicas ou mentais.

Os textos sobre a menstruação, produzidos por médicos portugueses do séc. XVIII, e assimilados no Brasil, são incorporados no século XIX como fator determinante e indicador de doença mental. Aquilo que conhecemos hoje como TPM (tensão pré-menstrual) é caracterizado por médicos, detentores do saber sobre o corpo das mulheres, como perturbação do sistema nervoso, durante o período menstrual, na maioria das mulheres. Os diagnósticos que conduzem a mulher a ser caracterizada como doente mental concentram-se na esfera da sua natureza, da sua sexualidade, enquanto que o doente mental do sexo masculino possui este desvio por motivos atinentes ao seu trabalho, política, etc. (Colling, 2001, p. 173).

O *status* de verdade que a ciência médica foi adquirindo ao longo do século XIX conferia grande peso aos seus discursos na construção de opiniões e na consolidação de regras sociais (Rohden, 2001). Com base nesses discursos, a mulher foi afastada do espaço público e de uma participação ativa na política, além de ser considerada incapaz de exercer profissões liberais de prestígio, como Medicina ou Direito. As consequências dessa visão foram a prevalência masculina nos campos intelectuais e sociais, bem como a tentativa de limitar as práticas femininas ao ambiente doméstico (Galvêncio; Costa, 2021).

Essa construção, personificada pelo distanciamento das mulheres dos espaços públicos, também se refletiu no viés da educação ofertada às mulheres no Brasil Imperial, cuja formação limitada carregava a ideia de que não era necessária uma instrução ampla para elas. Sob a influência dessas concepções — justificadas e aceitas no contexto sociocultural da época e respaldadas pelo discurso médico — cabia à mulher ocupar seu lugar no âmbito doméstico, enquanto mãe e esposa, o que, em tese, não exigia dedicação maior aos estudos ou ao aprofundamento em conteúdos científicos pouco relacionados a essas funções.

Na segunda metade do século XIX, entretanto, a educação das mulheres começa a receber maior atenção dos reformistas, na medida em que, por estarem à frente da formação da

futura geração, também deveriam receber uma educação adequada aos rumos de uma sociedade que almejava a modernidade.

Para compreender as concepções em disputa sobre a mulher naquele momento, basta analisar as atas referentes à criação da referida lei geral da educação. Os discursos proferidos por alguns senadores sobre o currículo adequado às meninas reforçavam o ideário de que não era necessário ofertar-lhes um ensino amplo, dada uma suposta incapacidade intelectual. Sobre o conteúdo de Matemática, assim se manifestou o Visconde de Cairú:

Sobre as contas, são bastantes [para as meninas] as quatro espécies, que não estão fora do seu alcance e lhes podem ser de constante uso na vida. O seu uso de razão é mui pouco desenvolvido para poderem entender e praticar operações ulteriores e mais difíceis de aritmética e geometria. Estou convencido de que é vão lutar contra a natureza (Lisboa, 1827)

Tal pensamento era reforçado por demais políticos envolvidos na discussão, como o senador Marquês de Caravelas, Bahia, que se expressou da seguinte forma:

Em geral, as meninas não têm um desenvolvimento de raciocínio tão grande quanto os meninos, não prestam tanta atenção ao ensino. Parece que a sua mesma natureza repugna o trabalho árido e difícil e só abraça o deleitoso. Basta-lhes o saber ler, escrever e as quatro primeiras operações da aritmética. Se querem dar-lhes algumas prendas mais, ensinem-lhes a cantar e tocar, prendas que vão aumentar a sua beleza. O que importa é que elas sejam bem instruídas na economia da casa, para que o marido não se veja obrigado a entrar nos arranjos domésticos, distraíndo-se dos seus negócios (Campos, 1827).

Nos discursos apresentados há ênfase na representação da mulher enquanto indivíduo de menor capacidade intelectual e cuja função, por “natureza”, deveria ser as obrigações no campo doméstico. Por tal representação, o ensino destinado à formação do público feminino não teria que assemelhar-se ao do masculino, visto que, na concepção dos que produziam esse discurso, seria algo sem função prática. Como também pontuou o senador Mariano José Pereira da Fonseca, Marquês de Maracá (RJ), a “[...] mulher é um ente mui diverso do homem. O que ela deve saber é o governo doméstico da casa e os serviços a ele inerentes, para que se façam boas mães de família” (Fonseca, 1827), reforçando uma concepção inferiorizada da mulher segundo suas diferenças em relação ao homem, este forte e propenso à vida pública, ela direcionada ao espaço doméstico.

A restrição no currículo feminino favorecia a ideia de que o trabalho intelectual ou atividades profissionais realizadas no espaço público fosse algo apenas destinado aos homens. Ainda sobre essa diferenciação curricular, Ferreira e Schwartz (2014) pontuam sobre uma má interpretação brasileira a respeito do que viria a ser o ensino de trabalhos manuais, já que o

intuito de Lancaster era capacitar mulheres inglesas para o trabalho fora do âmbito doméstico. No Brasil, o trabalho manual ou as “prendas domésticas” atendia muito mais à necessidade de limitar o espaço da mulher ao lar. O que, no entanto, não impediria que algumas delas se apropriassem do saber, mesmo que mínimo, para romper com limitações da época, o que, à luz de Perrot (2006), incidiria em outros poderes.

Ao apontarem a instrução como um elemento principal para a conquista de direitos das mulheres, tanto Nísia Floresta como Josefina Álvares de Azevedo teciam críticas diretas à organização oficial do ensino vigente no país, bem como às bases que estruturavam aquela sociedade, onde a mulher era relegada a lugares subalternos. A temática da educação da mulher passou então a ocupar um papel relevante no cenário cultural e social da sociedade oitocentista, sendo temas inclusive das Conferências Populares realizadas nas décadas de 1870 e 1880 no Brasil. Em 1876, o conselheiro do Imperador, José Liberato Barroso, proferiu uma conferência intitulada “A Educação da Mulher”, onde associou a educação das mulheres ao projeto de desenvolvimento nacional.

Na concepção de Barroso, a instrução destinada à mulher deveria realçar suas habilidades “naturais” voltadas a uma melhor condução da família e torná-la um exemplo de mãe, já que a família, como primeiro núcleo social, devia ser preservada dos perigos sociais que poderiam romper com a solidez dessa estrutura social. Nas palavras proferidas pelo político: “[...] a mulher moderna é, como eu lhes disse, minhas senhoras, a mulher da família e da pátria, - filha, esposa, mãe e cidadã [...] é em cada uma d’estas situações que devemos estudar a mulher, e a sua missão no seio da família e no seio da sociedade [sic]” (Barroso, 1876, p. 115). A defesa conservadora de Barroso em favor da educação das mulheres recaía, assim como no Brasil colônia, sobre a necessidade de formar boas mães, na medida em que seriam aquelas que orientariam moral e religiosamente a vida dos futuros cidadãos da nação.

Além de colocar a preservação da instituição familiar como um argumento para a educação feminina, Barroso, como próprio da época, também apontava uma relação entre a vontade divina e o papel “natural” do desempenho da função de mãe e esposa da mulher. Através do discurso de Barroso, é possível compreender que a educação da mulher foi abordada no século XIX ao menos por duas direções: uma realizava a defesa por uma formação feminina que contribuísse para a emancipação política e social da mulher; e outra, que entendia a instrução da mulher como um elemento importante para a conservação da ordem social, na medida em que eram as primeiras a orientar os valores dos futuros cidadãos. Ambas as concepções contribuíram para que o tema da educação das mulheres fosse pauta nos debates



públicos, sendo compreendida como uma necessidade naquela sociedade que se pretendia moderna (Hahner, 2011).

Ambas as concepções sobre a instrução da mulher apontam para uma gradual mudança de percepção sobre a finalidade da escolarização pública, sendo sua formação pensada com vistas à formação/preservação dos cidadãos e governantes nacionais. Assim, seu “papel” na sociedade recebia um significado diferente daquele abarcado no início do século XIX. Embora raras, as discussões que envolvem a formação superior feminina existem e podem ser encontradas em anais das Assembleias provinciais, onde constam pedidos de subvenção pública para custear os estudos de mulheres em universidades estrangeiras, uma vez que no Brasil ainda não era permitida a entrada de mulheres.

A título de exemplo, na segunda metade do século XIX, o jurista e deputado provincial de Pernambuco Tobias Barreto de Menezes incluía, nos seus discursos, a defesa por maior educação para mulheres enquanto um elemento indispensável para a modernização do país. Diferentemente de Barroso, compreendia que uma boa formação feminina poderia possibilitar, além de sua emancipação intelectual, também a sua inserção em outros espaços sociais. Para o jurista, a educação ofertada até aquele momento às mulheres era uma educação “inútil”, visto que não as preparava adequadamente para irem além do papel esperado. Em seu discurso proferido na Assembleia de Pernambuco em 1879, no qual defendia a educação superior para a mulher, com base nas ideias defendidas por Olímpia de Gouges, assim afirmava:

Mas essa mesma questão da emancipação da mulher não é uma coisa extravagante: é o nome dado a um dos mais sérios assuntos da época, em toda a sua complexidade. Ela oferece três pontos de vistas distintos: o ponto de vista político, o civil e o social. Quanto ao primeiro, à emancipação política da mulher, confesso que ainda não a julgo precisa, eu não a quero por ora. Sou relativista: atento muito às condições de tempo e de lugar. Não havemos mister, ao menos no nosso estado atual, de fazer deputadas ou presidentas de província [...] Pelo que toca, porém ao ponto de vista civil, não há dúvidas de que se faz necessário emancipar a mulher do jugo de velhos prejuízos, legalmente consagrados. Entre nós, nas relações da família, ainda prevalece o princípio bíblico da sujeição feminina. A mulher ainda vive sob o poder absoluto do homem. Ela não tem, como deverá ter, um direito igual ao do marido, por exemplo, na educação dos filhos; curva-se, como uma escrava, à soberana vontade marital. Essas relações, digo eu, deveriam ser reguladas por um modo mais suave, mais adequado à civilização [...] mas vamos ao lado social da questão. Aí é que está compreendida a emancipação científica e literária da mulher, emancipação que consiste em abrir ao seu espírito os mesmos caminhos que se abrem ao espírito do homem; e a este lado é o que se prende o assunto (Barreto, 1990, p. 169-170).

A despeito da opinião sobre a atuação política da mulher, com argumentos que confrontavam a visão de inferioridade a qual ela era relegada, Tobias Barreto expressava uma

relação de igualdade civil e social entre homem e mulher, compreendendo que o conhecimento era um direito de ambos os gêneros, que nutriam capacidades iguais para compreendê-lo. Assim, lançava luz para o direito de as mulheres exercerem sua cidadania (Barreto, 2017).

Enquanto deputado da Província de Pernambuco, Tobias Barreto chegou inclusive a defender os pedidos de auxílio de custo para duas pernambucanas ingressarem no Ensino Superior. Tratava-se de Josefa Felisbela de Oliveira, que solicitou auxílio para estudar medicina no exterior, e Maria Amélia Cavalcante de Albuquerque, que pretendia estudar na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Nessa situação, Tobias Barreto posicionou-se a favor da concessão do auxílio financeiro, argumentando com base nas teorias científicas que reconheciam a capacidade intelectual das mulheres (Barreto; Silva, 2021).

Movimentos como os do sergipano radicado em Pernambuco, Tobias Barreto, da pernambucana Josefina de Azevedo e da potiguar Nísia Floresta, radcada no Rio de Janeiro, num combate aos estereótipos criados em torno da mulher, marcam o delineamento de outros discursos sobre as possibilidades de mobilidade social das mulheres, que então ultrapassassem os limites domésticos. O alargamento da educação das mulheres atravessou esse debate como uma das medidas necessárias para redefinir os lugares ocupados por elas na sociedade.

## **2.2 O Ensino Superior brasileiro entre o período de 1879-1930**

A história do Ensino Superior no Brasil, embora tenha seus primórdios ainda no período colonial, com os cursos de Filosofia e Teologia, ganhou maior relevância com a vinda da Corte Portuguesa, em 1808, para a “Colônia do Brasil” (Cunha, 2007; Carvalho, 2008). Isso porque projetou-se introduzir na nova sede do reino português um ambiente mais ilustrado, diante das necessidades da Corte portuguesa.

Essa intenção implicou na adoção de medidas para o desenvolvimento cultural no país, incluindo a criação das seguintes instituições de formação: a Real Academia de Guardas Marinhas (1808), as Escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro (1808), a Academia Real Militar (1810) e a Academia de Belas Artes (1820). Após a proclamação da Independência, foram criadas as Faculdades de Direito nas Províncias de São Paulo e Pernambuco (1827), a Escola de Farmácia em Ouro Preto (1839) e a Escola Central, onde se formavam engenheiros no Rio de Janeiro, que em 1874 passou a denominar-se Escola Politécnica (Carvalho, 2008, p. 74). De acordo com José Murilo de Carvalho (2008), os pretendentes ao curso superior poderiam seguir os seguintes caminhos:

Os filhos de famílias de recursos, que podiam aspirar a uma educação superior, iniciavam a formação com tutores particulares, passavam depois por algum liceu, seminário ou, preferencialmente, pelo Pedro II, e afinal iam para a Europa ou escolhiam entre as quatro escolas de direito e medicina. As quatro cobravam anuidades e seus cursos duravam cinco anos (direito) e seis (medicina). Um estudante típico entraria numa dessas escolas na idade de 16 anos e se formaria entre 21 e 22 anos. Outra alternativa para os ricos era a Escola Naval, sucessora da Real Academia de 1808, onde, apesar da gratuidade do ensino, era mantido um recrutamento seletivo baseado em mecanismos discriminatórios, o mais importante dos quais a exigência de custosos enxovais (Carvalho, 2008, p. 74).

É possível apreender que os indivíduos que seguiam tal formação davam continuidade a uma cultura letrada restrita à elite política do país, além de compartilharem um conjunto de saberes, ideologias e concepções acerca da ordem social, os quais serviam como orientadores de suas práticas enquanto futuros gestores e políticos provinciais, impactando diretamente as decisões relativas à organização social do país.

Boa parte dos presidentes de província ou deputados da época provinham desses espaços formativos, principalmente das Faculdades de Direito e Medicina. Exemplos disso são o educador alagoano Manoel Baltazar Pereira Diégues Júnior (1852-1922), formado pela Faculdade de Direito do Recife, que na Província das Alagoas exerceu o cargo de Diretor da Instrução Pública por três períodos e foi posteriormente eleito deputado; Tobias Barreto de Menezes, jurista, deputado na Província de Pernambuco e professor; o jurista, político, diplomata e escritor brasileiro Rui Barbosa (1849-1923); e o jurista, político, abolicionista e escritor Joaquim Nabuco (1849-1910), dentre tantos outros que idealizaram projetos para o país.

Possuir um diploma de nível superior ia além de ser sinônimo de prestígio social, constituindo um elemento fundamental para aqueles que almejavam ingressar na esfera política do país que, embora monárquico, caminhava rumo à Proclamação da República (Carvalho, 2012). Dessa forma, a exclusão das mulheres desse espaço as distanciava do campo político e de maior mobilidade social.

Quanto à sua organização, o Ensino Superior foi sendo moldado aos anseios e demandas sociais de diferentes contextos socioculturais, a partir, sobretudo, de reformas e decretos que buscavam conferir uma certa organicidade ao sistema. Entre o período de 1824, data da primeira constituição brasileira, e 1930 — década final do nosso recorte temporal —, temos dispositivos legais que versaram sobre a organização do Ensino Superior no país, dos quais podemos destacar os seguintes pontos de seu desenvolvimento e consequente expansão:

**Quadro 2:** O ensino superior nas legislações brasileiras (1824-1930).

<b>Ano</b>	<b>Lei</b>	<b>Ensino Superior</b>
1824	Constituição do Império	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelece a criação de colégios e universidades onde seriam ensinados os elementos das ciências, belas letras e artes.</li> </ul>
1827	Lei Geral do Ensino	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação da primeiras Faculdades de Direito do país (São Paulo e Pernambuco)</li> </ul>
1873	Decreto nº 5.429	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de comissões de exames gerais nas Províncias onde não havia faculdades</li> </ul>
1879	Reforma Leônicio de Carvalho (Decreto 7.247)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organização do currículo das Faculdades de Medicina e Direito</li> <li>• Orientações para o Exame de Preparatórios</li> <li>• Autorização para a matrícula de mulheres</li> <li>• Autorização para criação de Faculdades Livres</li> </ul>
1891	Constituição da República	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abertura de crédito para criação de instituições de Ensino Superior e secundário nos Estados;</li> <li>• Estabelece como responsabilidade da União a instrução militar dos corpos e armas e instrução militar superior;</li> <li>• Estabelece como competência do Congresso Nacional legislar sobre o Ensino Superior do Distrito Federal.</li> </ul>
1911	Lei Orgânica do Ensino Superior (n. 8661 e 8.662)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Substitui os exames preparatórios por Exames de admissão (prova oral e escrita)</li> <li>• Apresentação de certificado de idoneidade moral para matrícula nas faculdades</li> </ul>
1915	Decreto 11.530	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelece que o governo manteria as Faculdades de Medicina da Bahia e do Distrito Federal; uma Faculdade de Direito de São Paulo e outra em Pernambuco; uma Escola Politécnica e o Colégio Pedro II no Rio de Janeiro;</li> <li>• Institui a organização de Universidade no Rio de Janeiro (agrupando a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito);</li> <li>• Pagamento de taxas;</li> <li>• Estabelece duas épocas para os exames (dezembro e março)</li> <li>• Torna obrigatório a apresentação de certificado da conclusão do ensino secundário</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Substitui o termo exames de admissão por exames vestibulares</li> <li>• Currículo dos cursos superiores de Direito, Medicina e Engenharia</li> </ul>
1925	Reforma Rocha Vaz	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Critérios para exames vestibulares</li> <li>• As faculdades teriam que definir a quantidade de vagas para cada curso<sup>5</sup></li> <li>• Cada escola superior devia matricular 5 alunos gratuitos seguindo os seguintes critérios: 1 por nota; 1 por indicação do governo e 3 indicados pelo corpo docente</li> </ul>
1931	Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto 19.851)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema universitário;</li> <li>• Relação de pesquisa e ensino;</li> <li>• Idade mínima para ingresso: 17 anos;</li> <li>• Prova de sanidade; idoneidade moral;</li> <li>• Pagamento de taxas, mesmo as públicas;</li> </ul>
1932	Reforma Francisco Campos (Decreto 21.241)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelece o currículo e organização do ensino secundário</li> <li>• Estabelece as matérias obrigatórias para os candidatos ao ingresso nos cursos de Direito, Medicina e Engenharia ou arquitetura.</li> <li>• Novas regras para os exames preparatórios (exigência para ingresso no Ensino Superior)</li> </ul>
1934	Constituição Federal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantia da autonomia didático-científica; administrativa e financeiro;</li> <li>• Indissociabilidade entre pesquisa-ensino-extensão</li> </ul>

Fonte: A autora (2024).

A partir das análises de tais documentos, é possível entender que o processo até a organização de um sistema universitário no país esteve marcado por debates e tensões políticas e sociais inerentes a cada contexto. Concordamos com a leitura de Luciano Mendes de Faria Filho (1998), que compreende a legislação educacional enquanto um “dispositivo de conformação” das práticas escolares.

Além disso, para ele, as legislações carregam em suas proposições as tensões sociais do tempo e contexto em que foram produzidas; por isso, podem nos auxiliar hoje a ampliar o conhecimento das dinâmicas socioculturais que foram preteridas. Assim, ao observar os documentos legislativos referentes à normatização do Ensino Superior brasileiro, tomamos contato com os parâmetros que nortearam a configuração desse nível de ensino no país.

<sup>5</sup> Até então, todos aprovados nos exames teriam que ser admitidos nos cursos superiores.

Os cursos isolados que predominavam no país até o início da década de 1870 estavam sob forte controle do Estado. Nesse período, conforme apontam Luiz Antônio Cunha (2007) e Demerval Saviani (2010), a formação superior no Brasil Império esteve a serviço da organização e manutenção da burocracia do Estado nacional. Os formados em Direito, especialmente, integrariam tanto a elite intelectual quanto a classe política do período. Além disso, por existirem apenas duas instituições de Ensino Superior no país, o acesso era restrito, geralmente a grupos sociais com recursos financeiros para ingressar e manter-se nesses espaços. Aliás, esse acesso era predominantemente ocupado por homens, jovens e brancos.

Nos anos finais da década de 1870, parte da intelectualidade do período requereu uma mudança nas bases que estruturavam o ensino no país, mais especificamente, defendiam a concepção da liberdade de ensino, bem como uma reforma curricular que garantisse modernização das teorias e práticas nelas ensinadas (Schwartz, 2020; Cunha 2007). O que se tinha, nos cursos de direito, era uma base católica, cuja concepção de direito baseava-se no direito divino. Já na medicina, o que predominava era a construção de um projeto nacional civilizatório a partir da prática do higienismo social<sup>6</sup>, com a progressiva eliminação dos vícios e condutas considerados nocivos à sociedade (Gondra, 2004; Silva, 2021).

Nesse contexto, destaca-se a produção do Decreto nº 7.347, de Leôncio de Carvalho, em 1879. Esse documento expressou, embora tenha sofrido muitas críticas à época, os anseios liberais para a organização do ensino brasileiro e promoveu avanços significativos para a expansão do Ensino Superior no país. Composto por 29 artigos, o decreto foi elaborado para regulamentar o ensino primário e secundário na Corte (Rio de Janeiro) e o Ensino Superior em todo o Império brasileiro. Embora voltado principalmente para o ensino primário e secundário da capital do império, as orientações contidas na reforma de Leôncio de Carvalho serviram como parâmetros para as demais províncias. O conteúdo do decreto refletia uma concepção de educação fundamentada nos ideais liberais, além de funcionar como um instrumento que visava unificar a organização do ensino no país (Saviani, 2013; Melo; Machado, 2009).

Dentre as pautas presentes no decreto, destacam-se as seguintes: a obrigatoriedade do ensino primário; a inspeção dos estabelecimentos das instituições educativas; a liberdade de ensino; a criação de cursos livres com o mesmo valor das Faculdades do Estado; escolarização gratuita para jovens com mais de 14 anos e adultos; educação para crianças com deficiência; organização do currículo e funcionamento das Escolas Normais; frequência livre; coeducação

---

<sup>6</sup> Corrente de pensamento amplamente difundido nas décadas finais do século XIX. Abarcava em si um conjunto de práticas voltadas para a saúde pública, como regras de higiene para controle das epidemias, e também pela via educacional, para correção de hábitos e vícios considerados nocivos ao desenvolvimento de uma sociedade civilizada.

e escolas mistas; orientações para o ensino de jovens e adultos; a não obrigatoriedade do ensino religioso para pessoas adeptas de outras religiões; definição dos preparatórios para ingresso no Ensino Superior; criação dos jardins de infância; currículo dos cursos de Direito e Medicina; e a admissão das mulheres nas faculdades (Brasil, 1879).

No que diz respeito ao Ensino Superior, o decreto instituiu três elementos importantes: a possibilidade de criação de Faculdades Livres, ou seja, de caráter privado; um currículo e orientações para a admissão nas faculdades; e a autorização para que as mulheres ingressassem nos cursos de Medicina. As faculdades livres de caráter superior teriam a mesma equivalência daquelas sob o subsídio do Estado Imperial (Brasil, 1879, artigo 21). No entanto, essa medida, que buscava ampliar a oferta de cursos no país, recebeu críticas por também abrir espaço para a estruturação de currículos distintos do oficial estabelecido pelo governo. De certo modo, as faculdades livres implicavam num possível rompimento com a hegemonia das faculdades oficiais, mas, ao mesmo tempo, possibilitavam a criação de cursos superiores em outras regiões do país onde ainda não existiam.

Quanto à admissão nas faculdades brasileiras, os requisitos para os candidatos e candidatas eram os seguintes: apresentar comprovação de aprovação nos exames preparatórios exigidos — que eram numerosos; pagamento de uma taxa de matrícula; e comprovação de identidade (Brasil, 1879). No tocante à escolarização das mulheres, apesar da permanência da divisão curricular, o decreto de Leôncio de Carvalho trouxe avanços significativos além do acesso ao Ensino Superior, como a criação dos jardins de infância e a orientação para que fossem confiados à “direção de Professoras”, o que indicava a necessidade de aumentar a formação feminina no magistério. Além disso, a criação das escolas mistas ampliava a carreira docente para as mulheres, visto que, a partir de então, não estariam restritas ao ensino exclusivo para meninas. Podemos considerar ainda que esse ponto contribuiu para o processo de feminização do magistério.

A Lei Orgânica Superior e do Ensino Fundamental de 1911 estabeleceu diretrizes gerais para a organização dos cursos de Medicina, Direito e Engenharia. No seu artigo 4º, estipulava o seguinte:

Nas faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia será ministrada cultura medica; nas faculdades de direito de S. Paulo e de Pernambuco, a das letras juridicas; na Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, a de mathematica superior e engenharia, com todas as suas modalidades; no Collegio Pedro II se ensinarão as disciplinas do curso fundamental, com o seu desenvolvimento litterario e scientifico (Brasil, 1911).

Estabelecia ainda que o presidente do conselho superior seria escolhido pelo governo; a idade mínima para admissão seria de 16 anos, com a apresentação de um certificado de idoneidade moral; e o pagamento das taxas de matrícula e frequência nos cursos. Em 1915, houve a primeira iniciativa para a criação de um sistema universitário no país, na então capital, Rio de Janeiro, que de fato ocorreu em 1920, com a reunião da Escola de Medicina, Escola Politécnica e das Faculdades Livres de Direito existentes na cidade. Em 1927, em Minas Gerais, também foi organizada uma universidade, agrupando as Faculdades de Direito, Engenharia, Medicina, Farmácia e Odontologia. Apesar de possuírem autonomia administrativa e pedagógica, em 1928 o decreto 5.616 instituiu a fiscalização dessas instituições pelo governo, estabelecendo ainda os requisitos de admissão (Cunha, 2007). As iniciativas e tentativas de instituição de universidades no Brasil, contudo, não romperam efetivamente com a característica dos cursos isolados, recebendo inclusive críticas quanto à ausência do “espírito universitário” baseado na pesquisa científica e na autonomia (Miranda, 1998; Rothen, 2008).

A Reforma Rocha Vaz, de 1925, estabeleceu diretrizes para o funcionamento das universidades, marcadas pelo critério de admissão. Nesse decreto, as instituições de Ensino Superior passaram a ter a obrigatoriedade de definir o quantitativo de vagas, o que implicou a adoção de um caráter classificatório nos exames vestibulares; atendia ainda uma demanda social ao garantir a gratuidade para cinco alunos por curso.

Nos anos 1930, concomitante ao surgimento de sistemas universitários em diferentes regiões do país (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul), ocorre a mobilização de grupos sociais, incluindo discentes, que reivindicavam maior autonomia para as universidades, maior acessibilidade e o fortalecimento da cultura científica (Miranda, 1998; Rothen, 2008). Vale lembrar que, em razão dos critérios de admissão, que incluíam a necessidade de preparação e o pagamento de taxas, o acesso ao Ensino Superior permanecia restrito a um grupo seletivo da sociedade. Predominavam na época as ideias positivistas e católicas, que viam no pluralismo de ideias um elemento potencialmente desestabilizador da ordem social.

Em meio a essas tensões e debates, o então ministro da Educação, Francisco Campos, organizou o Estatuto das Universidades Brasileiras (1931). Esse dispositivo procurou definir um modelo para as universidades brasileiras, incorporando medidas que, em linhas gerais, buscavam o concílio entre os grupos conservadores e liberais da sociedade (Rothen, 2008). No seu artigo 5º, o documento institui como exigência para a organização das universidades a oferta dos cursos de Medicina, Direito e Engenharia, mantendo esses cursos como centros privilegiados de poder. Outras disposições do estatuto foram a forma de ingresso por meio de



vestibular e a exigência da apresentação do certificado de conclusão do ensino secundário no ato da matrícula no Ensino Superior.

A análise dessas legislações nos permite pontuar que o Ensino Superior brasileiro foi se constituindo de forma gradual e, até os anos 1920, sem que fosse uma demanda da maioria da população. O acesso a esse nível de ensino, restrito a uma minoria elitizada, era compreendido como uma porta de entrada para a vida política. Nos espaços das faculdades isoladas, que formavam a elite intelectual daquele contexto – forjado por uma elite econômica emergente –, firmavam-se as raízes de pensamentos que sustentavam a ordem social vigente.

A partir da segunda metade do século XIX, são elaboradas reformas com vistas à maior organicidade e definição das finalidades dos cursos então existentes, em consonância com o ideário de renovação do ensino proposto no período. Compreende-se ainda que havia resistência à adoção de um sistema universitário com caráter científico mais amplo, prevalecendo entre os documentos oficiais uma lógica de centralização por parte do governo imperial. Essa centralização visava manter o controle sobre as práticas, ideologias e os produtos do Ensino Superior, regulando sua função dentro de um projeto de nação que ainda se estruturava.

### 3 MULHERES NORDESTINAS PIONEIRAS NO ENSINO SUPERIOR

Nesta seção, intencionamos identificar as estratégias e táticas adotadas para a obtenção do título de médica ou bacharela. Discutimos e analisamos, de forma específica, as trajetórias formativas do grupo de mulheres em estudo, desde a formação inicial até a diplomação. Com base nos quadros biográficos, observamos as proximidades e singularidades dessas mulheres, a fim de, a partir de seus dados biográficos, alargar a compreensão sobre as práticas femininas no século XIX, em particular no que se refere à sua formação.

Observar os aspectos que caracterizaram o desenvolvimento do Ensino Superior brasileiro, principalmente em relação ao acesso, nos fornece elementos sobre para quem ele estava sendo projetado e o perfil geral de seus frequentadores. De certo modo, havia, mais do que tudo, a tentativa de estabelecer como função do Ensino Superior a formação profissional dos indivíduos, com vistas à vida pública, em detrimento de uma formação científica mais ampla.

A inserção feminina nesse nível de ensino, viabilizada a partir do dispositivo legal de 1879, mas também – e principalmente – impulsionada pelas demandas das próprias mulheres, revela que, além de tardio, o ingresso feminino ocorreu de forma tímida até os anos 1930. Procuramos levantar o quantitativo de matrículas de mulheres entre 1879 e 1930. Nos Relatórios do Ministério do Império, não foi possível localizar tal informação, visto que apenas a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro apresentava dados sobre o sexo dos alunos matriculados. Com base no ano de ingresso e formação de mulheres entre 1880 e 1899, apurado por meio do mapeamento inicial desta pesquisa – a partir das listas de exames, registros de matrícula feminina e almanaques –, estimamos que 23 mulheres se matricularam no Ensino Superior, das quais 18 conseguiram concluir o curso.

Conforme estudo de Melissa Caputo (2008), já apresentado, em 1899 Eunice Peregrino Caldas (1879–1967) foi admitida na Politécnica de São Paulo como aluna ouvinte. Na mesma instituição, também foi aluna ouvinte Alicina Maria Moura. Os dados estatísticos do período de 1907 a 1912, organizados pela Diretoria Geral de Estatísticas, fornecem informações sobre matrícula e conclusão nos cursos superiores, conforme sistematização apresentada a seguir:

**Quadro 3:** Matrículas e conclusões de mulheres no Ensino Superior - 1907-1912.

Matrícula de mulheres						
	1907	1908	1909	1910	1911	1912
Medicina	07	04	07	10	08	09
Ensino Jurídico	-	-	-	-	-	1

Escola Politécnica						
<b>Conclusão dos cursos</b>						
	1907	1908	1909	1910	1911	1912
Medicina	1	1	-	-	1	-
Ensino Jurídico	-	-	-	-	-	-
Escola Politécnica						

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1907-1912 – Rio de Janeiro.

Observamos que, nos anos iniciais do século XX, poucas mulheres conseguiram obter diploma no Ensino Superior. Destacamos que os censos consultados de 1890 e 1892 não discriminam a quantidade de títulos por sexo, assim como os dados das escolas politécnicas tampouco fazem essa distinção. Acrescentamos aqui um adendo: em 1909, formaram-se pela Faculdade de Medicina da Bahia Maria Odília Teixeira (1884–1917), primeira mulher negra a diplomar-se em Medicina, e Constância Martins Sampaio.

Somente em 1917, como já expusemos, ocorreu a formação da primeira mulher em um ramo da Engenharia. Tratava-se da carioca Edwiges Maria Becker, graduada em Engenharia Civil e Geográfica pela Politécnica do Rio de Janeiro. Com o aumento das instituições de Ensino Superior nas décadas de 1920 e 1930, observamos também um crescimento no acesso do público feminino a esses cursos — embora esse número ainda fosse inferior ao dos homens.

**Quadro 4:** Matrículas no Ensino Superior – 1929.

<b>ENSINO SUPERIOR GERAL, BRASIL 1929</b>				
<b>Cursos</b>	<b>Matrícula</b>		<b>Conclusão de curso</b>	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem
Medicina	5.787	72	609	4
Odontologia	680	71	156	13
Farmácia	816	178	167	62
Filosofia e Letras	62	3	6	1
Ciências Jurídicas e Sociais	3.180	20	401	2
Engenheiros Cívís	2.007	24	212	1
Engenheiros Geógrafos	–	–	–	–
Engenheiros Industriais	16	–	1	–
Engenheiros Agrimensores	Especializado Superior			
Engenheiros Agrônomos	Especializado Superior			
Engenheiros Mecânicos	Especializado Superior			
Engenheiros Eletricistas	282	2	42	–
Engenheiros Arquitetos	23	1	–	–
Químicos Industriais	–	–	–	–

Fonte: Saffioti (1976).

As informações do Quadro 4 nos mostram que poucas mulheres se formaram em Medicina e Direito no período. Ademais, observamos a baixa ou nenhuma matrícula de

mulheres nos cursos de engenharia, com apenas a diplomada Edwiges Maria Becker. Tal elemento nos indica que a despeito da possibilidade em adentrar no Ensino Superior, as conhecidas “ciências duras”, se constituíam como espaço pouco favorável a presença feminina, por se estabelecer como um ramo “masculino”.

A baixa procura ou inserção das mulheres nas áreas de exatas ocorre até os dias de hoje, de acordo com levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), realizado em 2023, apenas 27% dos concluintes em cursos de ciências, engenharia e matemática foram mulheres. Tal elemento nos sugere a prevalência de um ambiente que ainda é hostil a presença feminina, a despeito de toda luta feminina e direito legal que as mulheres possuem de estarem nesse espaço.

É importante ressaltar que na década de 1930, com o avanço do movimento feminista no país, há tentativas de incentivo para o ingresso de mulheres ao Ensino Superior, visto que acreditavam na escolarização feminina como condição inerente à sua emancipação social e política. Temos como exemplo a organização da União Universitária Feminina (UUF), uma associação de mulheres voltada para o incentivo da inserção feminina nos cursos superiores.

Conforme Nailda Bonato e Priscila Dieguez (2021), a UUF foi criada em 1929 no Rio de Janeiro pela engenheira carioca Carmem Portinho (1903-2001), primeira presidente, e outras mulheres diplomadas como a paulista Bertha Maria Júlia Lutz (1884-1976), Maria Luíza Dória Bittencourt (1910-2001) - BA, Maria Rita Soares Andrade (1904-1998) – SE, Maria de Moraes Werneck de Castro (1909-1994) – RJ, Ormindia Ribeiro de Barros (1899-1971) – AM. Apenas Portinho tinha formação em engenharia, formada pela Escola Politécnica da Universidade do Brasil (RJ), as demais tinham formação em Direito (Bonato; Dieguez 2021). Dentre as ações realizadas pela organização para incentivo ao Ensino Superior estavam: eventos (congressos, Chá de Calouras e Chá da Vitória), concessão de bolsas de estudos, produção e socialização de discursos (Bonato; Dieguez 2021; Andreatta Sesquim, 2022). Essas ações promovidas pela União Universitária Feminina contribuíram para o aumento de mulheres no Ensino Superior.

Esse panorama do Ensino Superior e da inserção das mulheres no espaço acadêmico, nos permite compreender que tal inserção ocorre, desde a existência dos cursos isolados, muito mais como fruto das reivindicações de mulheres do que por uma necessidade da sociedade moderna. Observamos também, até a década de 1930 que as matrículas de mulheres ainda eram muito aquém comparadas com o acesso masculino. Apesar de terem conquistado o direito à matrícula em instituições de Ensino Superior, a presença de mulheres num espaço social marcado pelo predomínio masculino, contou, por certo, com várias resistências e posturas opositivas as quais tiveram que lidar até o dia de sua diplomação.

A médica cearense, Amélia Pedroso, por exemplo, vestia-se com roupas menos femininas e cortou os cabelos para evitar situações de zombaria e explícito preconceito com o gênero feminino; a médica alagoana Nise Magalhães da Silveira, já em 1994, lembrou e falou sobre a dificuldade em ir ao banheiro, já que na época (décadas de 1920 e início de 1930) não havia banheiros para mulheres nas instituições. Esses são exemplos pontuais das barreiras superadas por aquelas que conseguiram concluir os cursos e possíveis elementos que podem ter suscitado a saída de mulheres desses espaços. Nossa intenção é que a partir do olhar sobre os processos formativos das precursoras no Ensino Superior, possamos compreender também o delinear do espaço universitário no país que se revela, a cada página lida, um lugar de homens, pensado por homens e para homens. Mas nem por isso, sem inserção e táticas femininas.

### 3.1 Médicas e bacharelas em estudo

Como fruto das circunstâncias que corresponderam às demandas reivindicadas pelas mulheres, a inserção feminina no Ensino Superior passou a constituir-se como um dos instrumentos utilizados por elas para alcançar projeção social. Utilizamos o local de nascimento como critério de seleção das pioneiras contempladas neste estudo.

Para a identificação dos nomes, foram consultadas as seguintes fontes: *Dicionário Mulheres do Brasil*, de Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil; listas de teses defendidas e de matrículas nas Faculdades de Medicina; listas de bacharéis das Faculdades de Direito; e registros de mulheres ingressantes nas escolas politécnicas. A partir dessas fontes, chegamos a um conjunto de 16 mulheres. No entanto, não foram localizadas, para o período em questão, a primeira médica do Rio Grande do Norte e a primeira advogada diplomada do Piauí.

Contemplamos ainda três mulheres advogadas do estado de Pernambuco, formadas no mesmo ano de 1888. Buscamos identificar, nos escassos documentos com dados biográficos disponíveis, informações como naturalidade, filiação, locais de formação primária e secundária, produção intelectual, idade de ingresso e conclusão dos cursos superiores, além de suas redes de sociabilidade.

Com base nas informações encontradas, traçamos os seguintes perfis biográficos, dispostos em ordem cronológica de formação:

**Ephigenia Veiga** (1869?). Natural da Bahia, filha do capitão honorário do Exército, José Ferreira Veiga. Em 30 de maio de 1885 Ephigenia realizou a matrícula no curso de Medicina da Faculdade de Medicina da Bahia concluindo o curso em 1890 com a tese *Os métodos*

*antissépticos em Obstetrícia*. Muda-se com o pai para a cidade do Rio de Janeiro em 1891 (Jornal do Comércio, 1891, ed.34) e nesta cidade dá início ao exercício da medicina, estabelecendo consultório na Rua da Ajuda, nº183 e posteriormente, na Rua Uruguaiana, nº 21. Dedicou-se ao campo da ginecologia, inclusive viajando para a França a fim de estudar as “moléstias femininas” no ano de 1903.

**Figura 1:** Amélia Pedroso Benebien Perouse.



Fonte: Google Imagens (2024).

**Amélia Pedroso Benebien Perouse** (1860-1953). Natural da cidade do Crato, no interior do Estado do Ceará, Amélia Perouse era filha do coronel e comerciante de rapadura Joaquim Pedroso Bembem e de Umbelina Moreira de Carvalho. Após casar-se com Júlio Perouse Pontes, passou a adotar o sobrenome Perouse. Ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia em 1885, formando-se em 1891 com a tese *Disposições e anomalias do cordão umbilical: sua influência para a gravidez e o parto*. Após concluir seus estudos em Medicina, iniciou o exercício da profissão na própria capital baiana. Segundo a jornalista Angela Leal, que publicou em 1988 um artigo sobre Amélia no jornal *O Povo*, como forma de afirmar seu lugar no espaço acadêmico, a pioneira cearense cortou os cabelos curtos — provavelmente para evitar hostilidades em razão de sua condição de mulher, como já havia ocorrido com outra estudante de Medicina na Corte. De acordo com os *Almanaques do Estado da Bahia* (1898 e 1903) e Laemmert (1899 a 1907), Amélia Perouse atendia como médica na Rua São Bento, nº 3. Não foi localizado nenhum anúncio que indicasse a especialidade seguida por Amélia ao longo de sua prática profissional.

**Figura 2:** Maria Amélia Cavalcante de Albuquerque.



Fonte: Google Imagens (2024).

**Maria Amélia Cavalcante de Albuquerque** (1854-1934). Natural de Pernambuco, nasceu na freguesia de Escada, no Engenho Dromedário. Era filha do comerciante João Florentino de Albuquerque e de Herundina Siqueira de Albuquerque (Silva, 2021). Matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1888, aos 34 anos de idade, após obter uma subvenção (auxílio para estudos) requerida na Câmara de Pernambuco pelo jurista e político Tobias Barreto, de quem havia sido aluna. Concluiu os estudos superiores em 1891. Dedicou-se ao exercício da Medicina em Pernambuco, estabelecendo consultório no centro do Recife.

**Figura 3:** Ítala Silva de Oliveira.



Fonte: Google Imagens (2024).

**Ítala Silva de Oliveira** (1897-1984). Natural de Sergipe, Ítala Silva de Oliveira era filha de Silvano Auto de Oliveira e Marcionilla Silva de Oliveira. Atuou como médica, professora e jornalista. Realizou os estudos primários no Colégio Nossa Senhora de Lourdes (SE) e os secundários no Ateneu Sergipano e na Escola Normal de Sergipe. Em 1916, já formada pela Escola Normal, integrou a Liga Sergipana contra o Analfabetismo, onde defendeu a educação das mulheres operárias (Sousa, 2019). Ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia em 1921, concluindo o curso em 1927. Sua tese de conclusão, intitulada *Da sexualidade e da educação sexual*, abordou a necessidade da educação sexual para jovens e moças ainda na escola — um tema que fugia à norma dos assuntos comumente escolhidos à época (Vanin, 2010). Ítala Silva de Oliveira destacou-se no cenário sergipano não apenas pelo pioneirismo no Ensino Superior, mas também por sua atuação profícua na imprensa e por seus discursos em defesa da educação das mulheres. Escreveu para diversos veículos, entre eles: *Diário da Manhã* (SE), *Correio de Aracaju* (SE), *O País* (RJ), *Revista Feminina* (SP) e *Revista Renovação* (SE).

**Figura 4:** Nise Magalhães da Silveira.



Fonte: Google Imagens (2024).

**Nise Magalhães da Silveira** (1905-1999). Natural de Maceió, Alagoas, filha do professor e jornalista Faustino Magalhães da Silveira e da pianista Maria Lídia da Silveira, estudou no Colégio Santíssimo Sacramento de Maceió. Em 1921, então com 15 anos, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, concluindo o curso em 1926, sendo a única mulher da turma. Sua tese, *Ensaio sobre a criminalidade da mulher no Brasil*, posteriormente publicada em livro, tratou de um tema inovador para a época, no qual, a partir de argumentos científicos, procurou associar a influência do meio social aos atos criminosos praticados por mulheres. Em 1927,



mudou-se para o Rio de Janeiro com o marido, o médico Mário Magalhães. Em 1933, especializou-se em Psiquiatria e filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro. Nesse mesmo ano, foi aprovada em concurso público e passou a atuar no Serviço de Assistência a Psicopatas e Profilaxia Mental do Hospital da Praia Vermelha. Durante o Regime Militar no Brasil, foi denunciada por estar em posse de “livros proibidos” e presa em 1936, permanecendo no presídio Frei Caneca até 1937. Em 1944, retornou ao serviço público no Centro Psiquiátrico do Engenho de Dentro, onde se posicionou contra os métodos agressivos então praticados no tratamento de pessoas com transtornos mentais. Passou a trabalhar com terapia ocupacional, desenvolvendo métodos alternativos com o uso da arte e de animais, o que proporcionou novos olhares para os tratamentos psiquiátricos. Publicou os seguintes livros: *Jung: vida e obra* (1968); *Imagens do Inconsciente* (1981); *Os inumeráveis estados do ser* (1986); *Casa das Palmeiras: a emoção do lidar* (1986); *O mundo das imagens* (1992); *Cartas a Spinoza* (1995); *Terapeuta Ocupacional: teoria e prática* (1995); *Gatos: a emoção do lidar* (1998).

**Figura 5:** Eudésia Vieira.



Fonte: Google Imagens (2024).

**Eudésia Vieira** (1894-1981). Natural do povoado de Livramento, interior da Paraíba, era filha de Pedro Celestino Vieira e Rita Filomena de Carvalho Vieira. Realizou os estudos primários na escola de D. Isabel Cavalcante Monteiro, localizada na capital paraibana. cursou o ensino secundário na Escola Santa Júlia e, posteriormente, o curso Normal, formando-se em 1911. Atuou como professora particular até 1915 e, em 1917, foi aprovada no concurso público da educação da Paraíba. Participou da Associação dos Professores Primários da Paraíba e teve forte presença na imprensa paraibana e nacional, escrevendo para *O Educador*, *Revista de Ensino*, *A Imprensa*, *A Ordem* e *Revista Era Nova*. Em 1922, publicou *Pontos de História do*

*Brasil*, obra adotada como livro didático nas escolas primárias do estado. No mesmo ano, foi admitida no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. Em 1929, ingressou na Faculdade de Medicina do Recife, concluindo o curso em 1934, sendo a única mulher da turma.

**Figura 6:** Maria Aragão.



Fonte: Google Imagens (2024).

**Maria Aragão** (1910-1991). Natural de Pindaré-Mirim, Maranhão, era filha do guarda-fios Emídio Aragão e de Maria José Camargo Aragão. Coursou o ensino primário no Grupo Escolar Sotero Reis e o secundário no Liceu Maranhense, formando-se em 1926. Exerceu o magistério na capital maranhense, atendendo principalmente famílias de origem pobre. Em 1934, mudou-se com a mãe para a cidade do Rio de Janeiro com o objetivo de estudar Medicina. Nesse mesmo ano, matriculou-se na Universidade Aberta. Para sustentar-se e auxiliar nos custos dos estudos, oferecia aulas particulares para candidatos a concursos públicos. Concluiu o curso em 1942 e, em seguida, mudou-se para o Rio Grande do Sul, onde iniciou o exercício da profissão na área da Pediatria. No entanto, após a morte de sua filha Clarice, passou a dedicar-se à Ginecologia. Ainda em 1942, regressou ao Maranhão, onde envolveu-se com atividades do Partido Comunista, passando a sofrer perseguições políticas durante a Ditadura Militar. Foi diretora do jornal *Tribuna do Povo* e realizava atendimentos médicos gratuitos para pessoas sem condições de pagar.

**Figura 7:** Delmira Secundina da Costa.



Fonte: Google Imagens (2024).

**Delmira Secundina da Costa** (1866-?). Natural de Pernambuco, era filha de Delmira Secundina Cabral Cantanil e do comendador Joaquim Fellipe da Costa. Ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1884, concluindo o curso em 1888. De acordo com Humberto *et al.* (2021) e com as listas de aprovação nos exames finais divulgadas à época, Delmira obteve excelentes resultados, sendo sempre aprovada com distinção ao longo do curso. Não foram localizados registros sobre sua atuação na advocacia.

**Figura 8:** Maria Fragoso Orlando da Silva.



Fonte: Google Imagens (2024).

**Maria Fragoso Orlando da Silva** (1866-1947). Natural de Pernambuco, era filha de Izabel Maria Fragoso e do comerciante João Baptista Fragoso. Ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1885, concluindo o curso em 1888. No cenário sociocultural de seu tempo, buscou

reivindicar os direitos das mulheres, publicando, em 1904, o ensaio *A questão da mulher* na revista *Cultura Acadêmica*.

**Anna Alves Vieira Sampaio** (1868-1941). Natural da vila de Palmeira dos Índios, atual município de Alagoas, Anna Alves Vieira Sampaio era a filha mais nova da professora primária Capitulina Clotilde Alves Vieira e do também professor primário e tabelião em Alagoas, José Vieira Sampaio. Conforme os pesquisadores Ivanildo Santos (2019) e Danielle Dias (2021), o casal exerceu a atividade docente na escola primária de Penedo e teve mais duas filhas: Maria Lúcia Sampaio Duarte e Suzana Alves Sampaio. Anna estudou no Atheneu Alagoano, instituição voltada para a formação de moças, fundada em 1883 por sua irmã Maria Lúcia. Após concluir seus estudos preparatórios, foi aprovada e ingressou no curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito do Recife em 1889, aos 20 anos de idade. No mesmo ano de ingresso, publicou o livro *Astronomia das Senhoras*, uma tradução do francês de parte do trabalho do Cte. Foelix. Em 1890, foram localizados anúncios nos periódicos *O Orbe* e *Diário do Povo* sobre a aprovação do livro *Meteorologia das Senhoras*, de Anna Sampaio, pela congregação do Liceu, recomendada para as aulas primárias na província de Alagoas. Na época, Anna estava no 2º ano do curso de Direito. De acordo com anúncio publicado no jornal *O Orbe* sobre a venda do livro em livrarias e bazares da província alagoana, tratava-se de uma obra “instructiva, recreativa e apropriada para as escolas de primeiras letras” (O ORBE, 1890, ed. 01, p. 4). Provavelmente, essa obra era uma continuação ou o mesmo conjunto de textos traduzidos em 1889, com conteúdo aproximado, visto que seus respectivos títulos e autoria são os mesmos.

**Catharina Moura** (1882-1955). Nascida em 1882 na cidade da Paraíba, filha de Misael do Rego Moura e da professora primária Francisca Rodrigues Moura, Catharina foi, além de advogada, educadora formada em 1902 na Escola Normal da Paraíba. Teve uma expressiva atuação no contexto sociocultural do período, na luta pela defesa dos direitos das mulheres, sendo diretora da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (Nunes; Silva; Melo, 2013). Em 1913, realizou a conferência *Os direitos da mulher*, na qual defendeu a inserção da mulher na política e sua escolarização como via de emancipação (Mendes, 2021). Após concluir os estudos preparatórios no Liceu Paraibano, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1908, concluindo o curso em 1912. Exerceu a advocacia por pouco tempo na capital paraibana. Em 1917, foi nomeada professora efetiva da cadeira de Português da Escola Normal.

**Figura 9:** Matrícula de Catharina Moura no 2º ano do Curso de Direito.

*Catharina Moura, natural da Parahyba do Norte, alumna desta Faculdade, tendo prestado exame das matérias que constituem o 1.º anno do curso juridico-social, como prova com os certificados junto, requer vos dignéis mandal-a incluir na lista dos estudantes matriculados no 2.º anno deste mesmo curso.*  
*A supp.ª satisfaz as exigencias regulamentares.*  
*Nestes termos*

Fonte: Arquivo da Faculdade de Direito de Recife (1909).

**Figura 10:** Alice Ferreira Cardoso.



Fonte: Google Imagens (2024).

**Alice Ferreira Cardoso** (1891-?). Natural de Estância, interior de Sergipe, filha de José Honório Ferreira, dirigiu, junto com o marido Carlos Augusto Cardoso, o Colégio Atheneu Pestalozzi-Girard. Em 1911, ingressou na Faculdade de Direito do Recife, onde, no segundo ano, solicitou gratuidade na matrícula, que foi negada. Em 1912, pediu transferência para a Faculdade de Direito da Bahia, onde permaneceu até 1914, quando se matriculou na Faculdade Livre de Direito de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Trancou o curso por um período, retornando aos estudos em 1917 e concluindo-o em 1919. Em 1920, voltou a Sergipe, atuando como professora no Colégio Tobias Barreto e estabelecendo um escritório de advocacia na Rua São Cristóvão, centro de Aracaju. Na década de 1930, retornou ao Rio de Janeiro, onde solicitou sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (Cruz e Carvalho, 2022; Cruz, 2016).

**Marietta Gomes de Oliveira Guimarães.** Natural da Bahia. Filha do promotor Wenceslau Guimarães. Ingressa em 1908 na Faculdade Livre de Direito da Bahia, concluindo o curso em 1911.

**Figura 11:** Henriqueta Galeno.



Fonte: Google Imagens (2024).

**Henriqueta Galeno** (1887-1964). Natural de Fortaleza, Ceará, filha do agricultor, educador, escritor e político Juvenal Galeno e de Maria do Carmo Cabral Galeno, realizou os estudos primários com professores particulares e, posteriormente, estudou no Liceu do Ceará, sendo a primeira aluna da instituição. Obteve o título de bacharel em Letras. Ao concluir o Curso Normal, ingressou na Faculdade de Direito do Ceará em 1914, concluindo o curso em 1919, aos 32 anos de idade. Após a conclusão do curso jurídico, o presidente do Estado do Ceará a nomeou promotora da capital, mas seu pai não permitiu que assumisse o cargo para que ela não “perdesse a honra”. Dedicou-se à carreira do magistério, compondo o quadro efetivo do Liceu do Ceará como inspetora e regente da cadeira de História do Brasil. Em 1931, participou do 2º Congresso Internacional Feminista, no Rio de Janeiro, onde defendeu a igualdade nas oportunidades profissionais para mulheres e homens. Tornou-se líder da Federação do Progresso Feminino (Fialho; Sá, 2018).

**Figura 12:** Lylia Guedes.



Fonte: Google Imagens (2024).

**Lylia Guedes** (1894-1974). Natural do Rio Grande do Norte, filha do capitão do Exército Terencio Guedes e de Maria Amélia Guedes, Lylia Guedes mudou-se ainda bebê para a então Província da Parahyba do Norte, onde realizou os estudos primários com a renomada professora Francisca Moura e o secundário no Liceu Paraibano. Em 1918, ingressou na Faculdade de Direito do Recife, concluindo o curso em 1922. Entre 1919 e 1920, lecionou as cadeiras de Português, Geografia e História da Civilização na Escola Normal da Paraíba. Foi a primeira mulher brasileira a integrar o Instituto dos Advogados como secretária e exerceu a advocacia na Paraíba. Associou-se ao Progresso Feminino da Paraíba e produziu artigos em revistas nacionais voltados aos direitos das mulheres (Mendes, 2012).

### 3.2 Percursos formativos

A escolha por formar-se em Medicina, Direito ou Engenharia representava simultaneamente o rompimento de barreiras e a abertura de possibilidades até então não exploradas pelas mulheres. Entre as barreiras, destacam-se o confronto com os discursos limitadores circulantes na época e a necessidade de mobilidade geográfica para a realização dos cursos superiores. Já entre as possibilidades, ressaltam-se a ampliação da atuação no espaço público profissional e a emancipação intelectual e profissional.

Nesta seção, abordaremos os processos formativos e as práticas empreendidas pelas pioneiras para obterem seus diplomas em cursos superiores, compreendendo que esse percurso exigiu delas deslocamentos que possibilitaram o ingresso e a permanência no Ensino Superior.

Tais procedimentos são aqui entendidos como táticas, na perspectiva de Michel de Certeau, já que, por serem um grupo social com menor poder social e político, as pioneiras se valeram dos meios a que tinham acesso ou criaram formas de romper com os limites sociais para trilhar novos caminhos. Segundo Certeau (1998), as táticas seriam a “arte dos fracos” ou dos que são colocados à margem da ordem social, constituindo, assim, os instrumentos com os quais esses sujeitos e essas sujeitas resistem às limitações impostas em determinado contexto.

Nosso objetivo é identificar as táticas das pioneiras que permitam observar as semelhanças e singularidades dessas mulheres formadas no Ensino Superior entre o final do século XIX e o início do XX. Para tanto, foram analisadas fontes periódicas que noticiaram a admissão das mulheres no Ensino Superior, além de indícios sobre sua formação primária e secundária; documentos obtidos nas faculdades onde se formaram, como diplomas, fichas de inscrição e avaliações de exames orais; e produções acadêmicas relacionadas às mulheres em estudos. Esses documentos foram encontrados no acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional; nas faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro e na Faculdade de Direito do Recife, enviados após solicitação; no Mural das turmas da Faculdade de Medicina de São Paulo; e no acervo da Faculdade de Direito de São Paulo.

Ressaltamos que tais objetivos encontraram, em alguns momentos, a ausência de vestígios do grupo de mulheres estudadas nesta tese, devido à não preservação da memória dessas trajetórias pela historiografia. Os rastros sobre as práticas de algumas pioneiras, como Maria Amélia Cavalcante Albuquerque, Nise Magalhães da Silva e Ítala Silva de Oliveira, foram localizados mais facilmente do que os de outras, como Ephigenia Veiga, primeira médica baiana, e Maria Coelho Sobrinho, uma das primeiras advogadas pernambucanas.

Sobre a ausência de fontes para narrar as experiências das mulheres, a historiadora Michelle Perrot (1989) destaca que a preservação da memória feminina não foi considerada importante no século XIX, já que os “guardiões da memória”, homens, estiveram interessados em engrandecer seus próprios feitos. Ainda segundo a autora, “[...] os modos de registro das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade” (Perrot, 1989), o que evidencia o peso da condição financeira para a conservação ou não da memória feminina. Como identificamos na condução desta pesquisa, mesmo aquelas que se sobressaíram em seu contexto cultural demoraram a ter sua história narrada ou seus vestígios localizados em documentos.

Para a composição da trajetória das pioneiras, a consulta aos periódicos da época foi fundamental. Informações sobre os exames preparatórios, localizadas em veículos como o *Diário de Pernambuco* e *O Orbe (AL)*, bem como dados sobre o exercício profissional após a



formação, encontrados em *Gazeta de Notícias (RJ)*, *O País (RJ)*, entre outros, nos permitiram conhecer tanto as tensões sociais efervescentes do contexto quanto as práticas e deslocamentos sociais realizados pelas pioneiras. Por se tratar de veículos que, além das notícias, expressavam a dinâmica social, incluindo debates, eventos e o cotidiano, foi possível, a partir de matérias e notas sobre as mulheres em estudo, construir uma narrativa sobre suas experiências sociais e suas redes de sociabilidade. De forma mais ampla, o próprio debate acerca da escolarização feminina na sociedade oitocentista pôde ser acompanhado por meio dos periódicos.

É importante registrar que o conceito de formação está associado ao de escolarização, mas o supera, pois contempla experiências vividas fora do espaço formal de educação. Ao abordarmos o processo formativo dessas mulheres, englobamos práticas e relações de sociabilidade que contribuíram para seu ingresso e permanência no Ensino Superior, tais como o autodidatismo, o acesso a aulas avulsas, viagens, entre outros aspectos que, somados às redes de relacionamentos, resultaram no ingresso ao Ensino Superior.

### 3.2.1 Sobre as origens familiares

Como observado na introdução desta tese, as médicas e bacharelas mapeadas nesta pesquisa são naturais dos seguintes estados do Norte, mais especificamente do Nordeste do país: Bahia (2), Alagoas (2), Pernambuco (4), Paraíba (2), Sergipe (2), Ceará (2), Piauí (1), Maranhão (1) e Rio Grande do Norte (1). Desse grupo, quatro eram de cidades interioranas de suas localidades — Amélia Pedroso Benebien (Cariri – CE), Anna Alves Sampaio (Palmeira dos Índios – AL), Maria Amélia Cavalcante de Albuquerque (Escada – PE) e Eudésia Vieira (Livramento – PB).

Esse elemento nos ajuda a refletir sobre a mobilidade dessas mulheres para se formarem no Ensino Superior, considerando as poucas instituições de Ensino Superior existentes no país. Ao analisar os círculos familiares das pioneiras, pode-se dizer que, em sua maioria, pertenciam a famílias com certo prestígio em suas cidades, seja no campo econômico, seja no campo social. Dentre elas, apenas a bacharela Alice Ferreira (SE) parece não provir de uma família com recursos, haja vista a perda dos bens do pai, segundo Márcia Cruz e Fernando Silva. No quadro abaixo, é possível analisar, entre outros aspectos, a profissão exercida pelos pais das pioneiras.

**Quadro 5:** Filiação e naturalidade das mulheres pioneiras.

<b>Acadêmica</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Pai</b>	<b>Profissão do pai</b>	<b>Mãe</b>	<b>Profissão da mãe</b>
Ephigênia da Veiga	Bahia	José Ferreira Veiga	Capitão Honorário do Exército		
Amélia Pedroso Benebien	Ceará	Joaquim Pedroso Bembem	Coronel/ Produtor agrícola		
Maria Amélia Cavalcante de Albuquerque	Pernambuco	João Florentino Cavalcante de Albuquerque	Comerciante	Herundina Siqueira de Albuquerque	
Ítala Silva de Oliveira	Sergipe	Silvano Auto de Oliveira		Marcionilla Silva de Oliveira	
Nise Magalhães da Silveira	Alagoas	Faustino Magalhães da Silveira	Jornalista e professor de Matemática	Maria Lydia da Silveira	Pianista
Eudésia Vieira	Paraíba	Pedro Celestino Vieira	-	Rita Filomena de Carvalho Vieira	
Rosa Amélia Tajra França	Piauí	Tomaz Jorge Tajra	Comerciante	Isabel Sadi	-
Delmira Secundina da Costa	Pernambuco	Joaquim Felipe da Costa	Comerciante e diretor da Casa de Misericórdia do Recife (Comendador)		
Maria Coelho da Silva Sobrinho	Pernambuco	Hermenegil do Coelho da Silva			
Maria Fragoso	Pernambuco	João Baptista Fragoso			
Anna Alves Vieira Sampaio (Duarte)	Alagoas	José Vieira Sampaio	Capitão/ Professor/ Tabelião	Capitulina Clotilde Alves Vieira	Professora primária
Catharina Moura	Paraíba	Misael do Rego Moura	-	Francisca Rodrigues Moura	Professora primária
Alice Ferreira Cardoso	Sergipe	José Honório Ferreira			
Marieta Gomes de Oliveira Guimarães	Bahia	Wenceslau Guimarães	Jurista		

Henriqueta Galeno	Ceará	Juvenal Galeno	Agrônomo/deputado	Maria do Carmo Cabral Galeno	
Lylia Guedes	Rio Grande do Norte	Terencio Guedes	Capitão do exército	Maria Amélia Guedes	
Maria Aragão	Maranhão	Emídio Aragão	Guarda fios	Maria José Camargo Aragão	

Fonte: A autora (2024).

Como observado no quadro, no que tange à ocupação da filiação paterna, não foram localizadas informações de sete mulheres. A profissão dos demais nos aponta que possuíam uma condição social confortável para o período, o que, provavelmente, contribuiu como incentivo à continuidade dos estudos das filhas. Dentre as profissões dos pais — agricultor, proprietário de terras, comerciante com a honraria de comendador e atuação no magistério em suas localidades — observamos que exerciam posições de prestígio para a época, sendo indícios de que, exceto os casos fora da regra, as pioneiras no Ensino Superior pertenciam a famílias tradicionais e com uma posição de privilégio na sociedade.

A posição social ocupada pelas famílias, provavelmente, contribuiu para que as pioneiras se dedicassem por mais tempo aos estudos. É importante também considerar que, aliado à decisão das jovens pela continuidade, o apoio familiar para que recebessem um modelo de ensino mais amplo que o das demais mulheres do período — num contexto em que os direitos pela ampliação da escolarização feminina ocorriam timidamente — proporcionou a elas projetar novos rumos para suas trajetórias.

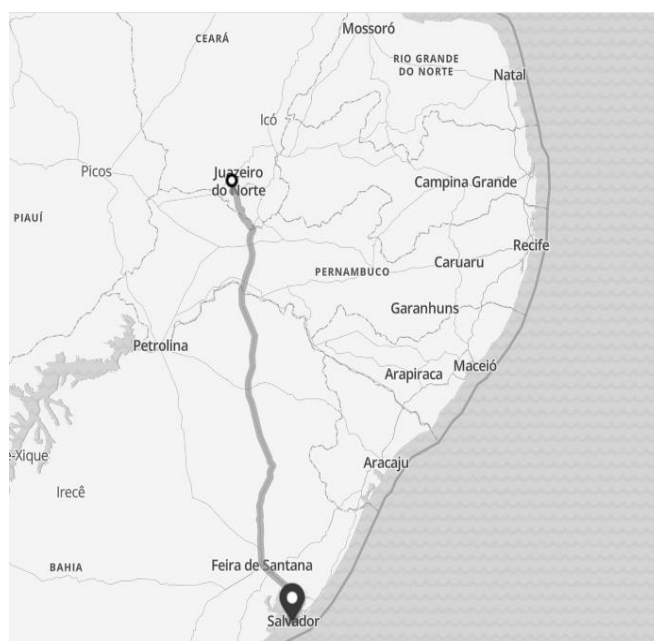
No caso das mães das pioneiras, foi mais difícil encontrar sua ocupação profissional. Conjecturamos que parte delas não exercia atividade fora do âmbito doméstico e, como era comum em sua época, não teve seus feitos registrados. Conseguimos localizar, entretanto, que algumas mães das pioneiras atuaram como professoras primárias, e uma foi pianista: Maria Lidia da Silveira, mãe de Nise Magalhães da Silveira, esta de uma geração mais nova.

É possível observar uma condição social de prestígio desse grupo quando analisamos também alguns eventos das trajetórias das pioneiras. Amélia Pedroso Benebien (1860–1953), natural da cidade do Cariri (CE), ingressou na Faculdade de Medicina e Cirurgia da Bahia em 1885 e, pelo que consta em artigo escrito por Ângela Leal para o jornal *O Povo* em 1988, como já ressaltado, viajava acompanhada do pai, Joaquim Pedroso Benebien, e de dois escravos para estudar em Recife, onde concluiu os preparatórios para o ingresso no curso de Medicina na

Bahia. Seu pai, segundo Leal (1988), era agricultor e importante fornecedor de rapadura na época, para as províncias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Localizamos que, no inventário de sua mãe, Umbelina Moreira de Carvalho, constavam, entre outros itens: “ouro, pentes de prata cobertos de ouro, taxa de cobre, mesa, jogo de banho, cadeiras, escravos, cavalo, égua, potros, casa e dívidas ativas”. O fato de ser coronel e dono de escravizados confirma a situação econômica confortável de seu grupo familiar.

De acordo com Ângela Leal (1994), Amélia Pedroso Benebien viajou da cidade do Crato para Salvador acompanhada de seu pai e dois escravos, parte do percurso feito a pé e outra de trem. No tempo em que cursou Medicina (1885), só havia a Faculdade de Salvador e a do Rio de Janeiro. No Ceará, a primeira Faculdade de Medicina somente foi criada em 1948. Além do dispêndio financeiro empregado por Amélia Pedroso, é válido pontuar o desgaste físico decorrente dos deslocamentos, visto que, mesmo morando na cidade do curso, no período de férias a ida à terra natal era uma constante — o que, para alguns, inclusive homens, foi motivo de desistência. Não foi o seu caso.

**Figura 13:** Trajeto percorrido por Amélia Benebien do Cariri até Salvador.



Fonte: A autora, com base no Google Maps (2024).

Pertencente a outra família de prestígio social, mas em Pernambuco, foi a médica Maria Amélia Cavalcante de Albuquerque (1854–1934), filha do comerciante de carnes secas João Florentino Cavalcanti de Albuquerque Júnior e de Herundina Siqueira Cavalcanti de Albuquerque. Conforme as pesquisas de Tayanne Silva (2021), a família Cavalcante

Albuquerque teve influência política na sociedade pernambucana oitocentista, possibilitando a Maria Amélia uma educação mais completa, como a dos jovens da elite de seu tempo e como a ofertada às figuras masculinas de sua família. Apesar de seu pai ter falido em seus negócios, Maria Amélia Cavalcante recebeu uma formação equiparada à de seus irmãos, sem diferenciação — o que não era comum na época.

A médica pernambucana Maria Amélia Cavalcante de Albuquerque decidiu cursar Medicina na cidade do Rio de Janeiro, mesmo havendo uma escola de Medicina mais próxima de sua localização. Maria Amélia solicitou ajuda de custo para estudar na então capital da Corte. De acordo com Tayanne Silva (2021), tal escolha pode ter sido motivada pelo fato de a Faculdade do Rio de Janeiro ser, à época, mais prestigiada do que a de Salvador, onde, por vezes, havia ausência de materiais. A decisão de Maria Amélia demonstra seu compromisso com uma formação que lhe garantisse as melhores condições para uma boa prática profissional.

**Figura 14:** Distância entre Recife e Rio de Janeiro é hoje, com a BR 101, de mais de 2.300km.



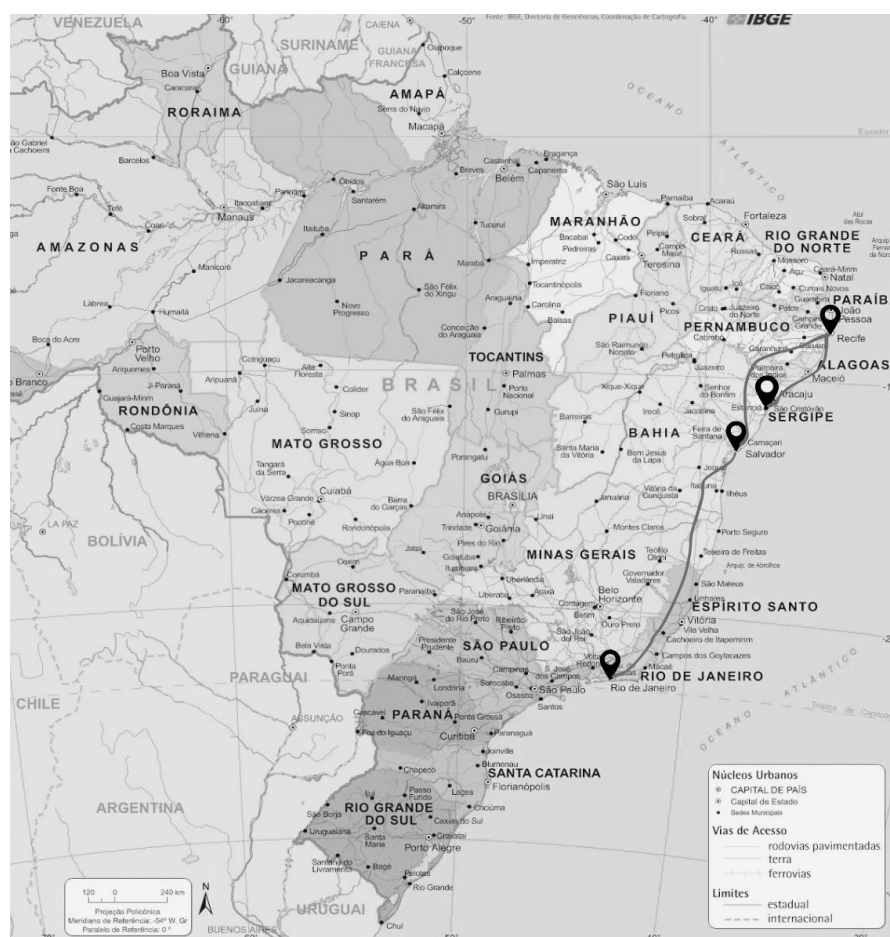
Fonte: A autora, com base no Google Maps (2024).

A maranhense Maria Aragão e a sergipana Alice Ferreira, médica e advogada, respectivamente, tiveram percursos formativos aproximados quanto às dificuldades encontradas para a formação em nível superior. Como já citado, Alice Ferreira solicitou gratuidade na matrícula no segundo ano do curso de Direito na Faculdade de Direito do Recife, o que talvez a tenha induzido, em 1912, a solicitar transferência para a Faculdade de Direito da Bahia, onde permaneceu até o ano de 1916, quando se muda mais uma vez, desta feita para o

Rio de Janeiro, e solicita novamente transferência para a Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. De acordo com Márcia Cruz e Fernando Silva (2016), Alice teria efetuado essa mobilidade para alcançar a formação devido à profissão do marido, que, como oficial do Exército, precisava deslocar-se de moradia com constância.

Podemos ainda conjecturar sobre a possibilidade de que a ausência de recursos financeiros para o custeio e o sustento durante o período de estudos acadêmicos — haja vista os custos com matrícula e materiais didáticos — tenha sido um dos fatores que podem ter contribuído para o afastamento das aulas de Alice Ferreira durante o transcurso de sua formação.

**Figura 15:** Localidades das instituições formativas frequentadas por Alice Ferreira.



Fonte: A autora, com base no Google Maps (2024).

A médica maranhense Maria Aragão (1910-1991) também não advinha de uma família abastada. De família pobre, seu pai, descendente de escravos, era guarda fios<sup>7</sup> e sua mãe

<sup>7</sup> O guarda fios vigiava e fazia a reparação de linhas telefônicas, de energia ou telégrafo.

dedicou-se aos cuidados dos filhos (Neto, 1988). Ainda criança, sob influência da mãe Maria José, mudou-se para São Luís para iniciar seus estudos junto com seus seis irmãos. Ao concluir os estudos primários, também sob influência da mãe, cursou magistério para obter um emprego. Em depoimento para Euclides Neto, Maria Aragão assim relembra as dificuldades para estudar em meio a escassez material em que vivia:

- Havia dias em que não se tinha absolutamente nada pra comer...
- Acordava-se muito cedo...
- Cinco horas da manhã a minha mãe acordava...
- Ela tinha uma voz forte e bonita, e dizia: “Lenha verde mal ascende, quem muito dorme, pouco aprende”.
- Nós tínhamos preguiça de levantar. Era de manhã, nesse período fazia certo frio aqui em São Luís. O clima era muito diferente do que é hoje. A gente queria ficar deitados, mal alimentados, famintos, mas não tinha isso, ela continuava falando:
- “Lenha verde mal ascende, quem muito dorme pouco aprende”, até que todos se levantassem e era uma correria, porque era obrigatório tomar banho de manhã, então era uma correria pra ver quem chegava primeiro pra tomar seu banho. Tomávamos banho e íamos estudar, continuar estudando.
- Dizia ela:
- De manhã a memória está fresca, é preciso recordar a lição que você estudou à noite, o que se aprendeu no Colégio. E nós sentávamos pra estudar, com uma fome.
- Havia dias em que não se tinha o que comer mesmo, ela fazia um mingau de farinha seca. Dessa farinha branca, que nós chamamos de farinha seca e dava uma tigela pra cada um. Não era com açúcar, não era com leite, era temperado com sal (Neto, 1988, p. 33-34).

Mesmo formando-se no curso normal, Maria Aragão desejava seguir a carreira de Medicina, sob a influência de um médico que atendia sua família sem cobrar pelo serviço. Seu pai era contra, pois não havia curso de Medicina no Maranhão à época, e a filha teria que ir para outro estado para obter o título. No estado do Maranhão, a primeira faculdade de Medicina foi criada apenas em 1958. Buscando atingir o objetivo de formar-se médica, Maria Aragão muda-se para a cidade de Recife na década de 1930, com a intenção de realizar concurso público do Banco do Brasil e, posteriormente, ingressar no curso de Medicina da Faculdade de Recife.

Esse movimento nos aponta uma preocupação permanente na trajetória da maranhense: a de obter os recursos financeiros para seu sustento e permanência no curso. Não conseguiu aprovação no referido concurso e muda-se, em 1933, para a cidade de João Pessoa, na Paraíba, onde começa a lecionar na cidade de Patos (Farias Pinto, 2022, p. 66–67). Regressa à cidade de São Luís nesse mesmo ano para cuidar da mãe, que se encontrava com câncer.

Em 1934, Maria Aragão muda-se novamente, com a mãe Rosa Camargo, para a cidade do Rio de Janeiro, a fim de oferecer melhor tratamento à mãe e com o objetivo de cursar Medicina nessa cidade. Mesmo com o falecimento da mãe, Maria Aragão permanece no Rio de Janeiro e matricula-se na Faculdade de Medicina. Para custear seus estudos, deu aulas de Matemática para candidatos a concursos públicos. Também se formou na cidade do Rio de Janeiro a médica piauiense Rosa Amélia Tajra, pela Universidade do Brasil.

Rosa Amélia Tajra (1918–2015) era filha de imigrantes libaneses e comerciantes. Conforme estudo de Elisangela Cardoso (2002), inicialmente, Rosa Amélia pretendia cursar Farmácia. Em 1936, muda-se para a cidade de Belém (PA) com esse intuito, porém esse curso ainda não era ofertado por faculdades na cidade. Então, muda-se para o Rio de Janeiro, onde primos seus já moravam, e matricula-se no curso de Medicina. Das médicas em estudo, somente a paraibana Eudésia Vieira realizou sua formação na Faculdade de Medicina do Recife.

O pai de outra alagoana, Nise Magalhães da Silveira (1905-1999), atuou no cenário político da sociedade maceioense. Como jornalista, foi diretor do *Jornal de Alagoas*, importante veículo oficial do governo no século XX. Além disso, foi professor de Álgebra e Geometria. Sua mãe, Maria Lydia, pianista, organizava saraus durante a infância de Nise Magalhães, o que a fez ter contato, desde cedo, com a cultura erudita e personagens da intelectualidade alagoana, tal como Arthur Ramos<sup>8</sup>. Na contramão do perfil social predominante entre as pioneiras, temos dois casos: o primeiro é o da pernambucana Delmira Secundina da Costa (1866-?), que era filha de mãe solteira; segundo consta no registro de nascimento entregue para a matrícula na Faculdade de Direito do Recife:

Aos 19 de abril de 1868, na Sé, batizei com os santos Óleos solenemente a Delmira, branca, nascida a 27 de agosto de 1866, filha de Delmira Secundina Cabral Cantanil. Foram Padrinhos Antônio José Silva do Brasil, por procuração que apresentou José de Sampaio Coelho, solteiro, ambos da freguesia do Recife, e por devoção Nossa Senhor pelo que fiz este assento e assinei: O Cônego Cura Ignácio Antônio Lobo. Na certidão de idade da aluna consta uma escritura pública lavrada em notas do cartório, onde o Comendador Joaquim Felipe da Costa, reconhecer e perfilhar, sua filha natural Delmira, filha de Delmira Secundina Cabral Cantanil, nascida em agosto de 1866 e batizei na cidade de Olinda de cuja menor foi padrinho o Comendador Antônio José Silva Brazil (Arquivo da FDR)

Não encontramos informações sobre Delmira Secundina Cabral Cantanil que permitam identificar sua atuação no espaço público. Fato é que o pai de Delmira, a filha, parece ter

---

<sup>8</sup> Arthur Ramos de Araújo Pereira (1903-1949), foi médico psiquiatra, psicólogo social, etnólogo, folclorista e antropólogo brasileiro. Contribuiu para a institucionalização das Ciências Sociais no país. Formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia em 1926, mesma turma de Nise Magalhães.



cuidado da formação intelectual da jovem, visto que, na maioria das publicações a respeito de seus exames, ela se destaca com distinção. O outro caso é o da sergipana Alice Ferreira Cardoso (1891–1969). Não encontramos informações a respeito da ocupação de seus pais, porém alguns elementos de sua trajetória nos permitem conjecturar que ela não dispunha de uma condição social abastada. De acordo com Márcia Cruz e Fernando Silva (2017), a solicitação de gratuidade para a matrícula na Faculdade de Direito do Recife lhe foi negada. Apesar da negativa, Alice conseguiu se matricular no curso e iniciar os estudos acadêmicos. Posteriormente, solicitou transferência para a Faculdade de Direito da Bahia e, por fim, para a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, onde concluiu os estudos superiores.

Identificamos pouca mobilidade entre as bacharelas. As pernambucanas Delmira Secundina, Maria Coelho e Maria Fragoso, juntamente com a alagoana Anna Sampaio e a potiguar Lylia Guedes, formaram-se na Faculdade de Direito do Recife. As demais — Marieta Gomes Guimarães (BA), Zélia Campos (MA) e Henriqueta Galeno (CE) — formaram-se em suas respectivas cidades natais. Sobre os percursos formativos de Zélia Campos e Marieta Gomes Guimarães, pouco foi localizado.

Os genitores da advogada alagoana Anna Alves Sampaio (1868–1941), conforme os pesquisadores Ivanildo Santos (2019) e Danielle Dias (2021), exerciam a atividade docente na Escola Primária de Penedo, interior de Alagoas. Além de Anna Sampaio, Capitulina teve outras duas filhas: Maria Lúcia Duarte, jornalista, e Susana Duarte, professora. O fato de três filhas mulheres terem escolhido profissões liberais que lhes proporcionaram ascensão social nos instiga a pensar que, no ambiente familiar, tiveram não apenas condições favoráveis para o estudo como, provavelmente, o exemplo da mãe — uma mulher que buscou projeção profissional e teve uma experiência para além do espaço doméstico.

Com base nas informações analisadas, apreende-se que, a despeito de a maioria das pioneiras advirem de famílias com poder aquisitivo elevado, as trajetórias de Maria Amélia, Alice Ferreira e Maria Aragão sugerem a diversidade desse grupo de pioneiras que, embora distantes no tempo e oriundas de províncias/estados distintos — mais pobres e onde não existiam faculdades até então —, tiveram origens e percursos semelhantes. Entretanto, também foi possível perceber que, a exemplo da bolsa de estudos recebida por Maria Amélia Cavalcanti de Albuquerque, houve, dois anos depois, o requerimento de Alice para isenção da matrícula no 2º ano do curso. São elementos que atestam a presença de mulheres com restritos recursos financeiros e que desenvolveram táticas para ultrapassar as barreiras econômicas.

### 3.2.2 Ensino Primário

Localizar a formação inicial das mulheres deste estudo não foi fácil, devido aos poucos registros sobre a maioria delas. Das que pudemos localizar essa informação, identificamos que o ensino primário foi realizado tanto no espaço doméstico quanto em colégios particulares (Quadro 6). Chamou-nos atenção, também, o fato de algumas formações iniciais terem ocorrido com professoras ligadas a alguma fé religiosa ou em instituições de ensino católicas.

Além disso, algumas dessas mulheres, desde cedo, tiveram acesso a uma cultura letrada no âmbito familiar, em razão das condições sociais, materiais e, sobretudo, culturais de suas famílias — o que, conseqüentemente, contribuiu para o desejo de prosseguir os estudos até a formação superior.

**Quadro 6:** Ensino Primário das pioneiras nordestinas.

<b>Naturalidade</b>	<b>Nome</b>	<b>Ensino Primário</b>
BA	Ephigênia da Veiga (1869-?)	-
CE	Amélia Pedroso Benebien (1860-1953)	Educação doméstica
PE	Maria Amélia Cavalcante de Albuquerque (1854-1934)	Educação doméstica (professores particulares)
SE	Ítala Silva de Oliveira (1897-1984)	Colégio Nossa Senhora de Lourdes (SE)
AL	Nise Magalhães da Silveira (1905-1999)	Colégio Santíssimo Sacramento (AL)
PB	Eudésia Vieira (1894-1931)	Aulas particulares - Professoras protestantes e católicas
PI	Rosa Amélia Tajra França (1918-2015)	Escola Modelo Arthur Pedreira (PI)
PE	Delmira Secundina da Costa (1866-?)	-
PE	Maria Coelho da Silva Sobrinho	-
PE	Maria Fragoso (1866-1947)	-
AL	Anna Alves Vieira Sampaio (1868-1941)	-
PB	Catharina Moura (1882-?)	-

SE	Alice Ferreira Cardoso (1891-?)	-
BA	Marieta Gomes de Oliveira Guimarães	
RN	Lylia Guedes (1894-1974)	Escola de Francisca Moura <sup>9</sup>
CE	Henriqueta Galeno (1887-1964)	Educação doméstica (professores particulares)
MA	Maria Aragão (1910-1991)	Grupo Escolar Sotero dos Reis

Fonte: A autora (2024).

Eudésia Vieira (1894-1981) chegou a registrar sua infância numa autobiografia intitulada *Minha Conversão*, e mencionou seus estudos primários:

[...] aos seis anos iniciei os meus estudos com uma professora protestante. A partir das enfadonhas lições da cartilha ia aprendendo a doutrina luterana num catecismo - ‘Leite para Criança’ - como se não bastasse, acompanhava a mestra à escola dominical, com permissão dos meus pais (Vieira, 1951, p. 7 *apud* Galvêncio 2019, p. 65).

Para realização dos exames primários, Eudésia estudou com uma professora católica “[...] que não se dava ao trabalho da catequese” (Vieira, 1951, p. 8 *apud* Galvêncio 2019, p. 65). Quando nos debruçamos sobre a trajetória de Eudésia, vemos que essa formação inicial a marcou, visto que em seus discursos em favor da educação da mulher buscou aliar ciência e religião.

Tayanne Silva (2021) chama atenção para a prática da contratação de professores particulares no processo de formação dessas mulheres. Segundo a autora, Maria Amélia Cavalcante de Albuquerque (1854–1934), por exemplo, para além das aulas de leitura e escrita, também recebeu aulas de Geografia, Francês, Desenho e Alemão (Barreto; Silva, 2021), o que nos indica uma formação não restrita aos saberes elementares, como era o esperado para uma jovem mulher da época. Esta última chegou a ter aulas com o jurista e político Tobias Barreto, que, como tratado anteriormente no capítulo 1, foi um defensor da escolarização das mulheres no Brasil em fins do Império.

<sup>9</sup> Francisca Moura (1860-1942), mãe da bacharela Catharina Moura, foi uma professora reconhecida no cenário cultural paraibano. Formou-se na Escola Normal em 1890, foi autora de compêndios de Geografia e Língua Portuguesa. Criou e dirigiu o Curso Francisca Moura para preparação dos secundaristas para os exames preparatórios.

O fato de as mulheres desse grupo terem tido professores particulares também revela uma condição financeira abastada de suas famílias, em algum momento de suas vidas, que lhes oportunizou uma formação inicial mais ilustrada do que aquela oferecida à maioria da população feminina entre meados do século XIX e XX. Acrescentam-se a essa afirmação os colégios frequentados por uma parcela do grupo.

Ítala de Oliveira (1897-1984) é um exemplo, pois cursou o ensino primário no Colégio Nossa Senhora de Lourdes<sup>10</sup>, localizado na capital de Sergipe (Aracajú), que de acordo com os estudos de Miguel Berguer (2004) e Dilson Sampaio e Leyla Santana (2016), fora uma das instituições de ensino de Sergipe responsável pela formação das jovens de elite. Conforme Berguer (2004), o colégio oferecia o ensino do curso primário ao Curso Normal e Científico, e pretendia uma formação pautada no controle e disciplina do corpo, mente e alma. Assim, também o era o Colégio Santíssimo Sacramento em Alagoas<sup>11</sup> e a Escola Arthur Pedreira no Piauí.

Como estamos tratando de processos formativos, entendemos que estes se constroem por meio de uma gama de fatores, entre eles os ambientes de convívio, para além dos espaços formais de ensino. Analisando uma entrevista de Nise da Silveira (1905–1999), datada de 1994, pudemos identificar vivências que podem ter contribuído para sua decisão de seguir a formação superior e dar continuidade aos estudos.

Quando perguntada sobre sua infância, comenta sobre o ambiente artístico e literário em que vivia: “Foi felicíssima. Filha única. Mimadíssima. Minha mãe, musicista, tangenciando a genialidade. Meu pai, um homem que lia muito, matemática e literatura. Ele tinha uma boa biblioteca. E sendo assim, li Machado de Assis muito cedo” (Silveira, 1994). Ainda sobre seu interesse por Machado de Assis:

Porque minha professora de português me fazia analisar. Primeiro foi Camões, que eu odiei. As figuras todas de retórica que ela não ensinava procurei esquecer tudo e odiar. Depois eu fiz as pazes com Camões que é um grande poeta. De Machado o primeiro livro que eu li, estudando português, foi a “Cartomante”. O irmão da minha mãe era poeta. Vivia em Recife. Era Pernambucano. Eu sou alagoana. Nasci em Maceió, mas minha mãe e meu pai são pernambucanos. De modo que um dos grandes prazeres meus na infância era irmos a Recife. Então, como não havia televisão nessa ocasião, todo mundo recitava Castro Alves, minha mãe chegou a musicar e cantava com uma bela voz de contralto. Meu avô também me fazia perplexa. Lembro-me dele com uma toalha no ombro caminhando para o banheiro antes de ir para o emprego burocrático que ele exercia, recitando: “Vai Colombo. Abre a cortina

<sup>10</sup> Fundado em Sergipe no ano de 1903 pelas irmãs Sacramentinas, funcionava em regime de internato, semi-internato e externo.

<sup>11</sup> Tradicional instituição de ensino católico de Maceió, fundado em 1904 e mantido pelas irmãs do Santíssimo Sacramento.

de minha eterna oficina e tira a América de lá". Nunca havia pegado num livro, mas de tanto ouvir terminava decorando. Eu não entendia bem, "como é que se vai tirar a América?" Como será isso? (risos). Não perguntava a ele porque ele era uma pessoa austera. Certa vez perguntei a minha mãe e ela me mostrou o livro (Silveira, 1994).

O depoimento de Nise, somado às experiências das demais mulheres em estudo, nos leva a considerar que o contexto familiar, bem como as vivências nesse núcleo social, foi um propulsor em suas trajetórias formativas. Dentre as similaridades desse grupo, observamos que, desde a formação inicial, essas mulheres estavam fora do padrão comum à época, que concebia para as mulheres uma formação elementar — restrita a ler, escrever e contar, com conteúdos limitados.

Pontuamos ainda que, tendo como base essa formação mais alargada, foi justamente por isso que puderam almejar outros caminhos de atuação e ocupar espaços sociais tradicionalmente restritos às mulheres.

### 3.2.3 Ensino secundário e exames preparatórios

[...] Papai eu quero estudar no ginásio, eu não quero ser professora, não papai, eu quero fazer o ginásio, aí eu fiz o ginásio. Ele não disse nada porque eu fiz o concurso, ele deixou eu fazer o concurso, o exame de admissão era exame de admissão. Passei, estudei, agora eu vim me interessar antes de entrar no ginásio, ele não deixou eu estudar não, ele me botou em uma aula particular de francês. Ele era louco que eu, que os filhos dele aprendessem outra língua, então eu passei o ano todinho estudando francês, era francês e não sei se português, passei o ano todinho estudando aí me atrasei, um ano, quando no fim do ano fiz o curso de admissão, passei aí pronto (Tajra França, 2002 *apud* Cardoso, 2002, p. 25-26).

O depoimento da médica piauiense Rosa Tajra França (1918–2015), dado à pesquisadora Ângela Cardoso em 2002, expressa diretamente o papel ativo que exerceu nas escolhas sobre os rumos de sua vida. Não era costume, à época, que mulheres frequentassem o ensino secundário; o mais comum era seguir os estudos nas escolas normais e seguir carreira no magistério. A escolha pelo ginásio já indica outras aspirações em nível profissional.

No que diz respeito à formação no ensino secundário e aos exames preparatórios, as mulheres em estudo o fizeram, em sua maioria, em colégios de prestígio de suas regiões — inclusive em instituições onde obtiveram o título de normalistas, atuando no campo educacional daquele período e, posteriormente, seguindo para outras carreiras liberais.

No quadro abaixo é possível observar as instituições:

**Quadro 7:** Perfil do ensino secundário das pioneiras.

<b>Nome</b>	<b>Ensino Secundário</b>
Ephigênia da Veiga (BA)	-
Amélia Pedroso Benébien (CE)	-
Maria Amélia Cavalcante de Albuquerque (PE)	Aulas particulares
Ítala Silva de Oliveira (SE)	Atheneu Sergipano
Nise Magalhães da Silveira (AL)	Colégio Santíssimo Sacramento (AL)
Eudésia Vieira (PB)	Escola Santa Júlia (PB)
Rosa Amélia Tajra França (PI)	Liceu Piauiense
Delmira Secundina da Costa (PE)	Colégio Santa Isabel (PE)
Maria Coelho da Silva Sobrinho (PE)	-
Maria Fragoso (PE)	-
Anna Alves Vieira Sampaio (AL)	Atheneu Alagoano
Catharina Moura (PB)	Escola Normal (PB)
Alice Ferreira Cardoso (SE)	-
Marieta Gomes de Oliveira Guimarães (BA)	
Henriqueta Galeno (CE)	Liceu do Ceará/Escola Normal
Lydia Guedes (RN)	Liceu Paraibano
Maria Aragão (MA)	Liceu Maranhense

Fonte: A autora (2024).

As informações do quadro demonstram que ao menos três pioneiras tiveram em comum em suas trajetórias o fato de terem sido formadas em Escolas Normais ou nos colégios que conferiam licença para tal, a exemplo do Atheneu Sergipano<sup>12</sup>. Outrossim, por terem frequentado essas instituições de ensino, evidencia-se, em primeiro lugar, a inserção delas em locais que marcavam a trajetória de intelectuais e culturais; em segundo lugar, percebe-se que o movimento de admissão nesses espaços representou um avanço para a escolarização feminina no Brasil, no que tange à continuidade dos estudos, superando a ideia do saber mínimo ao qual as mulheres estiveram historicamente associadas.

No decorrer ou antes da preparação para o ingresso no Ensino Superior, três pioneiras exerceram a docência em suas respectivas cidades. Trata-se da sergipana Ítala Silva de Oliveira (1897–1984) e das paraibanas Eudésia Vieira (1894–1981) e Catharina Moura (1882–1955). Ítala de Oliveira tornou-se bacharel em Letras e normalista pelo Atheneu Sergipense. Na sociedade paraibana, Ítala de Oliveira atuou principalmente em prol da educação das mulheres pobres e na produção de discursos em que defendia a educação popular e pautas do feminismo.

<sup>12</sup> Conforme estudo de Anamaria Gonçalves Bueno (2003), o Atheneu Sergipano foi criado em 1870, foi o primeiro estabelecimento de ensino secundário de Sergipe, inicialmente dirigido somente ao público masculino. Em 1890, com o sistema de coeducação, jovens da elite sergipense passam a frequentar a instituição.

Eudésia Vieira realizou o ensino secundário na Escola Santa Júlia (PB), destinada à formação da elite paraibana. Formou-se na Escola Normal da Paraíba no ano de 1911, então com 17 anos (Galvêncio, 2021). Após a conclusão do curso, deu aulas particulares na Paraíba e, em 1917, foi aprovada em concurso público para professora primária do Estado, sendo lotada na cidade do interior paraibano chamada Serraria.

A atuação de Eudésia no cenário educacional da Paraíba foi marcado pelo reconhecimento, principalmente, por ter colabado com jornais da época e a produção de livros didáticos de História<sup>13</sup> adotados como livro didáticos nas escolas primárias do seu Estado. Já Catharina Moura, formou-se em 1902 na Escola Normal da Paraíba e, assim como a sergipana Ítala, dedicou-se à escrita, adotando como tema central os direitos da mulher. Em 1917, tornou-se professora efetiva da Escola Normal, após ter-se formado em Direito.

Para o ingresso no Ensino Superior, era necessária a aprovação nos exames preparatórios. Para as mulheres, esse requisito representava uma barreira a ser superada, visto que o currículo diferenciado proposto pelo ensino oficial à educação feminina não contemplava alguns dos conteúdos exigidos nesses exames. Assim, ao optarem por prosseguir os estudos, essas mulheres tiveram que encontrar meios de complementar sua formação para atender a essa exigência.

Do grupo de mulheres em estudo, identificamos a prática de contratação de aulas particulares das matérias necessárias, ou a presença em colégios femininos que anunciavam a preparação para tais exames. É o caso da pernambucana Maria Amélia Cavalcante de Albuquerque. Conforme o estudo de Tayanne Silva (2021):

Além das primeiras letras com um professor capaz e legitimado pela sociedade pernambucana, os pais de Maria Amélia seguiram a tradição dos Cavalcanti de Albuquerque de investir na instrução dos filhos. Dessa forma, na continuação de sua educação institucionalizada, Amélia Cavalcanti estudou Geografia com o Dr. Arcelino de Queiroz – que escrevia compêndios elementares de Geografia adotados pela Escola Normal, importante instituição de ensino em Pernambuco do século XIX –, Francês e Desenho com o mestre Giuseppe Marinangeli e Italiano com o professor Carlo Cighera (Silva, 2021, p. 61).

Tal elemento nos permite observar sobre o papel das famílias na projeção profissional das filhas. De acordo com as fontes consultadas, além das aulas particulares, as pioneiras, em sua maioria, frequentaram instituições de ensino secundário em suas respectivas localidades. Cabe mencionar que o ensino secundário acompanha a expansão do Ensino Superior brasileiro, pois tinha dentre seus objetivos a preparação dos alunos e alunas para admissão nos cursos

---

<sup>13</sup> Pontos de História do Brasil (1921) e Terras Tabajaras (1955).

superiores. Com o Decreto nº 5.429 de 1873, foi autorizado a realização de exames gerais em localidades onde não havia faculdades. Conforme tratou Cássio Miranda (1998), aumenta nesse período as *aulas de preparatórios* ofertadas por professores avulsos e a realização dos exames serem ampliados para outros locais que não tinham faculdades ou colégios de ensino secundário equiparados ao Colégio Pedro II, há uma maior abertura para o ingresso ao Ensino Superior.

É importante frisar que as aulas de preparatórios não tinham caráter obrigatórios, apenas era obrigatório a realização dos exames para a matrícula no Ensino Superior. Entre o período de 1879 a 1930, esses exames sofrem alterações tanto de nomenclatura<sup>14</sup> quanto de sua oferta<sup>15</sup> e locais de realização. Os estudos de Maria Edna Santos (2021) e Cássio Miranda (1998), nos revelam que no quadro geral os exames ocorriam duas vezes ao ano, tinham o formato de prova oral e escrita, além de ser necessário o pagamento de uma taxa de inscrição. As mulheres que investigamos realizaram seus exames preparatórios ou nas próprias faculdades onde ingressariam ou em instituições de ensino secundário das suas localidades de origem (Quadro 8).

**Quadro 8:** Exames preparatórios.

Nome	Exames Preparatórios
Ephigênia da Veiga	Faculdade de Medicina da Bahia
Amélia Pedroso Benebien	Faculdade de Direito do Recife
Maria Amélia Cavalcante de Albuquerque	Faculdade de Direito do Recife
Ítala Silva de Oliveira	
Nise Magalhães da Silveira	
Eudésia Vieira	Escola Santa Júlia
Rosa Amélia Tajra França	Liceu Piauiense
Delmira Secundina da Costa	-
Maria Coelho da Silva Sobrinho	-
Maria Fragoso	-
Anna Alves Vieira Sampaio (Duarte)	Liceu de Maceió
Catharina Moura	Liceu Paraibano
Alice Ferreira Cardoso	-
Marieta Gomes de Oliveira Guimarães	-
Henriqueta Galeno	-
Lylia Guedes	Liceu Paraibano
Maria Aragão	Liceu Maranhense

Fonte: A autora (2024).

<sup>14</sup> Em 1911 os exames passam a ter a nomenclatura de Exames de admissão com a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental; Depois, em 1915, é dominado de Exames vestibulares pelo Decreto 11.530 e em 1931 passa a Vestibular com o Estatuto das Universidades Brasileiras (Cássio, 1988; Silva, 2021).

<sup>15</sup> Em 1879, com a Reforma Leôncio de Carvalho, é possível realizar os exames perante os delegados de ensino nas Províncias onde não havia ensino secundário e nas Faculdades (Cássio, 1988).



Conforme as listas de inscritos e a realização dos exames preparatórios divulgadas nos periódicos, os nomes de mulheres começam a constar a partir de 1881 (Diário de Pernambuco). Na lista de inscritos e inscritas de 1884, publicada no jornal *Diário de Pernambuco*, é possível observar a presença das seguintes estudantes: Maria Amélia Cavalcante, inscrita para os exames de Álgebra, Filosofia e Geometria; Delmira Secundina, para os exames de Filosofia, História e Geometria; Maria Frago, para História; Gláucia Corina de Araújo, para Geografia; Maria Augusta Coelho Meira de Vasconcellos, para Geografia e Aritmética; Maria da Glória Forjaz de Lacerda, para Geografia; e Maria Coelho da Silva Sobrinha, para Aritmética e Geometria.

Os exames foram realizados na Faculdade de Direito do Recife, no mês de fevereiro de 1884, e, ao serem concluídos, duas mulheres admitidas nas instituições foram homenageadas em uma publicação intitulada *Futuras doutoras pernambucanas*, como vemos abaixo:

Completaram hoje brilhantemente, na nossa academia de direito, o curso de humanidades exigido para matrícula nas faculdades de imperio, as Exmas. Sras. D. Maria Amelia Cavalcanti e D. Delmira Secundina da Costa, dous espiritos robustos, verdadeiros talentos, dotados de vigorosa vontade, que, rompendo todos os obstaculos que se lhes apresentavam no caminho, chegaram gloriosamente ao seu termo, tendo ambas sempre obtido os melhores grãos de aprovação. A primeira é filha do Sr. João Florentino Cavalcanti, e destina-se escola de Medicina na corte; a segunda é filha do commendador Joaquim Felipe da Costa, e destina-se a nossa academia de direito, notando-se ser esta a primeira brasileira que dedica-se ao estudo dessa sciencia. E' sempre com grande jubilo que vemos merecimento reconhecido, os esforços recompensados, principalmente quando estes esforços partem de duas jovens, ainda timidas, já por ser esta uma qualidade inherente ao seu sexo, já por trilharem uma senda em que rarissimas são as que lhes tem precedido, já finalmente por encontrarem forte resistencia nesses espiritos retrogrados que julgam a mulher incompativel com a sciencia. Comprimentamos, pois, cordialmente as futuras doutoras, e desejamos-lhes que prosperos ventos as conduzam em seu correr academico, para que concluam os seus estudos tão brilhantemente como começaram. A's suas Exmas familias os nossos parabéns. (Diário de Pernambuco, 29 fev. 1884, p. 4).

Sobre Delmira Secundina (1866-?), fontes jornalísticas a mencionam como oradora do Colégio Santa Isabel (Diário de Pernambuco, 1881). Além disso, obteve distinção na maioria dos exames realizados, o que indica dedicação ao estudo das matérias exigidas. Também ingressou no curso de Direito. De Maria Coelho, localizamos informações referentes aos exames de Geometria e Filosofia na Faculdade de Direito de Pernambuco (Diário de Pernambuco, 1884 e 1885). Na mesma instituição, realizou os exames a cearense Amélia Pedroso Benebien (Diário de Pernambuco, 1884).

Anna Sampaio (1868-1941), conforme as listas de aprovação dos exames preparatórios divulgadas nos periódicos *O Orbe* e *Gutenberg*, realizou as provas entre os anos de 1883 e

1886, quando seu nome consta na lista de aprovados dos exames realizados no Liceu de Maceió. Ephigenia Veiga realizou os exames na Faculdade de Medicina da Bahia, conforme nota do jornal *Diário de Pernambuco* de 14 de fevereiro de 1885, que destaca a finalização dos exames na instituição e o destaque de Ephigenia no exame de Álgebra. Ressalta-se que os exames podiam ser feitos em anos distintos, de forma cumulativa, conforme os documentos nos permitem entender.

### 3.2.4 Experiências acadêmicas

O perfil de ingresso do grupo de mulheres em estudo quanto à idade variou na faixa etária de 16-35 anos.

**Quadro 9:** Idade de ingresso das pioneiras no Ensino Superior.

Nome	Idade do ingresso ao Ensino Superior
Ephigênia da Veiga	16
Amélia Pedroso Benébien	25
Maria Amélia Cavalcante de Albuquerque	30
Ítala Silva de Oliveira	24
Nise Magalhães da Silveira	16
Eudésia Vieira	35
Rosa Amélia Tajra França	18
Delmira Secundina da Costa	18
Maria Coelho da Silva Sobrinho	-
Maria Fragoso	19
Anna Alves Vieira Sampaio (Duarte)	21
Catharina Moura	26
Alice Ferreira Cardoso	entre 20 e 21 anos
Marieta Gomes de Oliveira Guimarães	-
Henriqueta Galeno	32
Lylia Guedes	24
Maria Aragão	24

Fonte: A autora, com base na documentação de matrículas (2024).

Como apresentado no quadro, temos um grupo de ingressantes com idade entre 16 e 19 anos (5), entre 20 e 29 anos (5), acima dos 30 anos (3) e não identificadas (3). Esse ingresso foi tardio, se comparado ao dos homens, que ingressavam no Ensino Superior entre 12 e 16 anos. A média de idade com que as mulheres ingressaram no Ensino Superior, entre 16 e 35 anos, indica a necessidade de um maior tempo para o ingresso, uma vez que tinham que cumprir as exigências dos exames preparatórios, cujos conteúdos não estavam contemplados no ensino regular, como ocorria com os homens. Acrescenta-se a esse cenário a necessidade de ajuda de custo, como no caso de Maria Amélia Cavalcante de Albuquerque, que, apesar de ter solicitado subvenção pública no final da década de 1870, só a obteve em 1884 (Barreto; Silva, 2021).

Com base nas trajetórias dessas mulheres, percebemos que aquelas que entraram tardiamente exerceram a docência antes da matrícula no curso superior ou demandaram mais tempo no processo preparatório. As egressas com 16, 18 e 19 anos apontam uma proximidade com o perfil dos candidatos ao Ensino Superior na época, o que nos permite entender, primeiro, que uma formação primária e secundária adequada oportunizou as condições necessárias para a admissão nos cursos superiores e, segundo, indica um movimento crescente de mulheres que buscavam ampliar sua atuação no espaço público, por meio da expansão das profissões liberais.

Observando o ingresso dessas mulheres numa linha do tempo, em 1885 temos alunas que ingressaram no Ensino Superior com 16 (Ephigenia Veiga), 25 (Amélia Pedroso), 18 (Delmira Secundina) e 19 anos (Maria Fragoso). Na segunda metade do século XIX, a inserção das mulheres ainda era novidade no cenário sociocultural. Diante dessas inserções, num contexto pouco favorável à escolarização feminina, apreendemos que esse grupo teve condições materiais para dedicar-se aos estudos e circulou em espaços culturais propícios para projetar outras experiências sociais, pois tiveram maior acesso ao avanço da participação feminina no espaço público ao redor do mundo.

Outro aspecto a destacar é o ingresso mais tardio no Ensino Superior de algumas mulheres desse grupo, como Amélia Pedroso (1860-1953), Maria Amélia Cavalcante (1854-1934), Ítala Silva de Oliveira (1897-1984), Catharina Moura (1882-1955), Eudésia Vieira (1894-1981) e Henriqueta Galeno (1887-1964). Esse aspecto indica elementos sobre a longa formação dessas mulheres, pois, com exceção de Amélia Pedroso e Maria Amélia Cavalcante, as demais obtiveram formação inicial no magistério, com atuação expressiva no campo educacional local. Amélia Pedroso e Maria Amélia, por terem ingressado no Ensino Superior nos anos 1880, provavelmente demoraram mais para concluir as exigências necessárias ao ingresso, especialmente os exames preparatórios; no caso de Maria Amélia, somou-se ainda a necessidade de aprovação da bolsa de estudos.

Quanto às experiências dessas pioneiras dentro das instituições dos cursos superiores, foram encontrados poucos vestígios, localizados principalmente em publicações oficiais dos cursos ou em periódicos diários das Províncias. Poucas fontes forneceram informações sobre a experiência das pioneiras no interior das instituições de Ensino Superior. Nos periódicos, como já assinalado, localizamos algumas listas de aprovação das Faculdades divulgadas pela imprensa, onde constam as aprovações de algumas pioneiras (Quadro 10).

**Quadro 10:** Recortes de resultados dos exames no Ensino Superior das pioneiras.

<b>Nome</b>	<b>Instituição</b>	<b>Disciplina – aprovação – ano</b>
Amélia Pedroso Benebien	Faculdade de Medicina da Bahia	1885 - Clínicas especiais, aprovação plena 1887 – Aprovação plena no 5º ano do curso
Ephigenia Veiga	Faculdade de Medicina da Bahia	1887 – Aprovada com distinção no 4º ano
Maria Coelho	Faculdade de Direito do Recife	1885 – Direito Natural, aprovada plenamente 1885 – Direito Eclesiástico, aprovada plenamente 1886 - 2ª série, aprovada com distinção 1887 – 3ª série, aprovada plenamente 1887 – 4ª série, aprovada simplesmente 1888 – 5ª série, aprovada plenamente
Delmira Secundina da Costa	Faculdade de Direito do Recife	1884 – 1ª série, aprovada plenamente 1885 – 2ª série, aprovada plenamente em Direito Eclesiástico; Direito Natural e Direito Constitucional 1886 – 3ª série, aprovada plenamente 1887 – 4ª série, aprovada plenamente 1888 – 5ª série, aprovada com distinção
Anna Alves Sampaio	Faculdade de Direito do Recife	1889 – 2ª série, aprovada simplesmente 1890 – 3ª série, aprovada simplesmente 1891 – 3ª série, aprovada simplesmente

Fonte: A autora (2024).

Alguns dos registros localizados indicam práticas relacionadas ao enfrentamento dessas mulheres com atitudes representativas de uma cultura profundamente enraizada em valores patriarcais, que dificultavam o reconhecimento dos méritos femininos. Nas trajetórias investigadas, pontuamos inicialmente os arranjos que algumas pioneiras tiveram que fazer para cursar o Ensino Superior em localidades distintas de suas origens, como a pernambucana Maria Amélia Cavalcante de Albuquerque e a maranhense Maria Aragão. Ambas cursaram Medicina na cidade do Rio de Janeiro.

Para se sustentar no Rio de Janeiro, Maria Aragão (1910-1991) dava aulas particulares de Português, Matemática e Francês para candidatos a concursos públicos. Assim, precisou dividir seu tempo entre o trabalho e os intensos estudos do curso de Medicina. Interrompeu o

curso na 3ª série para dedicar-se aos cuidados da mãe, que a acompanhou e faleceu nesse período. Concluiu a graduação em 1942.

Ainda no século XIX, Maria Amélia solicitou uma subvenção pública — espécie de bolsa de estudo — na então Província de Pernambuco. O pedido recebeu apoio do jurista e político Tobias Barreto de Menezes em 1878, mas ela só conseguiu se matricular em 1884. Essa prática nos permite compreender que a jovem pernambucana não dispunha de recursos suficientes para custear sozinha os estudos superiores, principalmente em outra província. Além disso, evidencia que, apesar da sua origem familiar ser de prestígio social na sociedade pernambucana, isso não foi suficiente para financiar seus estudos no Ensino Superior.

No que diz respeito às práticas no interior das instituições, localizamos alguns casos de condutas de exclusão contra as mulheres. É o caso da médica baiana Ephigenia Veiga, que foi impedida de receber uma premiação que lhe cabia por direito, exclusivamente por ser mulher. Quando Ephigenia formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1890, o Decreto nº 9.311, de 25 de outubro de 1884, estabelecia em seu artigo 326 a concessão de um prêmio de viagem à Europa para o estudante com as melhores notas de sua turma, seja do curso de Medicina ou de Farmácia.

Baseada nesse decreto, Ephigenia Veiga enviou um requerimento solicitando o prêmio de viagem para a Europa, visto que foi a aluna que obteve as melhores notas e maior distinção em sua turma. Foi então criada uma comissão composta pelos professores e doutores Climério Cardoso de Oliveira, Frederico de Castro Rebello e José de Almeida Couto, responsável por avaliar o pedido e emitir um parecer. O relatório, aprovado por unanimidade pela Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia, foi lido na sessão de 1º de junho de 1891, negando o pedido de Ephigenia com a seguinte justificativa:

A comissão nomeada para dar parecer sobre a petição da Snra. D. Ephigenia Veiga diplomada em Medicina por esta Faculdade, desempenha-se deste mandato declarando-vos que apesar de verificar pelas notas ministradas pela Secretaria ser a Snra. D. Ephigenia Veiga a alumna que maior número de aprovações com distinção obteve entre seus colegas de anno, entende que a concessão do favor solicitado exprimindo uma plena comparação de superioridade manifesta que a peticionária allega ter sobre seus colegas, que apesar de terem menor número de aprovações distintas, o que se pode explicar por circunstâncias ocasionais de exame revelaram contudo igual aplicação, orientação prática mais segura e inteligência mais desenvolvida que lhes valeram honrosas nomeações para assistentes de clínica desta Faculdade. (Parecer, 1891 *apud* Fortuna, 2011, p. 143).

Observa-se, nas entrelinhas do parecer, que o principal motivo para que Ephigenia Veiga não recebesse a premiação a que tinha direito pelo decreto foi seu gênero feminino, que a impediu de ser contemplada. Embora fosse reconhecida como a aluna com maior aprovação

e distinção, o fato de ter tomado a iniciativa de requerer o prêmio foi interpretado como uma atitude de “superioridade”, algo que provavelmente não teria sido questionado caso ela fosse homem. Esse episódio revela o peso dos valores patriarcais da época, que aceitavam a presença da mulher no Ensino Superior, mas não admitiam que ela pudesse se destacar intelectualmente acima dos homens. Apesar da “oportunidade” de cursar o Ensino Superior e exercer uma profissão, havia um contexto marcado pela descrença quanto à capacidade intelectual feminina.

Em 1917, passados 26 anos, na Faculdade de Direito do Recife, a bacharela Catharina Moura (1882-1955) teve sorte contrária à de Ephigenia. Aprovada com distinção nos exames finais, Catharina obteve a concessão do prêmio viagem para a Europa ou América. Nos Anais da Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro, localizamos as sessões que trataram da aprovação da premiação concedida a Catharina. Em sessão realizada em 16 de outubro de 1917, foi apresentada a solicitação da Faculdade de Direito do Recife para a liberação de crédito destinado à concessão do prêmio viagem à bacharel Catharina Moura. Na solicitação lê-se o seguinte:

Srs. Membros do Congresso Nacional – submetto á vossa alta deliberação, para os fins convenientes, a inclusa exposição dos motivos que foi apresentada pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores, concernente á concessão de um credito especial, na importancia de 4200\$, ouro; para pagamento de viagem, a que fez jús como alumna na Faculdade de Direito do Recife, da turma de 1912, Catharina Moura, bacharel em sciencias jurídicas e sociaes.

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1917 – Wenceslau Braz P. Gomes

-

Sr. Presidente da Republica – A congregação da Faculdade de Direito do Recife, em sua sessão de 30 de setembro de 1916 e de accordo com o disposto no art. 221 do código dos Institutos Officiaes do Ensino Superior e Secundario, aprovado pelo decreto n. 3.890 de 1 de janeiro de 1901; conferiu a D. Catharina Moura, bacharel em sciencias jurídicas e sociaes, da turma de 1912, o premio viagem, á vista de sua assiduidade nas aulas e da superioridade nas notas das provas escriptas, em confronto com outros alunos da referida turma, que obtiveram o mesmo gráo de aprovação nos exames de todas as matérias do curso. Não dispondo, porém, o orçamento vigente de verba que possa ocorrer ao pagamento do alludido premio, na importância de 4:200\$, ouro, torna-se preciso solicitar ao Congresso Nacional a concessão de um credito especial daquela importância. Submetto, pois, o assumpto á vossa esclarecida atenção, para que vos digneis de tom-l-o na consideração que merecer. Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1917 – Carlos Maxiliano.

Foram necessárias mais duas sessões para que a concessão do crédito fosse aprovada. Durante a segunda sessão, realizada em 27 de dezembro de 1917, o deputado Augusto Lima, apoiado por Simão Lopes, chegou a argumentar que havia outras petições mais importantes do que a da Faculdade de Direito para serem votadas naquele momento, o que levou ao adiamento da votação. A terceira e última sessão ocorreu em 26 de junho de 1918, quando o crédito foi

finalmente aprovado. No entanto, sua liberação só aconteceu em agosto, conforme registrado na sessão de 23 de agosto de 1918.

Não foi possível identificar o momento ou o destino da viagem de Catharina Moura, mas o fato de ela ter conquistado a premiação sem os embaraços enfrentados por Ephigenia Veiga indica um avanço significativo no reconhecimento das mulheres acadêmicas ao longo do tempo.

A conclusão dos cursos superiores, frequentemente com méritos destacados, por parte do grupo em estudo, sugere que o capital cultural dessas mulheres, aliado a um esforço intelectual constante, buscava superar as concepções predominantes sobre a capacidade intelectual feminina. Provavelmente, essas pioneiras entendiam que, para ocupar os espaços nas áreas profissionais escolhidas, seria necessário demonstrar ou mesmo comprovar sua competência, a fim de consolidar sua atuação profissional posteriormente.

### 3.2.5 As teses doutorais

A obtenção do título de doutor/a em Medicina estava atrelada tanto à aprovação nos exames finais, como também da apresentação de uma tese. No caso das bacharelas, apesar de ser comum a apresentação de uma tese ao final do curso, não foram identificadas as teses das mulheres advogadas em foco neste estudo. Em relação às médicas, num quadro geral, as pioneiras se dedicaram ao estudo de temas relacionados ao campo da Obstetrícia, Ginecologia e Pediatria, o que aponta para uma preocupação que as futuras doutoras tinham quanto ao cuidado do corpo feminino e da infância ou ainda a área de maior carência de profissionais no campo da medicina. Esse aspecto irá permanecer durante o exercício da Medicina desse grupo de mulheres. No quadro abaixo está relacionado o título das teses defendidas por algumas das médicas do período:

**Quadro 11:** Teses médicas identificadas das pioneiras.

Médica	Título da tese	Ano de obtenção do título de doutora
Amelia Pedroso Benebien Perouse (CE)	Disposições anomalias do cordão umbilical - sua influência sobre a gravidez e o parto	1889
Ephigenia Veiga (BA)	Os methodos antissépticos em Obstetrícia	1890

Maria Amélia Cavalcante Albuquerque (PE)	Do eritema nodoso palustre	1892
Nise Magalhães da Silveira (AL)	Ensaio sobre a criminalidade da mulher no Brasil	1916
Ítala Silva de Oliveira (SE)	Da sexualidade e da educação sexual	1927
Eudésia Vieira (PB)	Syndrome de Schickelê	1934

Fonte: A autora, a partir de catálogos de teses das Faculdades de Medicina da Bahia, Rio de Janeiro e Recife (1880-1930).

Como abordado no capítulo anterior, a Obstetrícia e a Ginecologia foram áreas da Medicina que começaram a se consolidar ao longo do século XIX, acompanhadas pelo crescente interesse no estudo e na compreensão das diferenças entre os sexos (Rodhen, 2001). Paralelamente ao desenvolvimento dessas especialidades, a Medicina de meados do século XIX sofreu a influência do movimento higienista, que buscava redefinir os parâmetros de urbanidade e civilidade na sociedade oitocentista.

Esse movimento pretendia “eliminar” do meio sociocultural hábitos e elementos considerados atrasados, com o objetivo de projetar uma sociedade moderna. O higienismo não atuou apenas no campo médico, mas também influenciou a organização urbana (nos aspectos arquitetônicos), a educação e as concepções de moralidade vigentes.

Observamos, no entanto, que três médicas incluídas neste estudo abordaram, em suas teses, temas relacionados a outras áreas da Medicina, além da Obstetrícia e Ginecologia. É o caso de Maria Amélia Cavalcante de Albuquerque, que tratou de uma anomalia da pele; Nise Magalhães da Silveira, que abordou a criminologia; e Ítala Silva de Oliveira, que focou na sexualidade. Coincidência ou não, esses temas são mais recentes e inovadores para a época.

Diferentemente das suas contemporâneas, Maria Amélia Cavalcante escreveu, em 1892, uma tese sobre doenças de pele. Conforme o estudo de Tayanne Silva (2021), essa escolha foi influenciada pela experiência clínica obtida durante o estágio no curso de Pediatria, realizado na Policlínica de Carlos Moncorvo, onde recolheu dados para fundamentar sua pesquisa. Apesar disso, em sua prática profissional, após a formação, dedicou-se prioritariamente ao atendimento às mulheres.

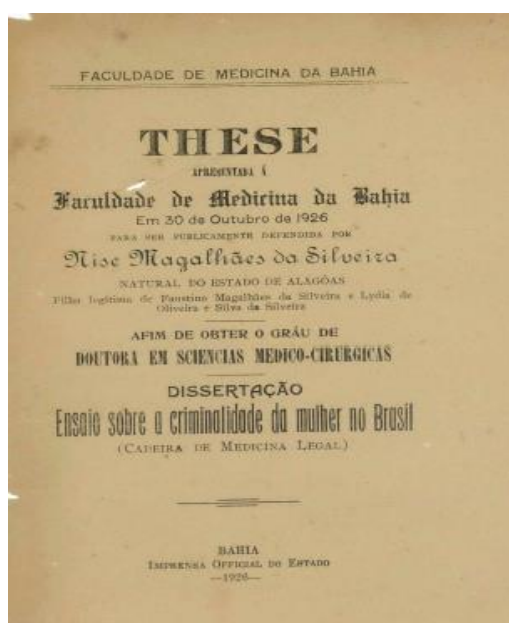
Podemos conjecturar que a presença dessas médicas na sociedade brasileira da época proporcionou às mulheres, especialmente às de camadas populares, maior acesso ao cuidado médico, uma vez que a maioria dessas profissionais não cobrava consultas de pessoas pobres, conforme demonstram anúncios encontrados em periódicos da época. Além disso, nesse contexto, dedicar-se aos cuidados da mulher oferecia maiores chances de inserção profissional



do que escolher especialidades médicas que enfrentavam maior resistência à atuação feminina, como as dedicadas a outras áreas.

Por sua vez, os trabalhos de Nise Magalhães da Silveira e Ítala Silva de Oliveira destacam-se pela inovação temática e pela centralidade da mulher, trazendo uma análise de cunho mais sociológico sobre o papel feminino na sociedade. Nise Magalhães, em sua tese defendida em 1926, iniciou discutindo as influências que levam uma pessoa a cometer crimes, estabelecendo uma relação entre a mulher e a criminalidade. Já Ítala abordou a temática da educação sexual nas escolas, enfatizando a importância desse debate no contexto social.

**Figura 13:** Capa da tese de Nise Magalhães da Silveira.



Fonte: Arquivo da Faculdade de Medicina da Bahia (1926).

De acordo com Alessandra Rinaldi (2007), entre o período de 1890 e 1940, a discussão acerca da natureza do crime são postos em debates no campo médico e jurídico. Havia duas linhas de pensamento: a primeira atribuía o fator social como condicionante para a materialização de um crime; e a segunda que entendia como fator propulsor “anomalias” ou disfunção orgânica (Rinaldi, 2007). Quando se tratava do olhar sobre a “mulher criminosa”, tal como os discursos sobre sua suposta inferioridade intelectual baseado em sua “natureza”, havia sido estabelecido um debate em torno de que as singularidades biológicas das mulheres seriam condicionantes na prática de um ato transgressor. Nesse sentido, a diferença sexual explicaria por si só condutas, principalmente, das mulheres (Rohden, 2001; Rinaldi, 2007).

Em decorrência disso, a mulher passou a ser pensada como regida por seu útero e seus ovários. A partir do século XIX, por intermédio da produção no campo médico da ginecologia, ocorreu uma vinculação entre distúrbios ginecológicos e mentais. Idéia também presente no campo psiquiátrico do século XIX, que deu origem a certas explicações sobre o comportamento patológico feminino, atribuindo sua causa à fisiologia e à anatomia femininas (Rinaldi, 2007, p. 3).

Em sua tese, a médica Nise Magalhães da Silveira discute, em particular, as influências sociais e psíquicas sobre a pessoa que comete um crime. Estrutura a tese em quatro partes: *Ideias preliminares*, uma espécie de introdução; *Mulheres criminosas*; e *Estatística da criminalidade no Brasil*.

Confrontando ou concordando com uma extensa gama de teóricos — dentre eles Cesare Lombroso (1835–1909), Enrico Ferri (1856–1929), Raffaele Garofalo (1851–1934) e Gina Lombroso (1872–1944) —, Nise Magalhães expõe os fatores biológicos e psíquicos importantes para a compreensão da personalidade das pessoas, inclusive no que diz respeito à compreensão das motivações de um crime.

Defende a tese de que aquele ou aquela que comete um crime não é, necessariamente, um degenerado por natureza, mas que a influência do meio social exerce um papel determinante na prática de determinados atos. Segundo Nise:

[...] nem todo criminoso será por força degenerado. Prementes situações criadas pela sociedade podem bem levar ao crime indivíduos sãos de alma e corpo. Muitas vezes haverá justiça na aplicação do conceito de Lacassagne, de ter a sociedade os crimes que merece (Silveira, 1926).

Continua Nise:

Ferri estuda, como influentes no determinismo do crime, factores de ordem econômica, política, científica, civil e administrativa, religiosa, familiar, educativa. Dentre as condições criminaes do meio social em que vive o delinquente, um dos mais importantes é o factor econômico. Os sociologistas tendem a lhe conceder a prioridade. Turati, Battaglia e outros socialistas atribuem a genese do crime de modo exclusivo ás defeituosas condições econômicas da sociedade capitalista. A desigual distribuição de riqueza, o luxo de uns contraposto á miséria de muitos será fatalmente um desafio ás revoltas, uma excitação ao crime. Von Mayer, na Baviera, e Lafargue, na França, demonstraram com estatísticas interessantes, que ao aumento no preço dos cereaes corresponde um proporcional aumento no numero de furtos. A miseria é uma causa frequente de delictos. Este estado diz Maxwell, colloca o individuo, sob certo ponto de vista, numa situação comparável á de legitima defesa (Silveira, 1926, p. 25-26).

Nise da Silveira procurou inserir a problemática do crime num contexto maior das condições sociais e materiais vividas por cada pessoa. Nessa perspectiva, o crime seria muito mais uma reação a um meio social de insegurança estrutural, do que o impulso inerente do

indivíduo. Somado a esse aspecto, Nise acrescenta ainda a educação, incluindo a familiar, como um dos elementos que, por estarem diretamente relacionado a formação da personalidade na infância, seria um fator a ser considerado na análise dos crimes. Tais considerações feitas pela médica são argumentos para a sua tese de que a pena deveria ser individualizada, observando as particularidades específica caso a caso (Silveira, 1926). Na visão da médica:

A sciencia positiva não acceita a noção metaphysica do livre arbítrio. A vontade representa a resultante de muitas forças, e se um individuo *quer* alguma cousa, é que não poderia *querer* differentemente. Um desejo perverso, como uma bôa inspiração, não brotam independentes no cérebro do individuo, mas dependem de condições hereditárias e de múltiplos factores outros que actuam sobre sua personalidade. Por este modo, o crime se nos apresenta como um phenomeno inevitável, diante das conjuncturas em que é cometido e dada a pessoa que o executa. Consequentemente, a idea de castigo sobre a qual se plasma o systema penal deve desaparecer porque injusta. (Silveira, 1926)

No caso das mulheres, Nise apresenta, em seu texto, estatísticas que demonstram que, à época, as mulheres cometiam menos crimes do que os homens nas sociedades. Pontua, ainda, que os crimes praticados por mulheres tinham, em sua maioria, motivos passionais.

Citando Gina Lombroso, filha de Cesare Lombroso, e o literato Machado de Assis, Nise destaca que as ações da mulher são fruto do objeto ao qual ela transfere sua felicidade. Segundo a médica alagoana, isso advinha da vida doméstica levada pela maioria das mulheres.

Apesar dessa afirmação, Nise critica o fato de essa ser usada como justificativa para que as mulheres ficassem fora do trabalho externo (Silveira, 1926). Opõe-se à ideia de que a prostituição devesse ser considerada um crime, o que, na visão dos teóricos da época, aumentaria o número de crimes atribuídos às mulheres nas estatísticas. Para Nise, a prostituição era o último recurso de uma mulher sem educação moral e sem condições materiais dignas de subsistência (Silveira, 1926).

Discute, ainda, que a criminalidade entre as mulheres operárias, por exemplo, não era ocasionada pelo trabalho em si, mas pelo contato com vícios, como a bebida, aos quais não estavam acostumadas.

Corroborando a defesa de que os crimes cometidos por mulheres tinham motivações passionais, Nise analisa fichas criminais de algumas mulheres brasileiras — entre as quais selecionamos duas, para apreciação:

II – Maria dos Anjos, 26 annos. Pernambuco. Assassinio do esposo. Condemnada a 12 annos de prisão. (Fig.1). Parda, analphabeta. Orelhas alongadas segundo o eixo vertical; o bordo superior do helix em forma angular aguda. Ligeira asymetria facial: supercilio esquerdo mais alto que o direito, nariz um pouco desviado para a direita. Pai alcoolico. Possui uma irmã extremamente nervosa e uma tia epiléptica. Casara-se ha cinco años, tendo

tido quatro filhos, todos vivos. O marido maltratava-a, chegando a bater-lhe, e Maria estava certa que ele tinha outra mulher. Scenas desagradáveis repetiam-se entre o casal. Uma noite, depois de renhida disputa, Maria, cheia de ciúme, decide vingar-se. Aguarda que o marido adormeça e mata-o com um golpe de machado sobre a nuca. Apenas presa, confessou todo o seu crime.

III. Cosma Maria da Conceição, 26 annos. Alagoas. Assassinio do marido. Condemnada a 30 annos de prisão. (Fig. 2). Cabocla, analphabeta. Testa estreitada devido a excesso de cabelos nas temporas. Supercilios formando ângulo. Prognathismo do maxilar inferior. Não forneceu nenhum dado assignalavel sobre sua hereditariedade. Casou aos 13 annos. Teve apenas uma filha, que está viva. O marido de Cosma tinha uma amante e resolvera partir com ella, abandonando mulher e filha. Cosma vindo a saber desse plano, premedita o assassinio do marido, o que leva a efeito, servindo-se de uma foice, e depois enterra o cadáver no quintal da própria casa. Nega persistente o seu crime (Silveira, 1926).

Ao todo, são apresentadas 16 fichas de casos criminais, incluindo crimes de roubo e assassinato contra o cônjuge ou contra os filhos. Neste último caso, Nise discute que uma das principais razões do infanticídio seriam as influências sociais e morais que condenam, por exemplo, os filhos ilegítimos.

Após essa discussão sobre os determinantes da natureza do crime cometido por mulheres, na última parte da tese, Nise apresenta dados estatísticos sobre os crimes praticados por mulheres no Brasil — intenção que, segundo a autora, foi dificultada pela ausência de dados estatísticos criminais mais precisos daquele período no país. Por isso, foi possível apresentar somente os dados de nove estados: Distrito Federal, Amazonas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Santa Catarina, Minas Gerais e Goiás. A tese de Nise serviu de referência para outros estudos sobre o tema, sendo publicada posteriormente como livro.

Em 1927, a médica sergipana Ítala Silva de Oliveira também escolheu, como tema de sua tese de conclusão, uma pauta pouco discutida entre seus pares: a necessidade da educação sexual nas escolas — um tema que, até os dias atuais, ainda é tratado com ressalvas no ambiente escolar. Ciente de que se tratava de um tema ousado para o contexto sociocultural em que escrevia, logo no início da tese Ítala explica a escolha do tema da seguinte forma:

E eu tenho para mim que, uma these, de doutoramento embora, ha de revelar parte do individuo sciencia, esforço e observação pessoal, em caso contrario, é compilação de ideias e opiniões alheias e nada mais. Minha attenção se voltou, então, para o ponto inicial; senti-me absorvida por problema ainda tão pouco curado e estudado entre nós qual o da — Educação sexual. Não foi, porém, sem termer e sem pesar o arriscado do assumpto que a mim mesma propusera, que esta iniciiei. Sei quanto riso de ironia e escarneo o acolherá. Pressinto, já de hoje, que muitos o classificarão de ridículo, porque vai ferir legítimos melindres; outros o acoimarão de improprio, visto quererem haja uma sexualidade para o espirito como para o corpo; alguns levarão as mãos á

cabeça, a perguntarem onde o decoro das mulheres de hoje, e, na falta disso tudo, haverá ainda quem me appellide de insensata, sem pudor, senão imoral... A mim se me dá pouco a opinião dos que assim me julgarem e pensarem. A todos eu direi: o sofrimento, a dôr, a agonia só gramaticalmente têm gênero. Ellas prendem, enastram nos seus tentáculos o homem, assim como a mulher. E essa pobre metade do gênero humano torturada e consumida, tem tambem o direito de se fazer ouvir, no seu beneficio próprio, que é o beneficio dos seus filhos amanhã. Não cause estranheza, pois, que, no abordar, numa these inaugural, problemas de medicina, procure eu um dos mais delicados, por isso mesmo que fere pontos que poucos se abalancham a esmerilhar (Oliveira, 1927, p. 9-10).

Expõe, ainda, que seu interesse é colocar o assunto sob a luz da ciência, de modo a evitar problemas decorrentes do desconhecimento de causa. Direciona a mulher ao centro da discussão, devido ao seu avanço progressivo na vida pública — seja no trabalho em fábricas e indústrias, no Ensino Superior ou nas profissões liberais —, pontuando que tais avanços exigiam dos “programas de ensino, ao lado da educação physica, da moral, e da intellectual, um lugar para a educação sexual” (Oliveira, 1927, p. 12).

Para Ítala, o feminino deveria contribuir para a construção de uma vida coletiva “honesta” entre ambos os sexos, sem hierarquias ou a tentativa, por parte da mulher, de excluir os homens — como às vezes parecia. Apontou que a repressão imposta às mulheres somente seria superada com uma educação que contribuísse para o alargamento de temas considerados tabus à época, inclusive, segundo a autora, em favor de uma boa maternidade e de melhores relacionamentos conjugais (Oliveira, 1927).

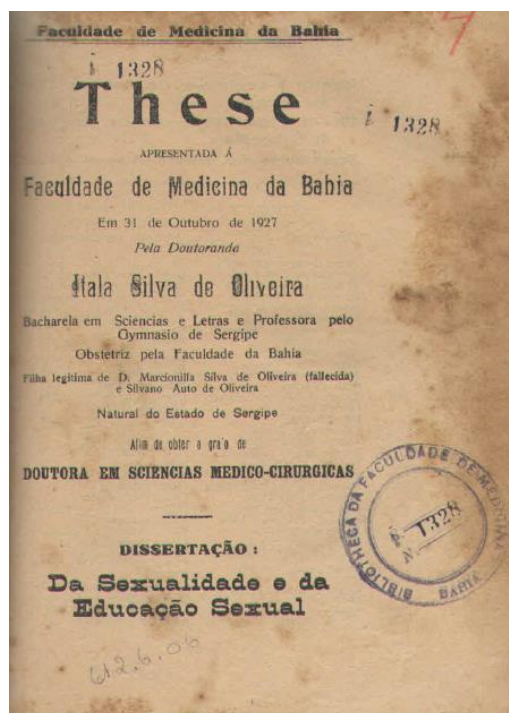
Ítala estrutura a tese em três partes: na primeira, aborda cada órgão e o funcionamento dos aparelhos reprodutivos masculino e feminino, estabelecendo um diálogo com o sistema nervoso; na segunda parte, trata do processo reprodutivo em si, destacando suas singularidades em relação à construção social; e, no último capítulo, discorre sobre a necessidade da educação sexual para homens e mulheres, incluindo um tópico sobre as questões feministas.

A mocidade em cujas arterias o sangue novo e generoso da idade fervilha não pode, venda aos olhos, passos incertos, caminhar para o futuro, ignorante do quanto respeita á sua sexualidade. A instrucção dada até hoje, resultante immediata de costumes e preconceitos absurdos, theorias falsas e postulados errôneos, carece ser reformada, porquanto a educação sexual encontra sua razão de ser na própria natureza do homem. Nega-la, é lesar os interesses sagrados da humanidade nesta luta pelo aperfeiçoamento, pela eugenia, pela felicidade individual. Procura-se, na concepção de um falso e mal entendido pudor fugir-lhe e o problema si nos impõe com tanto mais força, quanto mais tempo ficaram recalcados e concentrados no sob-consciente, os desejos e as curiosidades todas da adolescência (Oliveira, 1929, p.123-124).

Ítala defendia a educação sexual desde a mocidade, para ambos os sexos, pois se — conhecessem melhor seus corpos e funcionamento, além de combater o desconhecimento do

próprio corpo, contribuiria para evitar doenças e no estabelecimento de uma relação saudável com o sexo. Tal posicionamento revela um pioneirismo da médica sergipana ao dar luz a um tema tabu numa sociedade marcadamente conversadora como a brasileira.

**Figura 14:** Capa da tese de Ítala Silva de Oliveira.



Fonte: Arquivo da Faculdade de Medicina da Bahia (1927).

No decorrer do texto, a médica amplia a perspectiva da educação feminina ao defender que o ensino para as mulheres deveria também ser direcionado ao trabalho, a fim de que não estivessem à mercê da prostituição ou da figura masculina. De acordo com Ítala, a educação sexual “mira assegurar a saúde physica e, porque não, moral dos dois sexos, por uma profunda e nítida compreensão da vida” (Oliveira, 1927, p. 130). Reforça seus argumentos a partir de uma lente feminista, enfatizando a educação da mulher como via pela qual ela poderia almejar uma equiparação social com os homens.

Izaura Cruz (2007), ao analisar as teses das médicas baianas sobre o tema, afirma que o trabalho de Ítala foi tomado como referência para as propostas de educação feminina do período. Corroboramos, ainda, com Cruz (2007) ao considerar que a tese de Ítala lançou luz sobre pautas femininas daquele momento histórico — e, *quiçá*, ainda atuais —, além de conferir uma dimensão sociológica à prática médica.

Os indícios aqui analisados revelam aspectos não apenas das condições sociais e materiais às quais as pioneiras estavam submetidas, mas também dos deslocamentos e

estratégias de que precisaram lançar mão para dar continuidade aos estudos — como, por exemplo, a solicitação de bolsas de estudo ou gratuidade nas matrículas.

Observamos, ainda, que as pioneiras nordestinas no Ensino Superior não constituem um grupo homogêneo em relação à condição social. Houve aquelas inseridas em famílias com recursos, como é o caso de Ephigenia Veiga (BA), Rosa Amélia Tajra (PI) e Amélia Pedroso Benebien (CE); bem como mulheres oriundas de famílias de prestígio que, por alguma razão, enfrentaram dificuldades financeiras — a exemplo de Maria Amélia Cavalcante (PE) e Alice Ferreira Cardoso (SE). Há também aquelas provenientes de lares com menos prestígio e marcados por privações, como Maria Aragão (MA).

A trajetória dessas mulheres desmistifica a concepção comum de que apenas aquelas com situação econômico-financeira abastada lograram acesso ao Ensino Superior. Ao mesmo tempo, confronta a tendência de desconsiderar o protagonismo feminino — tanto na decisão de trilhar um caminho ainda novo para as mulheres quanto na maneira como souberam aproveitar as poucas oportunidades ou mesmo criá-las, a fim de alcançar o objetivo de diplomar-se no Ensino Superior, a despeito de uma estrutura social marcada pela desconfiança e descrédito em relação à atuação feminina nas profissões liberais.

#### 4 NOS RASTROS DAS ATUAÇÕES PROFISSIONAIS DAS PIONEIRAS

A escolha por seguir uma carreira liberal no século XIX, na condição de mulher, ao mesmo tempo em que abria caminho para novas possibilidades de atuação feminina na cena pública, desafiava, como vimos, as estruturas sociais da época — desde o ingresso no curso superior até, posteriormente, o exercício profissional. Intentamos, ainda, analisar as redes de sociabilidade dessas mulheres, procurando compreender de que modo o lugar e a posição social em que estavam situadas contribuíram para que alcançassem seus objetivos.

As análises tecidas prosseguiram a partir da observação das fontes relativas aos dados biográficos — mais especificamente, naquilo que foi possível captar por meio de notas em periódicos ou revistas da época, listas em almanaques e estudos produzidos a respeito dessas mulheres. Para a escrita deste capítulo, foram utilizadas, principalmente, fontes periódicas.

Corroborando as análises de Tania de Luca (2010), a respeito do papel político exercido pelos periódicos no cenário sociocultural da sociedade oitocentista, entendemos que os jornais representavam não apenas um espaço de divulgação de notícias, mas também — ou, talvez, por isso mesmo — um lugar em que a dinâmica social, os debates ideológicos e as práticas dos indivíduos eram retratados no cotidiano.

Conforme Tania Luca:

A aceleração do tempo e o confronto com os artefatos que compunham a modernidade (automóveis, bondes, eletricidade, cinemas, casas noturnas, fonógrafos, câmaras fotográficas), a difusão de novos hábitos, aspirações e valores, as demandas sociais, políticas e estéticas das diferentes camadas que circulam pelas cidades, os conflitos e esforços das elites políticas para impor sua visão de mundo e controlar as ‘classes perigosas’, a constituição dos espaços públicos e os meandros que regiam seu usufruto e circulação, as intervenções em nome do sanitarismo e da higiene, a produção cultural e as renovações estéticas, tudo isso passou a integrar as preocupações dos historiadores, que não se furtaram de buscar parte das respostas na imprensa periódica, por cujas páginas formularam-se discutiram-se e articularam-se projetos de futuro (Luca, 2010, p. 120).

Enquanto espaço narrativo do cotidiano, os jornais permitiram encontrar vestígios da mobilidade das pioneiras em estudo, bem como narrativas sobre suas atuações, anúncios de locais de atendimento, casamentos e outros eventos de suas trajetórias. Maria Celi Vasconcelos (2014) pontua, ainda, a necessidade de problematizar as fontes periódicas enquanto produções culturais não neutras, cujas escolhas sobre o que deveria ou não ser impresso atendem a motivações parciais e a interesses de grupos específicos.

Com base nos vestígios encontrados — tais como anúncios de consultórios, publicações, participações em eventos, viagens, entre outros —, identificamos fragmentos das atuações



profissionais dessas pioneiras, bem como das redes de sociabilidade às quais estiveram vinculadas no cenário sociocultural de sua época. Identificamos, ainda, a presença de associações e da prática da escrita como elementos de uma (auto)formação dessas mulheres.

#### 4.1 Médicas nas cidades: vestígios do exercício profissional das médicas pioneiras

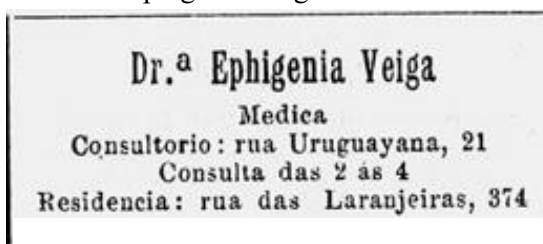
A velha canção do amor, thema muito explorado e cediço, que dá pretexto a muita pouca vergonha, levou Carlos Alves Moreira, morador à rua da America n.105, a fazer a infelicidade de uma pobre moça, a quem deshonrou, negando-se a reparar o mal praticado. O novel dom Juam, para realizar os seus fins, levou a sua victima a hospedaria Locomotora, á rua do Hospício, esquina da rua do Nuncio, e ahi satisfeitos os seus instinctos libidinosos, disse: Olha, filha, isto de amor é conversa fiada! A família onde esta depositada a moça, levou-a à Dra. Ephigenia da Veiga, que a examinou, declarando que o defloramento era de recente data. Hoje, foi dada a respectiva queixa a autoridade competente, no intuito de constranger Carlos Alvez Moreira a reparar o mal. O audaz dom Juam nega-se terminantemente a cumprir com seu dever, e é preciso que a acção da lei o convença de que a honra de uma mulher é superior à vaidade de um pelintra (Cidade do Rio, 1899, ed. 292, p. 2).

Dentre os vestígios de atuação profissional do grupo de mulheres em estudo, o atendimento retratado acima nos chamou a atenção, pois entendemos que o movimento de recorrer à médica Ephigenia Veiga indica que, no cenário sociocultural do período, ela se firmava como uma autoridade moral na prática da Medicina naquele contexto.

Entre os anos de 1891 e 1901, encontramos rastros da atuação de Ephigenia Veiga em alguns anúncios que a associavam ao movimento higienista e à sua dedicação aos cuidados com as mulheres. Este último aspecto foi comum à maioria das demais médicas que exerceram a profissão no contexto social em estudo.

Na prática de atuação de Ephigenia e de outras pioneiras, é possível observar o papel central que os periódicos exerciam, como já mencionado, naquele contexto. Uma das estratégias adotadas para divulgar seus serviços consistia em visitar os escritórios dos jornais, como divulgado em publicação do *Jornal do Comércio*, em 1891:

**Figura 18:** Anúncio do consultório de Ephigenia Veiga.



Fonte: Jornal A Notícia, RJ (1912).

O consultório situava-se no centro da cidade do Rio de Janeiro. Em 22 de junho de 1900, o periódico *Gazeta de Notícias* publicou uma nota sobre a participação de Ephigenia Veiga em uma cirurgia de câncer em uma irmã religiosa, realizada em conjunto com os médicos Bustamante Sá Castro, Rego Barros e o doutorando Ferreira Vaz.

No ano de 1903, já no exercício da Medicina, Ephigenia Veiga viajou à Europa com o objetivo de estudar as moléstias que acometiam as mulheres, conforme noticiado pelo *Correio Paulistano*. Tal evento revela, ainda, a ampliação de oportunidades que o avanço da escolarização proporcionou às mulheres naquele contexto. Ao dedicar-se ao estudo de um campo específico da Medicina, Ephigenia buscava firmar-se como especialista, o que evidencia a mobilidade no espaço público conquistada com a presença feminina no Ensino Superior.

Dentre os rastros de sua atuação profissional, identificamos que, a despeito do conjunto de forças contrárias à presença das mulheres no espaço público, a médica baiana conseguiu consolidar seu nome com certo prestígio na sociedade carioca de seu tempo. Seu nome esteve associado a anúncios de coletes femininos, e foi possível localizar, também, sua participação na cirurgia de câncer de uma freira da Ordem de São Francisco, em 1900.

**Figura 19:** Anúncio da Fábrica de Coletes.



Fonte: Jornal A Capital, RJ (1903).

A cirurgia teria ocorrido no dia 7 de julho de 1900, realizada pelo cirurgião Bustamante Sá, do Hospital da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência. Além de Ephigenia, colaboraram os doutores Rego Barros e Ferreira Vaz (*Gazeta de Notícias*, 1900).

No caso de Ephigenia Veiga, conseguimos localizar indícios de sua atuação profissional até, aproximadamente, o ano de 1906. O fato de ter se mudado para a cidade do Rio de Janeiro,

juntamente com o pai, provavelmente contribuiu para o encontro de um espaço mais amplo de atuação profissional, já que se tratava da capital do Brasil naquele período.

As fontes localizadas — principalmente em periódicos e almanaques — indicam os locais onde as médicas pioneiras estabeleceram seus consultórios e atendimentos. Considerando a localização desses consultórios, observa-se que foram, em sua maioria, estabelecidos nos centros das cidades ou na própria residência das médicas.

**Quadro 12:** Consultórios médicos.

Médicas	Consultórios
Ephigenia Veiga (BA)	Rua da Ajuda, n.183 (RJ); Rua Uruguayana, 21 (RJ)
Amélia Benebiem Perouse (CE)	Rua de S. Bento, n. 3 (BA)
Maria Amélia Cavalcante de Albuquerque (PE)	Centro de Recife (PE)
Ítala Silva de Oliveira (SE)	Posto de saúde (Penha – RJ) e consultório particular
Nise Magalhães da Silveira (AL)	Centro Psiquiátrico Nacional Pedro II
Eudésia Vieira (PB)	Rua Duque de Caxias, n.516 (PB)
Rosa Amélia Tajra França (PI)	-
Maria Aragão (MA)	Consultório e residência Rua F. Marques Rodrigues, nº340 (MA); Centro Posto de Saúde Anil (MA)

Fonte: A autora (2024).

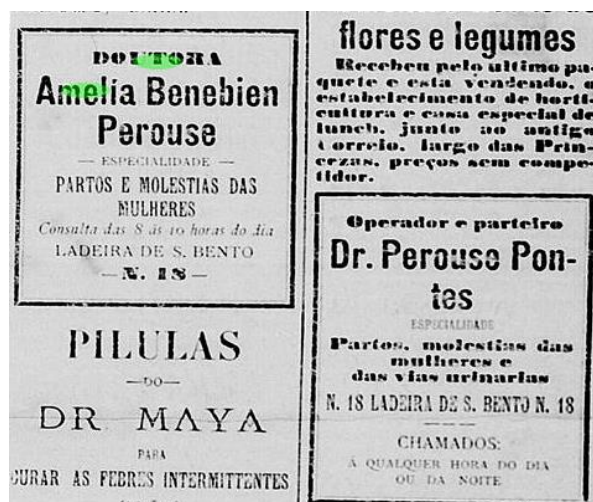
Como mencionado anteriormente, a maioria das primeiras médicas brasileiras atuou como ginecologista e parteira. Pesquisadoras como Elizabeth Rago (2015) e Anna Colling (2011) atribuem esse traço comum entre as pioneiras à expansão do campo da Ginecologia nos anos finais do século XIX, bem como ao crescente interesse da sociedade da época pelo estudo do corpo feminino e suas particularidades. Entendemos, ainda, que, somados a esses fatores, a escolha por especializar-se na saúde da mulher também se relacionava à pouca receptividade quanto à presença feminina em outros campos da Medicina, tradicionalmente dominados por homens.

A cearense Amélia Pedroso (1860–1953) permaneceu na Bahia após concluir sua formação. Estabeleceu-se ali com um consultório, juntamente com seu marido, Júlio Perouse Pontes (1889–1953). Ambos realizavam partos e tratavam de enfermidades que acometiam as mulheres. A abertura ao campo da Ginecologia e aos cuidados com a saúde da mulher permitiu às médicas pioneiras firmarem-se no atendimento médico.

Observamos, no movimento de adentrarem esse campo, uma das estratégias utilizadas pelas pioneiras para se inserirem na prática médica, bem como uma ampliação tanto na oferta quanto na procura por esse serviço — prestado por e para mulheres. A saúde da mulher tornou-

se, com a presença das médicas, um campo de interesse consolidado e uma via segura para o exercício profissional das mulheres formadas.

**Figura 20:** Anúncio do consultório de Amélia Benebien e seu esposo Perouse Pontes.



Fonte: Pequeno Jornal (BA), ed. 622, p. 2.

Rosa Amélia Tajra, ao retornar para o Piauí, também estabeleceu consultório juntamente com o marido, Dr. França, que atendia como clínico geral, enquanto Rosa Amélia atuava como médica pediatra (Cardoso, 2002). Em 1944, foi nomeada médica especialista para o Departamento da Criança e, em 1951, integrou a comissão da Maternidade e Assistência à Infância. Além disso, promoveu, em Teresina, um curso de treinamento para auxiliares de puericultura. O exercício profissional de Rosa Amélia Tajra, na área da Pediatria, foi amplamente reconhecido na sociedade piauiense, especialmente por sua atuação na prevenção e promoção de cuidados com a infância.

De acordo com o trabalho de Galvêncio (2021), a paraibana Eudésia Vieira conseguiu transitar entre três profissões — professora, jornalista e médica — na sociedade paraibana. Apesar da atuação frutífera no magistério, Eudésia ingressou na Faculdade de Medicina do Recife em 1929, tornando-se a primeira mulher da Paraíba, e também da instituição, a concluir o curso. Corroboramos Galvêncio (2021) ao reconhecer que esse movimento de transição de Eudésia da Educação para a Medicina representa uma ação de ruptura com um conjunto de padrões limitantes impostos à atuação profissional das mulheres no espaço público. Enquanto acadêmica, Eudésia precisou trancar o curso algumas vezes devido à resistência do esposo em relação à sua decisão de estudar.

Assim como Ephigenia Veiga, a sergipana Ítala Silva de Oliveira (1897–1984), após formar-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1927, estabeleceu residência na cidade do

Rio de Janeiro, onde trabalhou em um posto de saúde no bairro da Penha antes de abrir consultório próprio, exercendo a Medicina como clínica geral e ginecologista. Concomitante ao exercício médico, Ítala esteve envolvida nos debates femininos, como abordado em tópico anterior. Defendia maior escolarização para as mulheres e mudanças nas suas culturas, inclusive quanto à literatura “direcionada” ao público feminino no período. Ainda no campo profissional, antes mesmo de sua formação em Medicina, Ítala lecionou aulas particulares para mulheres e na Escola Normal de Sergipe.

Apesar de ter-se formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a pernambucana Maria Amélia Cavalcante (1854–1934) retornou à cidade do Recife, onde se tornou a primeira mulher a clinicar na cidade, com especialização no diagnóstico e tratamento de doenças do aparelho reprodutor feminino. Estabeleceu seu consultório na Rua 1º de Março — atual Conde da Boa Vista —, no centro do Recife, onde exerceu a Medicina até seu falecimento, em 1934.

Nise Magalhães da Silveira (1905-1999) seguiu um caminho diferente, pois dedicou-se ao ramo da Psiquiatria. Das pioneiras aqui analisadas, Nise Magalhães, uma das mais novas e consequentemente que mais tarde se formou, apresenta uma biografia conhecida nacional e internacionalmente, sendo inclusive tema de filme<sup>16</sup>. Formada pela Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1926, foi pioneira nos dois sentidos: além de ser a primeira mulher alagoana formada em Medicina, renovou os tratamentos psiquiátricos da época até então utilizados nos manicômios, utilizando-se da arte e do contato com animais um instrumento de reabilitação social. Após formada, mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro, onde morou em pensão e passou por privações econômicas até conseguir aprovação no concurso público.

Nise foi contra às práticas de choque elétrico e da lobotomia<sup>17</sup> como tratamento para pessoas com problemas psíquicos. Em oposição a essa técnica, e adentrando no campo da Terapia Ocupacional, propôs a organização de oficinas de arte e atividades manuais para os pacientes. Em entrevista a Ferreira Gullar narrou assim seu ingresso a esse campo:

Um dia apliquei choque de insulina em uma paciente e a mulher depois não acordava. Aflita, apliquei-lhe soro glicosado na veia e nada da mulher acordar. Tentei de novo, até que consegui. Aí disse: “Nunca mais”. Fui falar com o diretor geral do Centro Psiquiátrico Nacional, que se chamava Paulo Elejalde, um homem inteligente, que gostava de ler, tinha uma biblioteca muito boa, até me emprestou livros. “O que eu vou fazer com você?” ele me disse. “Não tenho onde botar você. Todas as enfermarias seguem a linha desses medicamentos novos. Fora disso, só há a Terapêutica Ocupacional, que é para

<sup>16</sup> Nise da Silveira: o coração da Loucura, dirigido por Roberto Berliner em 2016.

<sup>17</sup> Trata-se de uma intervenção cirúrgica que destrói os lobos frontais e esquerdo do encéfalo com o objetivo de modificar o comportamento do indivíduo com doenças mentais. Segundo André Masiero (2003), a técnica foi trazida ao Brasil pelo neurocirurgião Aloysio Mattos Pimenta, e foi utilizada em instituições psiquiátricas entre os anos de 1936 e 1956.

serventes.” [...] não havia médicos ali. Os serventes limpavam, arrumavam. Talvez houvesse um capataz qualquer que tomava conta. Eu disse: “Eu quero ir pra lá. Mas vou fazer de lá outra coisa”. Ele concordou, e disse que eu podia usar como quisesse a pequena verba destinada ao setor. Então fui pra lá e abri a primeira sala: a sala de costura. Vieram outras pacientes para trabalhar na sala, mas não havia onde sentar. Eu disse: “Sentem no chão”. Uma delas até era parente de José de Alencar. Foi pro chão (Silveira, 1996).

Nise da Silveira acreditava que as oficinas favoreciam a exploração da criatividade e ao mesmo tempo, fazia com que os pacientes aprendessem a lidar com as emoções. Essa inserção na Terapia Ocupacional fez com que Nise se aproximasse dos estudos de Carl Jung<sup>18</sup>, com quem inclusive estabeleceu correspondência discutindo os trabalhos produzidos nos seus ateliês de pintura. Nise propôs então como terapia alternativa a expressão pela arte visual, acreditando que os trabalhos manuais contribuíam para a organização mental interna das pessoas.

Apaixonei-me pelo serviço de terapêutica ocupacional de uma cidade alemã onde existia um hospital de crianças. Lá não havia doente algum ocioso. Todo mundo trabalhava em atividades diferentes. Fui para a Alemanha conhecer esse trabalho. Além disso, eu lia muito. Sempre fui rata de biblioteca. Lia sobre psicologia e me apaixonei perdidamente pela psicologia junguiana. Eu acabara de comprar um livro de Jung, *Psychology and Alchemy*, [3] quando me encontrei com Bandeira de Mello, que também se interessava por Jung, e lia muito bem inglês. Propus a ele que criássemos um grupo de estudos de Jung, e ele topou. Formamos o grupo – eram só quatro pessoas – e então escrevi uma carta a Jung. Os freudianos, que se opunham aos junguianos, diziam que eu punha os doentes para fazer garatujas. Mas muitos doentes pintavam formas circulares. Mandeí fotografias dessas imagens para Jung, perguntando se eram mandalas. Sua secretária me respondeu que ele agradecia as belas mandalas que lhe havia enviado, começando daí meu relacionamento com a psicologia junguiana (Silveira, 1996).

Nise da Silveira dirigiu a ala de Terapia Ocupacional até o ano de 1974. Observamos, nos deslocamentos efetuados por Nise, o papel fundamental desempenhado pela autoformação na construção de sua identidade profissional, a qual lhe permitiu adentrar e reformular a prática da Terapia Ocupacional no Brasil. Mencionamos a autoformação tendo em vista que as fontes revelam a busca constante da médica alagoana por conhecimento, principalmente por meio da literatura e dos estudos médicos publicados no período.

Destacamos, ainda, a viagem que realizou à Alemanha, com o objetivo de observar as atividades desenvolvidas naquele país no campo da Terapia Ocupacional. Tais elementos informam sobre o caráter pioneiro de sua atuação, ao explorar novos caminhos para o tratamento de pacientes psiquiátricos, adotando métodos terapêuticos menos agressivos do que

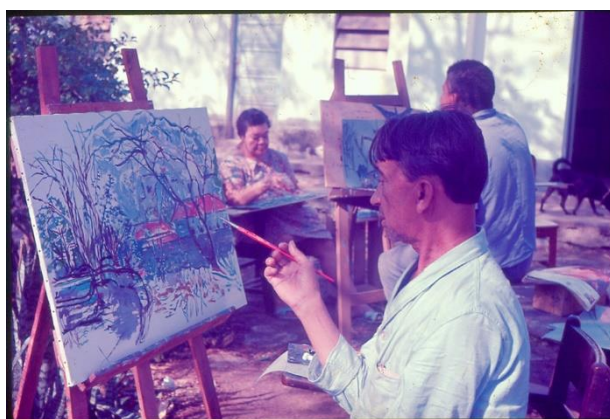
---

<sup>18</sup> Carl Gustav Jung (1875-1961), psiquiatra e psicoterapeuta suíço. Foi fundador da psicanálise analítica.

os apregoados em sua época, conferindo humanidade a pessoas já sentenciadas à exclusão e ao apagamento social.

Os tratamentos conduzidos por Nise à frente da ala de Terapia Ocupacional do Centro Psiquiátrico Nacional de Engenho de Dentro (RJ) foram considerados inovadores para a época, contribuindo para o alargamento de outras possibilidades terapêuticas destinadas a pessoas com transtornos psiquiátricos. Realizou exposições com os trabalhos artísticos produzidos pelos pacientes, criando, em 1952, o Museu do Inconsciente — espaço destinado à socialização dessas produções. Fundou ainda, em 1956, a Casa das Palmeiras, considerada a primeira clínica aberta do Brasil.

**Figura 21:** Ateliê no Engenho de Dentro (RJ).



Fonte: Acervo de Nise da Silveira/ Itaú Cultural (1944).

Identificamos, ainda, a prática do atendimento gratuito a pessoas pobres, como evidenciado na atuação profissional de Maria Aragão (1910–1991). De acordo com Márcia Antonia Araújo (2012), Maria Aragão realizava atendimentos nas residências dos pacientes sem cobrar pelos serviços. Prestava assistência a pessoas em situação de vulnerabilidade e marginalização social, como as prostitutas da zona do Baixo Meretrício, na cidade de São Luís. Essa atuação evidencia o compromisso social atribuído por Maria Aragão ao exercício da Medicina, especialmente no cuidado com a saúde de mulheres em condições socioeconômicas precárias. Indica-nos, mais uma vez, que a inserção das mulheres na Medicina favoreceu, inclusive, um aumento no atendimento ao público feminino.

Diante dos vestígios encontrados, observamos que a decisão de se dedicar ao campo da Ginecologia, por parte da maioria das pioneiras, contribuiu significativamente para o êxito profissional dessas mulheres. Tal escolha pode ser considerada uma estratégia para conquistarem espaço na prática médica, por se tratar de uma área em expansão no período e por, provavelmente, a presença feminina conferir maior segurança às pacientes que buscavam

atendimento. No caso da médica alagoana Nise Magalhães da Silveira, seu destaque ocorreu em um campo ainda pouco comum à presença de mulheres: a Psiquiatria. Sua atuação repercutiu na formulação de novas técnicas para o tratamento de pessoas acometidas por doenças psíquicas.

## 4.2 Os caminhos das primeiras bacharelas

### **Mulher advogado**

Tendo concluído tres senhoras o curso do direito na faculdade do Recife, reuniu-se o Instituto dos Advogados Brasileiros e resolveu encarregar o Dr. João Marques de dar parecer sobre o seguinte quesito: **A mulher graduada em direito pode exercer a advocacia (sic) e a magistratura?** O instituto remetterá ao governo o resultado de sua votação consequente à discussão do dito parecer (Diário do Maranhão, 1888, grifo nosso).

O questionamento publicado no jornal *Diário do Maranhão*, 61 anos após a criação das faculdades de Direito no Brasil, revela a descrença predominante no contexto sociocultural da transição do Império para a República quanto ao exercício profissional das mulheres em profissões liberais, como o Direito. Ao nos debruçarmos sobre as fontes relacionadas às pioneiras na área jurídica, confirmamos que poucas lograram posições no campo jurídico com atuação exclusiva na advocacia.

Contudo, a maioria das integrantes do grupo aqui estudado conquistou posições de relevância nos ambientes culturais e intelectuais de seu tempo. A presença em espaços de sociabilidade intelectual — como institutos, associações e a imprensa — permitiu que essas mulheres advogadas se posicionassem sobre diversos pontos de tensão da sociedade e expressassem críticas e questionamentos nos debates públicos.

No que tange diretamente ao exercício da advocacia, com base na análise das trajetórias profissionais das bacharelas aqui investigadas, observamos que a formação anterior nas Escolas Normais, obtida por algumas delas, favoreceu uma inserção mais ampla no campo profissional do que a carreira jurídica propriamente dita, ao menos nos contextos sociais em que se formaram. Apesar das dificuldades em firmar-se no Direito — marcadas, principalmente, pela desconfiança quanto às suas capacidades intelectuais —, encontramos atividades jurídicas efetivamente desempenhadas pelas pioneiras.

Um exemplo do enfrentamento dessa descrença encontra-se na trajetória da pernambucana Maria Coelho da Silva Sobrinho. Em 1889, ao conseguir apresentar-se em um júri, relatou que por duas vezes lhe haviam negado a palavra, sob a justificativa do juiz de que “no tribunal não poderiam ser admitidas inovações”.



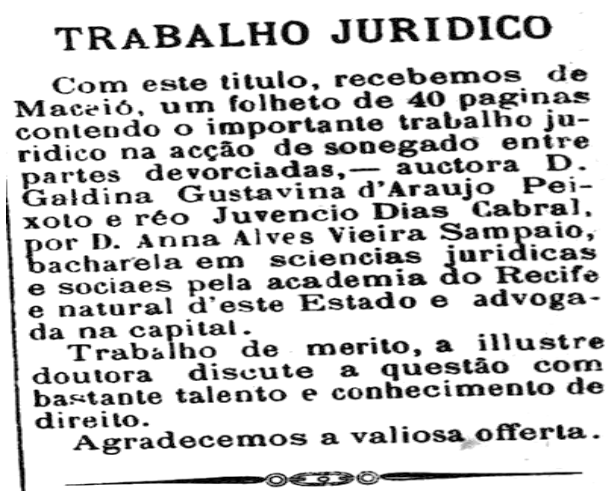
[...] principiou o seu discurso dizendo que duas vezes lhe tinham recusado a palavra no jury, no Recife. Em seguida defendeu os direitos da mulher, passando a analysar o processo. Houve replica e treplica, tendo se sahido brilhantemente a defensora, que foi muito felicitada (A MULHER no tribunal, 1899, p. 184).

Na ocasião, em 1899, Maria Coelho obteve a absolvição do acusado, feito que lhe rendeu reconhecimento na imprensa local da época. Apesar desse êxito no início da carreira, as fontes indicam que Maria Coelho não voltou a advogar, tendo fundado, em 1895, na cidade do Recife, uma escola particular — o Instituto 19 de Março — destinada ao ensino primário e secundário de jovens.

Contemporânea de Maria Coelho, a alagoana Anna Alves Sampaio (1868–1941) também iniciou sua trajetória na carreira jurídica logo após sua formatura. No *Almanaque do Estado das Alagoas*, referente ao ano de 1894, é possível localizar o nome de Anna Sampaio na lista de bacharéis habilitados à contratação. De acordo com publicações e anúncios da época, divulgados nos periódicos *Gutenberg* (1896; 1897; 1905; 1906; 1909) e *O Orbe* (1897; 1900), Anna Sampaio residia no município de São Miguel (AL) e exercia a advocacia na capital, Maceió.

Em 1894, a revista alagoana *A Palavra: Revista Literária dedicada à instrução e recreio da mulher* e o periódico *Gutenberg* divulgaram o recebimento de um trabalho jurídico elaborado por Anna Sampaio, relativo a uma ação de sonogados. Nessa ação, Anna atuou como representante de Galdina Gustavina d'Araujo contra o réu Juvencio Dias Cabral. Ambas as publicações teceram elogios à competência e ao domínio técnico da “doutora”, conforme pode ser observado nas notas reproduzidas a seguir.

**Figura 2215:** Trabalho Jurídico de Anna Alves Sampaio.



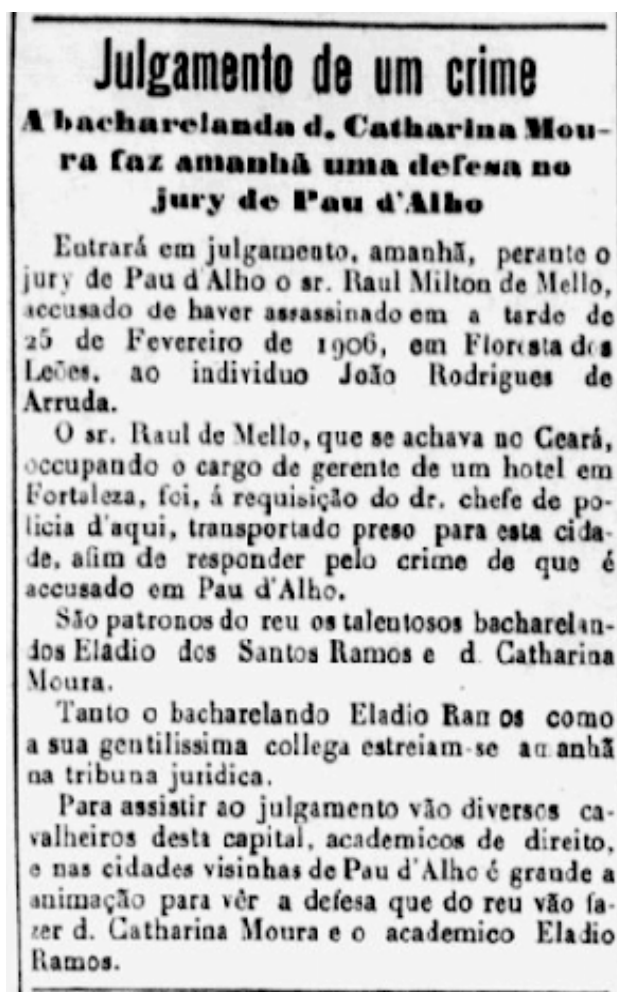
Fonte: Jornal Gutenberg (1894, p. 2).

Destaca-se a tática utilizada por Anna Sampaio para tornar-se comentada no espaço público, ao enviar seu trabalho jurídico para publicação em um periódico e em uma revista local — prática também adotada por algumas médicas formadas no mesmo contexto. Entendemos que tal estratégia visava a uma forma de apresentação profissional, com o intuito de atrair possíveis clientes. Conforme ensina Michel de Certeau (2018, p. 44), a força dos fracos reside em saber aproveitar os meios e oportunidades disponíveis para agir dentro de um sistema que, de alguma forma, os oprime; são pequenas táticas que permitem resistir e alcançar objetivos. E foi por meio dessas táticas que a referida advogada fez surgir novas possibilidades para sua atuação profissional.

Vale observar que, na época, os impressos representavam um dos principais veículos de informação, comunicação e formação nos Oitocentos, constituindo-se como espaços centrais de sociabilidade. Após esse período, não localizamos outros trabalhos jurídicos atribuídos à alagoana Anna Sampaio.

A paraibana Catharina Moura (1882–1955), por sua vez, conseguiu conciliar o exercício da advocacia com o magistério, sua primeira formação profissional. Esse elemento foi comum entre algumas das pioneiras cuja formação inicial ocorreu nas Escolas Normais — especialmente entre as bacharelas — como nos casos já mencionados de Delmira Secundina, Maria Coelho e Alice Ferreira. Em 1912, o impresso *Pequeno Jornal* (PE) noticiou o julgamento de um crime em que Catharina Moura atuou na defesa do senhor Raul Milton de Mello, acusado de assassinato cometido no ano de 1906.

**Figura 2316:** Anúncio sobre a participação de Catharina Moura no tribunal.



Fonte: Pequeno Jornal, PE (1912).

Dois dias após o julgamento, o mesmo periódico anunciou a absolvição do acusado e destacou o grande número de pessoas presentes para acompanhar a audiência. De acordo com as fontes, paralelamente às atividades na advocacia, Catharina Moura lecionou na Escola Normal da Paraíba as disciplinas de Português, Desenho, Francês e História da Civilização. Conforme publicação do jornal *O Norte* (PB), de 23 de fevereiro de 1917, Catharina foi nomeada interinamente para a cadeira de Português da Escola Normal da Paraíba e, no mesmo ano, foi aprovada em concurso público para a mesma função, tornando-se efetiva na instituição.

Sobre as atividades profissionais das demais bacharelas, Alice Ferreira e Marieta Gomes, foram encontrados poucos registros. No caso de Alice Ferreira Cardoso, conforme o estudo de Cruz e Silva (2017), não há vestígios do exercício da advocacia ao longo do século XX. No entanto, atuou como professora nas cidades do Recife, Aracaju e Rio de Janeiro, tendo participado, nesta última, de processos seletivos para assistente de ensino.

Em um período em que o divórcio ainda não era legalmente permitido, Alice separou-se duas vezes: a primeira, provavelmente na década de 1920, quando retorna a Sergipe com os filhos, separada do marido Carlos Augusto Cardoso. Nessa cidade, iniciou um novo relacionamento com Luiz José da Costa Filho, com quem teve mais cinco filhos. Permaneceram juntos até a década de 1940, quando se mudaram para o Rio de Janeiro e posteriormente se separaram. Nesse período, Alice solicitou e obteve, em 1947, o registro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

De acordo com nossa pesquisa, as bacharelas atuaram muito mais no cenário intelectual de seu tempo — por meio da escrita e da defesa de causas — do que no exercício regular da advocacia. Nesse campo, além da predominância masculina, elas enfrentavam as disputas corriqueiras da profissão em um contexto sociopolítico e cultural marcado por preconceitos de gênero. Tais preconceitos colocavam as mulheres em desvantagem, retirando-lhes inclusive potenciais clientes, que temiam não alcançar sucesso em suas causas ao serem representados por mulheres.

Entretanto, não se pode desconsiderar que a formação superior, ou seja, a obtenção de um diploma, foi um fator decisivo para que essas mulheres se afirmassem no meio intelectual e contribuíssem para a produção de discursos que tensionaram os limites impostos à atuação feminina no espaço público.

#### **4.3 Sociabilidades, produção intelectual e posicionamentos políticos**

O alargamento da atuação no espaço público, alcançado com a conquista do exercício profissional em atividades de prestígio — a exemplo da Medicina e do Direito —, permitiu às pioneiras discutir, com projeção nacional, problemas sociais de seu tempo, tais como: o papel das mulheres; a saúde da mulher; a educação sexual; o voto feminino; a educação pública; e novas alternativas de atendimento médico, para além do exercício próprio da profissão ao lidar com a dualidade saúde-doença nos espaços dos consultórios.

Na análise das trajetórias das pioneiras oriundas do Nordeste do Brasil, observamos que a circulação e a presença no espaço público ocorreram por meio da produção intelectual — seja na imprensa, na publicação de livros, em associações, na participação em eventos ou em grupos de pesquisa. Identificamos, ainda, uma expressiva participação política, especialmente o engajamento com os movimentos feministas em ascensão no século XX.

No que tange à produção intelectual, localizamos a elaboração de livros didáticos, conferências e artigos veiculados na imprensa, em jornais ou revistas. Os temas abordados por

figuras como a advogada Catharina Moura e a médica Ítala Silva de Oliveira, por exemplo, transitaram entre o campo da educação e as pautas femininas, como o direito ao voto e a educação das mulheres. O espaço jornalístico serviu como campo de atuação e de luta para essas mulheres, possibilitando a defesa de causas consideradas por elas essenciais ao debate nacional sobre os rumos do país.

É importante ressaltar que a produção desses discursos estava articulada com a participação das pioneiras em associações, tanto ligadas à educação quanto ao feminismo.

**Quadro 13:** Produção intelectual das pioneiras.

Pioneira	Produção	Tipologia da produção	Ano
Catharina Moura (PB)	• Direitos da Mulher	• Conferência	• 1913
Eudésia Vieira (PB)	• Pontos da História do Brasil	• Livro didático	• 1921
	• Terra dos Tabajaras	• Livro didático	• 1955
	• A mulher	• Artigo (Era Nova)	• 1922
	• A família	• Artigo (O Educador)	• 1922
	• Carta	• Artigo (O Educador)	• 1932
	• Fazendo Conceitos	• Artigo (Revista de Ensino)	• 1932
	• Livro! Fonte de luz semente do progresso e irradiação de glória	• Artigo (A União)	• 1948
	• Cerne contorcido	• Livro	
Ítala Silva de Oliveira (SE)	• Pelo Feminismo	• Artigo (Correio da Manhã)	
Nise Magalhães da Silveira (AL)	• Jung: vida e obra	• Livro	• 1968
	• O mundo das imagens	• Livro	• 1992
	• Imagens do inconsciente	• Livro	• 1981
	• Gatos, a emoção do lidar	• Livro	• 1998
	• Cartas a Spinoza	• Livro	• 1995

Fonte: A autora (2024).

As paraibanas Catharina Moura (1882-1955) e Eudésia Vieira (1894-1981) marcaram sua atuação intelectual em favor da escolarização das mulheres. No ano de 1913, o governo da Paraíba<sup>19</sup>, junto à Universidade Popular do estado, organizou uma série de conferências para tratar da questão do ensino paraibano. Catharina Moura foi a única mulher convidada a palestrar, e lá discursou sobre os direitos da mulher. A conferência ocorreu em 30 de março de 1913, e posteriormente foi transcrita nas páginas do jornal *A União* (PB) nos dias 1 e 2 de abril.

Nessa conferência, intitulada *Os direitos da mulher*, Catharina Moura tratou sobre como o próprio nome sugere, a ausência de direitos políticos e sociais que ainda afligiam as mulheres

<sup>19</sup> Castro Pinto foi um político brasileiro. Graduou-se em Direito em 1886 pela Faculdade de Direito do Recife.

brasileiras naquele contexto, a exemplo da sua exclusão nas decisões políticas (não podiam votar) e do pouco incentivo à sua escolarização. Desenvolveu sua defesa ao voto feminino discutindo o próprio texto legal da Constituição vigente à época, de 1891, que não excluía literalmente as mulheres do exercício político e que esta atendia as condições exigidas no seu texto.

Nossa lei básica, a Constituição de 24 de fevereiro, estatuinto no seu Tit, IV, Secção I, artigos 69 e 70, as qualidades necessárias para ser cidadão brasileiro e eleitor, não se refere ao sexo como provando que este não pode ser absolutamente considerado motivo justo de capacidade ou incapacidade física ou moral para o livre exercício do direito de voto (Moura, 1913, p. 3).

Durante todo o discurso, Catharina procurou argumentar a respeito da capacidade intelectual das mulheres, inclusive para as atividades públicas. Em relação à educação das mulheres, também o colocou como elemento necessário ao desenvolvimento da civilização brasileira, sendo “[...] condição necessária à vida da mulher na atualidade e por consequência lógica tornar-se-á cada vez mais necessária, até imprescindível essa evolução” (Moura, 1913, p. 61). Catarina ainda continuou sua defesa pontuando que uma melhor educação das mulheres lhe tornaria apta para o exercício de diferentes ocupações de trabalho e ao Ensino Superior.

Nós não queremos bater á porta dos parlamentos, queremos bater á porta da sciencia, queremos bater á porta das universidades [...] é esta somente que queremos que nos abram”, *obteve em quase toda parte essa conquista e bate hoje à porta dos parlamentos, organiza congressos universais, tem em muitas partes o voto municipal, em algumas o voto político* (Moura, 1921, p. 22, grifo nosso)

Em 1933, Catharina Moura foi diretora e a primeira oradora da *Associação Paraibana pelo Progresso Feminino*, com sede na Escola Normal da capital. Essa associação, filiada à Federação Nacional, uniu um grupo de mulheres da elite paraibana para promover o debate e defesa dos direitos civis das mulheres e a educação. Além disso, conforme publicação do jornal *A União*, de 1931, participou do Primeiro Congresso Feminino Mineiro ao lado de outras paraibanas também defensoras das causas feministas<sup>20</sup>

Conterrânea de Moura, a médica e professora Eudésia Vieira (1894-1981) realizou a defesa para equidade feminina embasada nos princípios cristãos. Para a professora, jornalista e médica Eudésia, a mulher, tal como o homem, tinha em si as mesmas condições para ocupar diferentes espaços na sociedade. Conforme Galvêncio (2021), Eudésia esteve alinhada com uma

<sup>20</sup> De acordo com a publicação as demais mulheres que contribuíram na organização do evento foram: Corinha Rosas Monteiro, Amélia Rosas Rattacaso, Lílissa Paiva Leite, Alexandrina Pinto Cavalcanti, Analice Caldas, Maria da Luz Bonavides, Maria Thercia Bonavides e Geny Mesquita Miranda.

concepção de educação feminina que buscou conciliar a formação para a emancipação com aspectos cristãos.

Outrossim, colaborou em diversos jornais paraibanos como: *O Educador*, *A União*, *Revista de Ensino*, *A imprensa*, *A Ordem* e *Era Nova* (Galvêncio, 2021). Além dos artigos publicados nos periódicos, publicou dois livros didáticos adotados para uso no ensino primário da Paraíba: *Pontos de História do Brasil* e *Terras Tabajaras*. Os espaços e grupos sociais nos quais Eudésia Vieira estabeleceu relações ao longo de sua trajetória compôs a intelectualidade paraibana no começo do século XX. Ademais, esteve associada aos seguintes espaços culturais: *Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*, admitida em 1922; *Associação dos Professores Primários da Paraíba* além dos *Congressos de Medicina*.

Lylia Guedes foi a primeira mulher a se inscrever na Ordem dos Advogados da Paraíba e trabalhou como secretária nesse órgão e atuou como advogada em João Pessoa. Foi integrante da *Associação Paraibana pelo Progresso Feminino*, assim como a paraibana Catharina Moura. Lylia Guedes teve uma expressiva atuação nessa associação, produzindo textos em defesa da educação e a produção intelectual das mulheres.

A sergipana Ítala de Oliveira (1897-1984) escreveu com regularidade para periódicos sergipenses, como o *Diário da Manhã*<sup>21</sup> e *Correio de Aracaju*, e de outros Estados, como *O País* (Rio de Janeiro) e *Revista Feminina* (São Paulo), incorporando em seus discursos as pautas feministas, principalmente a educação da mulher. Entre o período de 1916 e 1921, esteve associada à *Liga de Sergipe contra o Analfabetismo*.

Conforme Clotildes Sousa (2019), a referida organização social foi criada com o objetivo de alargar o ensino primário à população, tanto em Sergipe como em outras localidades do país. Nessa associação, Ítala estabelece relação com pessoas de destaque do Sergipe, como Adolpho Avila Lima, advogado e político. Em 1916, Ítala dirigiu uma escola organizada pela Liga para atender aos objetivos da organização (O Paiz, 1916). No meio médico, Ítala participou do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado no Rio de Janeiro<sup>22</sup>. Em um de seus artigos, assim abordou a necessidade da escolarização para operárias:

Educar a mulher quer dizer preparar gerações futuras para o trabalho e para o engrandecimento da pátria, porque ella, companheira do homem e sua auxiliadora na educação da prole, há de instruindo-se comprehender a honradez em que se consiste e comprehendendo-a forçosamente transmittirá aos filhos as noções d'esta virtude. [...] Sendo levada a efeito sem o ruido dos applausos, que na maioria das vezes prejudicam a marcha das boas accções,

<sup>21</sup> No editorial da primeira edição, 1911, o período expressão ser um órgão neutro em relação a posição partidárias, estando aberto a escrita de todos.

<sup>22</sup> O Paiz (RJ), 26 de junho de 1929, ed.3250; O Brasil médico: revista semanal de medicina e cirurgia (RJ).

ella visa tornar a mulher membro perfeito da collectividade, igual ao homem, em tudo, tendo sobre ella a vantagem de ser mais caritativa e mais humanitária. E eu não lhe regateio applausos pois vejo nisso o prenuncio de uma época melhor para as nossas operárias. Instruída e educada, sabendo o que é, e como deve viver, a mulher há de indiscutivelmente melhorar as suas condições sociaes (Diário da Manhã, 27 de maio de 1916, p. 2).

Observa-se que Ítala de Oliveira entendia a educação das mulheres primeiro como um elemento de equiparação com os homens, que lhe permitiria ocupar diferentes espaços na sociedade. Além desse aspecto, a visão da médica corroborava com o ideário civilizatório da época, de que através da boa educação das mulheres se converteria na formação de cidadãos alinhados com os valores sociais predominantes no período. Nos dois casos, é interessante pensar que a defesa da Ítala procurou imprimir à mulher um papel central no desenvolvimento social da época, bem como garantia a possibilidade de melhorar suas condições materiais.

Sistematicamente pudemos observar que a escrita fora uma das principais táticas utilizadas pelo grupo de mulheres em estudo para socializarem suas ideias e se firmarem no meio intelectual de seu tempo. Com a fundação, em 1922, da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino<sup>23</sup> (FBPF) e seus núcleos estaduais, os debates em prol da defesa dos direitos femininos aumentam no cenário cultural brasileiro. O alargamento da escolarização somado ao direito ao voto se torna as principais bandeiras do movimento feminista no período.

A imprensa, desde meados do século XIX, constituiu-se enquanto espaço informativo, mas também formativo para as mulheres, sendo criados, inclusive, periódicos dirigidos a elas. De certa forma, observamos que a escrita foi um dos primeiros recursos utilizados pelas mulheres para argumentar e se posicionar sobre determinado assunto. Consideramos também a prática da escrita como uma tática de sobrevivência e resistência das mulheres num período marcado por uma recusa em aceitar sua presença na esfera pública e política.

Nise da Silveira estabeleceu relações alinhadas com o campo da psiquiatria, área em que se dedicou até os anos finais da vida. Em 1930 filia-se ao *Partido Comunista Brasileiro*, onde “participava de reuniões, via gente doente do Partido, e lia aquelas apostilas estalinistas horrorosas, muito mal escritas, e muito ferrenhas” (Silveira, 1992).

Acabou sendo expulsa do partido por pretender seguir carreira no serviço público. Em 1935, durante a ditadura varguista, chegou a participar de reuniões da *Ação Libertadora Nacional*. Já como servidora pública do estado do Rio de Janeiro, foi denunciada por uma enfermeira do Hospital da Praia Vermelha, e presa pela posse de “livros marxistas”. Ficou presa por 18 meses no Presídio Frei Caneca.

---

<sup>23</sup> Movimento organizado em 1922 por Berta Lutz voltado para a defesa dos direitos civis das mulheres brasileiras. Foi extinto em 1937.



**Figura 24:** Manchete sobre a prisão da médica Nise da Silveira.



Fonte: Correio de São Paulo (1936).

Um pouco depois eu continuava estudando, mas continuei estudando psiquiatria, mas estudava também socialismo. Eu tinha livros marxistas, e uma enfermeira viu, denunciou ao administrador e aí eu fui presa. Fui presa por denúncia. Na noite de 26 de março de 1936. Aí fui levada para a Polícia Central (Silveira, 1992).

Na prisão esteve junto à Elisa Berguer<sup>24</sup>, Laura Brandão<sup>25</sup> (1891-1942) e o conterrâneo Graciliano Ramos<sup>26</sup> (1892-1953). Nise sai da prisão em 1937, sem direito a voltar para o serviço público, o qual reassume somente em 1944 no processo de redemocratização. Foi nesse período que se dedica com mais intensidade à Psiquiatria, incluindo a publicação de livros: *Perspectiva da psicologia de Carl G. Jung* (1970); *Imagens do inconsciente* (1982); *Cartas a Spinoza* (1995); *Gatos: a emoção do lidar* (1998).

Assim como Nise Magalhães da Silveira, a maranhense Maria Aragão esteve à frente do Partido Comunista no Maranhão, sendo constantemente perseguida e presa em 1951, e depois em 1973. Maria Aragão, na década de 1940, passa a dirigir o jornal *Tribuna do Povo*, um veículo do partido a qual pertencia. Em depoimento a Euclides Neto, a médica maranhense

<sup>24</sup> A alemã Elisa Berguer ou Elza Soborovisky, veio para o Brasil juntamente com o esposo, em 1935 Herry Berguer, para articular uma revolução comunista na América Latina.

<sup>25</sup> Laura Brandão nasceu no Rio de Janeiro em 1891. Foi poetiza. Ao lado do esposo, Octávio Brandão, então dirigente do Partido Comunista no Brasil, trabalhou em prol na campanha comunista escrevendo no jornal *A Classe Operária* em 1920. Presa diversas vezes durante a ditadura militar, foi expulsa do país e exilou-se na antiga União Soviética onde veio a falecer em 1942.

<sup>26</sup> Romancista, jornalista e cronista brasileiro. Em 1927 foi prefeito do município de Palmeira dos Índios, Alagoas. Dentre os títulos de sua obra estão: *São Bernardo* (1934); *Vidas Secas* (1938)

trata desse período apresentando casos de luta pela condição social de trabalhadas e as dificuldades vividas na manutenção do periódico.

Como a gente fazia?

- Como era que eu fazia a reportagem?

- Ia pra rua, ia pra porta da fábrica, ia pra porta da Santa Amélia, saía da porta da Santa Amélia, vendia o jornal.

- Dizia a reportagem, nossa redação é no lugar tal, assim, assim, então eles iam lá nos contar.

- Operárias iam lá na nossa redação e nos davam a reportagem das injustiças, de tudo que tava havendo na fábrica.

- Eu saía de lá e ia pra Fabril.

- Saía da Fabril ia pra Camboa, vendendo jornal, fazendo discussão e tal.

- Eu te falei de uns erros pela falta de William não estudar; não sei o ano, a Camboa demitiu dez operárias, nós conhecíamos as operárias. Eu conhecia as operárias de vender jornal na porta.

- Nós chegamos e resolvemos o seguinte:

Vamos fazer uma campanha, publicar que nós vamos fazer greve geral, se não readmitirem as mulheres.

Então fomos pra rua e pichamos a cidade, em redor das fábricas:

- Readmissão das dez operárias da Camboa ou greve geral?

- Foi a coisa mais estúpida desse mundo, porque eu não tinha, não havia nenhuma possibilidade de fazer nenhuma greve dentro da Camboa, quanto mais greve geral, mas abalou, abalou.

- Então os patrões fizeram o Ministério e a Delegacia do Trabalho se meter na história. Elas foram pra Delegacia do Trabalho e tal e elas foram readmitidas (Moreira Neto, 2017, p. 140).

O jornal circulou até 1962, ano em que a médica maranhense viajou para a então União Soviética. No que diz respeito às redes de sociabilidade das pioneiras, como já pontuado, estas estiveram circunscritas às associações educacionais e feministas do período — o que, por si só, caracteriza um elemento comum entre elas no que tange ao engajamento político-social em prol da emancipação das mulheres. Esses elementos também servem como subsídios para compreendermos a contemporaneidade de suas práticas, uma vez que as pioneiras estavam sintonizadas com as causas sociais emergentes de seu tempo.

As experiências observadas nos revelam mais uma proximidade entre essas mulheres: suas atuações políticas, filiando-se a associações ou grupos que discutiam problemáticas sociais específicas de seus respectivos contextos — e isso independentemente de terem formação em Medicina ou em Direito. Se considerarmos o peso da palavra escrita enquanto instrumento de influência ou mesmo de formação dos indivíduos, podemos identificar, na prática de escrita das

pioneiras, o exercício de um poder dentro do espaço social em que circularam (Perrot, 2017). Ao conquistarem maior espaço no cenário público e social de seus contextos, souberam agir dentro dele para manifestar suas opiniões e defender suas causas, firmando-se, assim, como militantes dessas lutas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa, procuramos uma articulação entre os campos da História da Educação com a História das Mulheres, a partir da análise das trajetórias formativas das primeiras mulheres nordestinas diplomadas no Ensino Superior brasileiro. Pretendeu-se, ainda, contribuir com o capítulo da expansão do Ensino Superior no Brasil, mais especificamente quanto ao processo de inserção do público feminino no interior das faculdades e universidades. Não pelas leis, prescrições ou normativas, mas pelas práticas femininas de acesso ao Ensino Superior.

A partir do exposto nesse texto, apreendemos que a ampliação dos campos de atuação profissional, favorecida pela inserção das mulheres no Ensino Superior, contribuiu para uma maior visibilidade das mulheres no espaço público, bem como foi um elemento importante para redefinir ou, ao menos, problematizar as representações limitantes impostas à mulher no que tange à sua capacidade intelectual. Os indícios das trajetórias formativas das 18 mulheres aqui apresentadas nos forneceram elementos sobre a mobilidade efetuada para a realização dos cursos; as dificuldades superadas no processo de formação; e as táticas utilizadas para a ocupação de um espaço marcado pelo predomínio masculino.

Antes de tratar dos elementos identificados nas trajetórias dessas mulheres como constitutivos para o sucesso na conclusão dos estudos superiores, é importante reforçar que as fontes a respeito de cada uma delas não foram localizadas no mesmo quantitativo. Mesmo sendo precursoras na área da Medicina, Direito e Engenharia, o que as colocava em lugar de destaque na hierarquia cultural e, mesmo, intelectual de cada província/estado, o levantamento das fontes foi dificultado pela ausência de registros sobre algumas delas, principalmente as formadas entre 1880 e 1890. Por isso, algumas das pioneiras tiveram um espaço maior de análise do que outras, mesmo não sendo essa a proposta inicial da pesquisa.

Sobre as médicas Nise Magalhães da Silveira (AL), Ítala Silva de Oliveira (SE) e Maria Aragão (MA), por exemplo, foram encontradas mais fontes e aspectos biográficos do que sobre outras, devido à relativa produção acadêmica sobre elas. Em contrapartida, a respeito das advogadas Marieta Gomes Guimarães e Zélia Campos, baiana e maranhense, respectivamente, pouco foi encontrado. Esse elemento também contribuiu para um tempo mais demorado da pesquisa, destinado à obtenção dos dados biográficos selecionados como critérios nesta pesquisa para a construção dos quadros prosopográficos. Destaco, ainda, que duas fontes foram primordiais para conseguirmos informações sobre as mulheres *in loco*: os periódicos, onde encontramos fragmentos da vida das mulheres e sua mobilidade social e geográfica; e os estudos anteriores a este sobre algumas das mulheres (Galvínio, 2021; Silva, 2021; Cardoso, 2002).

Essa ausência de registros sobre as mulheres, mesmo daquelas que tiveram uma formação e atuação expressiva socialmente, marca o que Michelle Perrot (2017) trata como o silenciamento das mulheres na história, visto uma não necessidade ou recusa em guardar e conservar memórias femininas. Tal aspecto traduz, em si, questionamentos sobre: por que guardar a memória de umas e de outras não? Quais os critérios usados para a preservação de uma determinada memória em desprezo de outras? São questões que nos acompanharam ao longo da pesquisa e se apresentam como o centro da construção de narrativas inseridas no campo da História das Mulheres.

Do ponto de vista metodológico, o método da prosopografia nos auxiliou a construir os perfis das mulheres pioneiras, identificando as proximidades e singularidades entre elas, bem como as transformações ocorridas nesse grupo ao longo do recorte temporal de 1879–1930. Orientadas pela pergunta “*Quais elementos foram constitutivos na formação das primeiras mulheres ingressas no Ensino Superior?*”, construímos quadros comparativos dos elementos biográficos das pioneiras que perpassam suas formações e autoformações.

As evidências analisadas por esta pesquisa nos revelam que, dentre os elementos comuns constitutivos às formações das pioneiras nordestinas no Ensino Superior, estiveram presentes os seguintes: 1) a possibilidade de acesso à educação mais vasta, comparado com as demais mulheres do período, muitas vezes associada ao ambiente cultural do seio familiar; 2) a superação de barreiras sociais e limitadoras das ações femininas para lograrem a formação superior; 3) influência da luta pelos direitos das mulheres, que proporcionou diretamente o avanço de sua escolarização entre as décadas finais do Oitocentos e o século XX; 4) o papel de agentes sociais e das redes de sociabilidade para a efetivação da entrada nos cursos superiores, bem como na atuação profissional; e 5) o associativismo atrelado à defesa de causas sociais como movimentos de autoformação.

No que diz respeito ao primeiro aspecto, o acesso à escolarização superior, este somente foi superado com o Decreto nº 5.347, de 1879. Nesse caso, a permissão, por si só, não era suficiente para o ingresso das mulheres, visto que, para cumprir os requisitos dos exames preparatórios, as candidatas tiveram que mover esforços individuais e coletivos para suprir os conhecimentos necessários para tal ingresso.

Para isso, observamos a ação da família e das condições sociais como fatores determinantes, pois possibilitaram às mulheres deste estudo condições para almejar ocupar outros espaços profissionais, historicamente associados ao predomínio masculino, contemplando conteúdos e saberes equiparados ao ensino ofertado aos homens. A médica Maria Aragão, apesar da origem pobre, não teria obtido as bases de ensino para almejar outros rumos

profissionais num contexto ainda pouco favorável, **não fosse a decisão da mãe** em mudar-se para a capital do Maranhão, São Luís, a fim de que os filhos tivessem acesso à escolarização formal.

Enquanto ambiente “masculino” para a época, provavelmente o espaço acadêmico apresentava hostilidade para com as primeiras mulheres que “ousaram” adentrar nesses espaços, o que também observamos como um fator para possíveis desistências ou saídas que poderiam ocorrer — somado, inclusive, ao fator dos estereótipos atribuídos às mulheres, que então reforçavam a ideia de que sua atuação estaria restrita ao espaço doméstico. Constatamos, por exemplo, a não continuidade do curso de Medicina da paraibana Ambrosina Magalhães e das cariocas Elisa Borges Ribeiro e Augusta Castelões, entre 1881–1883.

Outra dificuldade vencida por elas, ainda que também relacionada à permanência e conclusão dos cursos superiores, foi a obtenção dos recursos financeiros necessários para custear matrículas, materiais e o próprio sustento das mulheres. As trajetórias das médicas Maria Amélia Cavalcante de Albuquerque, Alice Ferreira e Maria Aragão demonstram que nem todas as mulheres diplomadas entre a passagem do século XIX e XX possuíam condições financeiras para garantir a permanência no Ensino Superior, sendo necessário utilizar-se da subvenção pública ou solicitar gratuidade na matrícula. No caso de Alice Ferreira, o fato de ser casada e mãe de cinco filhos são elementos que podem ter dificultado ainda mais o término do curso, já que se afastou durante um período.

Os vestígios de atuação profissional das pioneiras nordestinas revelam, por meio de suas atuações e associações em movimentos sociais, que algumas dessas mulheres estiveram engajadas de forma ativa em questões sociais de seu tempo, principalmente na defesa da escolarização e na conquista de direitos sociais e políticos das mulheres. A visibilidade adquirida com a ocupação de profissões de destaque, a exemplo do Direito e da Medicina, favoreceu a transividade desse grupo de pioneiras na produção intelectual de seus contextos, alcançando projeção, por vezes, nacional para os discursos que produziram e as teses que defendiam — sobretudo as mais jovens — o que demonstra um elemento geracional importante.

Se compararmos, por exemplo, as trajetórias de Ephigenia Veiga e sua contemporânea Maria Amélia Cavalcante, e a posterior projeção que Nise da Silveira irá conferir ao campo da Medicina, em particular da Psiquiatria, observamos que as primeiras desbravaram os caminhos para a inserção das mulheres nas profissões liberais, e Nise conferiu novos sentidos à prática da medicina, confrontando o já estabelecido. O feito dessas mulheres — terem concluído o Ensino Superior, ocupando espaços até então negados a elas — iniciou a abertura de outras possibilidades de experiências femininas na sociedade brasileira.

Por fim, esta pesquisa traz como contribuição para a historiografia educacional brasileira elementos do processo de entrada e permanência das mulheres no Ensino Superior, à luz das trajetórias formativas daquelas que primeiro tiveram coragem para superar os desafios e barreiras impostos por uma sociedade marcadamente estruturada para o masculino, principalmente entre os séculos XIX e XX. Longe de esgotar o assunto, a construção deste trabalho prosopográfico tem a função de suscitar novos temas e caminhos para aquelas e aqueles que tiverem interesse em investigar a educação das mulheres, suas nuances e singularidades no país. Isto porque muitas páginas ainda precisam ser escritas.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, G. M. P. **O protagonismo feminino na Faculdade de Medicina da Bahia: uma visão histórica**. Monografia, Faculdade de Medicina, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- ALMEIDA, T. M. A. **As Doutoradas: a repercussão da formatura em medicina de Ermelinda Lopes de Vasconcellos no final do século XIX (1880-1890)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História e Relações Internacionais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.
- ALONSO, A. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ANDREATA SESQUIM, I. R. União Universitária Feminina: femininos e possibilidade para a emancipação. **Revista Historiar**, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 107–125, 2022. Disponível em: [//historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/405](http://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/405). Acesso em: 24 jan. 2025.
- ARAÚJO, M. A. P. **Maria Aragão: uma mulher e suas paixões em busca de uma sociedade igualitária**. São Luís: EDUFMA, 2014.
- BARROS, F. R. A. **ABC das Alagoas: dicionário Biobibliográfico, Histórico e Geográfico de Alagoas**. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2005. (Verbete: DUARTE, Ana Sampaio, p. 439).
- BARRETO, R. A. D. N.; SILVA, T. A. S. M. Como se formar médica no século XIX: o caso da pernambucana Maria Amélia Cavalcanti de Albuquerque. (2021). **Revista Brasileira de História da Educação**, 21. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v21.2021.e170>. Acesso em: 4 jun. 2025.
- BERGER, M. A. Igreja x Educação: o papel do Colégio Nossa Senhora de Lourdes na formação da elite feminina. **Cadernos De História Da Educação**, 3. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/373>. Acesso em: 4 jun. 2025.
- BERNARDES, D. M. Notas sobre a formação social do Nordeste. **Lua Nova**, São Paulo, 71, p. 41-79, 2007.
- BRASIL, **Annais Da Câmara Dos Deputados**, Rio de Janeiro, ed. 09, 1917.
- BRASIL, **Annais Da Câmara Dos Deputados**, Rio de Janeiro, ed. 11, 1917,
- BRASIL, **Annais Da Câmara Dos Deputados**, Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1917.
- BRASIL, **Annais Da Câmara Dos Deputados**, Rio de Janeiro, 26 de julho de 1918.
- BRASIL, **Annais Da Câmara Dos Deputados**, Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1918.
- BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827. Rio de Janeiro. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-)



1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 10 de jan. de 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.429 de 02 de outubro de 1873.** Crêa Comissões de exames geraes de preparatorios nas Provincias onde não ha Faculdades. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1873. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5429-2-outubro-1873-551632-publicacaooriginal-68179-pe.html>. Acesso em: 10 de jan. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879.** Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império. Palácio do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 19 abr. 1879. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 8.659 de 05 de abril de 1911.** Approva a lei Organica do Ensino Superior e do Fundamental na Republica. Diário Oficial da União, seção 1, 1911. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-norma-pe.html>. Acesso em: 10 de jan. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 11.530 de 18 de março de 1915.** Reorganiza o ensino secundario e o superior na Republica. Diário Oficial da União, 1915. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-norma-pe.html>. Acesso em: 10 de jan. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 16.782 de 13 de janeiro de 1925.** Estabelece o concurso da união para a difusão do ensino primário, organiza o departamento nacional do ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1925. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=16782-A&ano=1925&ato=01f0TRU5UeVpWT11d>. Acesso em: 10 de jan. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931.** Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Diário Oficial da União, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-norma-pe.html>. Acesso em: 10 de jan. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 21.241 de 04 de abril de 1932.** Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. **Diário Oficial**, 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21241-4-abril-1932-503517-norma-pe.html>. Acesso em: 10 de jan. 2025.

BRASIL. Constituição (1934). **Lex:** Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 10 de jan.2025.

CARDOSO, E. **Múltiplas e singulares: História e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)**. 2002. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

CARNEIRO FILHO, H. J.; CHAGAS DE SOUZA, M. A.; GUIMARÃES, E. S. Pioneirismo feminino na Faculdade de Direito do Recife: as primeiras bacharelas em direito do Brasil. **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife**. v. 93, n.2, p. 145-167 Out. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ACADEMICA/article/view/249541>. Acesso em: 4 jun. 2025.

CHARLITON J. S. M. *et al.* Sufrágio feminino e feminismo na imprensa brasileira da Parahyba, 1913-1933: rebeldia ou conformação? **Ler História**, v. 82, p. 195-216, 2023.

COLLING, A. M. As primeiras médicas brasileiras: mulheres à frente de seu tempo. **Fronteiras**, v.13, n. 24, p. 169-183, jul. dez. 2011.

COSTA, N. M.; DIEGUEZ, P.. Feminismo em revista: a União Universitária Feminina nas páginas do periódico Jornal das Moças (década de 1950). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 79, p. 69-86, ago. 2021.

CRUZ, I. S. **Educação Sexual na Bahia nas primeiras décadas do século XX**. 2017. Tese (Doutorado em ensino, filosofia e história das ciências) - Instituto de Física, Universidade Federal da Bahia, 2017.

CRUZ, M. T.; SILVA, F. R. S. Alice Ferreira Cardoso: vestígios da trajetória de vida da primeira bacharel em Direito de Sergipe (Brasil – Séculos XIX e XX). **Historiæ**, v. 7, n. 1, p. 113–148, 2017.

ESPÍNDOLA, M. L. **As experiências dos intelectuais no processo de escolarização primária na Parahyba (1824-1922)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2017.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE, **Lista geral dos Bacharéis e doutores que têm obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife, desde sua fundação em Olinda, no ano de 1828 até o ano de 1931**. Recife: Tipografia Diário da Manhã, 1931.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE, **Relatório das quatro primeiras bacharelas que estudaram e se formaram pela Faculdade de Direito do Recife (1884-1889)**. Recife, 2021.

GALVÍNCIO, A. S. **Trajetória intelectual de Eudésia Vieira: educação, feminismos e história da pátria (1921-1955)**. 2019. Tese (Doutorado em educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2019.

GALVÍNCIO, A. S.; COSTA, J. C. C. O cuidar como profissão das mulheres: ensino superior e representação de gênero na trajetória intelectual de Eudésia Vieira. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, n. 1, e149, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v21.2021.e149>. Acesso em: 4 jun. 2025.

GALVÍNCIO, A. S. As mulheres no debate público no século XIX e nas primeiras décadas no século XX: Catharina e direito das mulheres na Parahyba do Norte. *In: Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação*. Local: João Pessoa, 2017, p. 2751-2771.

LIMA, A. S. Educação das mulheres na América latina: um olhar decolonial. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n.3, 2019.

MATOS, M. I. S.; PEREIRA, B. S. B. Prontuários femininos do Sanatório Pinel/SP (1929-1944). **Revista Estudos Feministas**, v. 30, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n176044>. Acesso em: 4 jun. 2025.

MENDES, M. C. F.; VASCONCELLOS, L. M.; SILVA, E. M. H. Fios De Memória: Lyllia Guedes e suas contribuições no cenário educacional e político da Paraíba (1900-1974). In: IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, **Anais...**, João Pessoa, 2012.

MEIRELES, N. *et al.* Teses doutorais de titulados de Medicina na Bahia (1840-1928). **Gazeta Médica da Bahia**, n. 74, p. 09-101, 2004.

MINELLA, L. S. Pioneiras no campo da Medicina: trajetórias nas interseções. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 - Desafios Atuais dos Feminismos**, 2013, Florianópolis. Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. p. 1-12.

MOTT, M. L. B. A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 07, n. 01-02, p. 25-36, 1999. Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X1999000100003&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X1999000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 set. 2023.

MOTT, M. L. Parteiras: o outro lado da profissão. **Gênero**, Niterói, v.6, n.1, p. 117-140, 2005.

MUNIZ, D. C. G. Sobre História e Historiografia das Mulheres. **Caderno Espaço Feminino**, 31, 2018. DOI: <https://doi.org/10.14393/CEF-v31n1-2018-8>. Acesso em: 4 jun. 2025.

NETO, E. **Maria por Maria ou a saga da besta fera nos porões do cárcere da ditadura**. São Luís: EDUFMA, 2017.

OLIVEIRA, I. S. **Da Sexualidade e da Educação Sexual**. 1927. 210 f. Tese. Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1927.

PERROT, M. **Minha História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2009.

PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 8º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

RAGO, E. J. **Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.

RAGO, E. J. Francisca Prager Fróes: medicina, gênero e poder nas trajetórias de uma médica baiana (1872-1931). **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. v. 13, n. 3, p. 985-993, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000300020>. Acesso em: 4 jun. 2025.

RAGO, M. As mulheres na historiografia brasileira. *In*: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

RINALDI, A. A. Ciência em questão: natureza feminina e criminalidade. **Interseções (UERJ)**, v. 9, p. 445-459, 2007.

RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Lista dos Bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais de 1893 na Faculdade de Direito do Recife**. Rio de Janeiro, 1894, p. 172-174.

ROHDEN, F. **Uma Ciência da Diferença**: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

ROHDEN, F. Ginecologia, gênero e sexualidade na ciência do século XIX. **Horizontes Pedagógicos**, Porto Alegre, n.17, jun./2002, p. 101-125.

ROTHEN, J. C. A universidade brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931. **Revista Brasileira de História de Educação**, v. 8, n. 2, p. 141-160, mai-ago, 2008. Sociedade Brasileira de História da Educação, Maringá, Brasil. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38581>. Acesso em: 11 jul. 2024.

SANTOS, C. M. O acesso ao ensino superior no Brasil: a questão da elitização. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.**, Rio de Janeiro, v. 06, n. 19, p. 237-257, abr. 1998. Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40361998000200005&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40361998000200005&lng=pt&nrm=iso). Acessos em 17 fev. 2025.

SANTOS, C. M. O acesso ao ensino superior no Brasil: a questão da elitização. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.** [online]. v. 6, n.19, p. 237-257, 1998.

SANTOS, M. E. **“Exames geraes de preparatórios”**: cultura escolar do ensino secundário sergipano (1873-1934). 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Poíesis pedagógica**, v. 8, n. 2, p. 4-17, 2010.

SILVEIRA, N. M. depoimento (1992). **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 639–658, 2023. DOI: 10.9771/gmed.v15i1.54192. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/54192>. Acesso em: 8 fev. 2025.

SILVEIRA, N. M. **Ensaio sobre a criminalidade da mulher no Brasil**. 1926. 160 f. Tese. Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1926.

SCHUMAHER, M. A. **Dicionário mulheres do Brasil**: De 1500 até a atualidade - Biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCHUELER, A. F. M.; RIZZINI, I. Myrthes de Campos: a “mulher advogado” na luta pelos direitos das mulheres. **Revista Communitas**, n. 9, 2021.

SOUSA, C. F. **Associativismo pedagógico**: a luz das “Ligas contra o analfabetismo” de Pernambuco e Sergipe (1916-1922). 2019. 219 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019.

VASCONCELOS, M. C. C. Pesquisa em História da Educação: Acervos, arquivos e a utilização de fontes. **Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science**. v. 3, n. 3, p. 33-47, 2014. DOI: <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2014v3i3.p33-47>. Acesso em: 4 jun. 2025.

## Jornais

A CAPITAL. Anúncio - Fábrica de coletes. Rio de Janeiro, 1 jul. 1903, ed. 680 B, p. 3.

A FEDERAÇÃO. Aprovação nos exames. Rio Grande do Sul, 21 dez. 1891, ed. 297, p. 2.

A NOTÍCIA. Aniversário. Bahia, 5 jan. 1915, n. 91, p. 2.

A NOTÍCIA. Consultório. Rio de Janeiro, mar. 1912, ed. 54, p. 4.

A NOTÍCIA. Prescrições médicas. Rio de Janeiro, 6 abr. 1900, ed. 81, p. 4.

A PALAVRA. Trabalho jurídico. Revista literária dedicada à instrução e recreio da mulher, 3 nov. 1894, ed. 38, p. 2.

A VERDADE. Acadêmicas. Minas Gerais, 15 dez. 1887, ed. 41, p. 3.

ALMANACK PHARMACIA E DROGRARIA. ed. 1, 1903, p. 25.

ALMANAK DO ESTADO DA BAHIA: ADMINISTRATIVO, INDICADOR E NOTICIOSO. Bahia, 1898, ed. 1, p. 363.

ALMANAK DO ESTADO DA BAHIA: ADMINISTRATIVO, INDICADOR E NOTICIOSO. Bahia, 1903, ed. 6, p. 432.

ALMANAK LAEMMERT: ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL. Rio de Janeiro, 1905.

ALMANAK LAEMMERT. Anúncios de onde Ephigenia atendia.

CIDADE DO RIO. 14 nov. 1888, ed. 256.

CIDADE DO RIO. Defloração. Rio de Janeiro, 1899, ed. 292, p. 2.

CORREIO DA MANHÃ. Retorno da Europa de Ephigenia Veiga. Rio de Janeiro, 6 jun. 1905, ed. 1426, p. 4.

CORREIO PAULISTANO. Viagem para Europa de Ephigenia Veiga. São Paulo, 9 jul. 1903, p. 1.

DIÁRIO DA BAHIA. Exames de clínicas especiais - chamada. 23 out. 1889, ed. 237, p. 1.

DIÁRIO DA BAHIA. Exames orais de clínica. 19 out. 1889, ed. 234, p. 1.

DIÁRIO DA BAHIA. Resultado de exames. 25 out. 1889, ed. 239, p. 1.

DIÁRIO DA MANHÃ. Exames de inglês do Liceu Alagoano. Província das Alagoas, 2 dez. 1883, ed. 562, p. 1.

DIÁRIO DE BELÉM. Direitos da mulher. Pará, 22 fev. 1885, ed. 42, p. 2.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Acadêmica. 30 mar. 1889, ed. 72, p. 3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Aprovação de Ephigenia no 4º ano. 13 nov. 1888, ed. 259, p. 2.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Astronomia das Senhoras. 23 abr. 1889, ed. 90, p. 2.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Exame preparatório de álgebra de Ephigenia Veiga. 14 fev. 1885, ed. 36, p. 2.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Exames. 26 jan. 1884, ed. 22, p. 4.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Exames. 5 jun. 1884, ed. 129, p. 3-4.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Exames do 2º ano. 21 nov. 1889, ed. 265, p. 2.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Exames do 3º ano. 24 nov. 1891, ed. 268, p. 3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Jornal de Recife. 30 mar. 1889, ed. 72, p. 1.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Lista de candidatos para exames preparatórios. 8 fev. 1885, ed. 31.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Resultado de exames da Faculdade de Direito do Recife. 22 nov. 1885, ed. 268.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Resultado de exames preparatórios. 23 fev. 1884, ed. 45, p. 1.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Resultados de exames preparatórios. 7 maio 1885, ed. 103.

GAZETA DA BAHIA. Exame de prática física. 12 nov. 1885, ed. 255, p. 1.

GAZETA DA BAHIA. Exame de química mineral. 19 nov. 1885, ed. 261, p. 1.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Cirurgia de Cancro. Rio de Janeiro, 22 jun. 1900, ed. 173, p. 3.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Missa do Capitão Honorário José Ferreira Veiga. Rio de Janeiro, 1892, ed. 12.

GAZETA MÉDICA DA BAHIA. As mulheres médicas. ed. 32, 1900, p. 472-473.

GUTENBERG. Ação de sonegados. 18 out. 1894, ed. 231, p. 2.

GUTENBERG. Atheneu Alagoano. 17 dez. 1883, ed. 89, p. 2.

GUTENBERG. Exames de aritmética. Província das Alagoas, 16 jul. 1886, ed. 56, p. 2.

GUTENBERG. Relação dos contribuintes. 5 maio 1896, ed. 101, p. 2.

JORNAL DE RECIFE. Chegadas. 9 mar. 1890, p. 2.

JORNAL DE RECIFE. Concerto. Pernambuco, 10 ago. 1892, ed. 179, p. 3.

JORNAL DE RECIFE. Festa de diplomação de Rita Lobato. 20 nov. 1887, ed. 289, p. 1.

JORNAL DE RECIFE. Resultado de exames da Faculdade de Direito do Recife. 4 dez. 1885, ed. 278.

JORNAL DO BRASIL. Doação para a Liga contra a tuberculose. Rio de Janeiro, 30 abr. 1901, ed. 120, p. 2.

JORNAL DO COMÉRCIO. Chegadas. Rio de Janeiro, 1891, ed. 34.

JORNAL DO COMÉRCIO. Entrada do porto. 12 ago. 1904, ed. 224, p. 7.

JORNAL DO COMÉRCIO. Notícias sobre a província da Bahia. Rio de Janeiro, 30 maio 1885, ed. 149, p. 1.

JORNAL DO COMÉRCIO. Tese de Ephigenia Veiga. Rio de Janeiro, 1891, ed. 37.

JORNAL DO COMMERCIO. Revista dos estados. Rio de Janeiro, 20 out. 1918, ed. 291, p. 4.

O ECONOMISTA. Várias notícias. Lisboa, 26 abr. 1890, ed. 2592, p. 3.

O NORTE. Casamento. Paraíba, 9 ago. 1914, ed. 1788, p. 2.

O NORTE. Dominicaes. Paraíba, 6 abr. 1913, ed. 1404.

O NORTE. Ecos do dia. Paraíba, 5 jan. 1913.

O NORTE. Nomeações. Paraíba, 23 fev. 1917, ed. 2523, p. 2.

O ORBE. Anúncio - Meteorologia das Senhoras. 1890, eds. 01, 06, 08, 15, 16, 17, 18, 19, 21.

O ORBE. Nomeação. 20 mar. 1898, ed. 29, p. 2.

O PAIZ. Comité cearense em favor da seca. Rio de Janeiro, 7 jul. 1915, ed. 11230, p. 5.

O PAIZ. Consultório de Ephigenia Veiga. Rio de Janeiro, 1896, ed. 4471.

O PAIZ. Liga de Sergipe contra o Analfabetismo. Rio de Janeiro, 29 out. 1916, ed. 11710, p. 4.

O PAIZ. Óbitos. Rio de Janeiro, 23 maio 1908, ed. 8633, p. 1.

O PAIZ. Retorno de Caxambú. Rio de Janeiro, 31 maio 1902, ed. 6444, p. 1.

O REPUBLICANO. Doutora cearense. Rio de Janeiro, 28 jun. 1890, ed. 171, p. 3.

O REPUBLICANO. Primeira doutora baiana. Sergipe, 1890, ed. 314.

O ORBE. Anúncio - Meteorologia das Senhoras. 1890, eds. 01, 06, 08, 15, 16, 17, 18, 19, 21.

DIÁRIO DO POVO. Anúncio - Meteorologia das Senhoras. Alagoas, 27 jan. 1890, ed. 11, p. 4.